Universidade Estadual do Norte do Paraná

Repositório Institucional UENP **https://repositorio.uenp.edu.br**

Programa de Pós-Graduação em Educação Dissertações

2025-03-06

Os Centros de Memória na Educação Básica no Estado de São Paulo: uma análise dos processos de implantação (1990-202

Biagini, Mateus Forcella

Universidade Estadual do Norte do Paraná

https://repositorio.uenp.edu.br/handle/123456789/767

Baixado de Repositório Institucional UENP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA
LINHA DE PESQUISA: GESTÃO E PLANEJAMENTO

MATEUS FORCELLA BIAGINI

OS CENTROS DE MEMÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO (1990-2024)

JACAREZINHO
2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA
LINHA DE PESQUISA: GESTÃO E PLANEJAMENTO

OS CENTROS DE MEMÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO (1990-2024)

Dissertação apresentada por MATEUS FORCELLA BIAGINI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Básica.

Orientador:
Prof. Dr.: Flávio Massami Martins Ruckstadter

JACAREZINHO
2025

Ficha catalográfica elaborada por Lidia Orlandini Feriato Andrade, CRB 9/1556, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UENP

B576c

Biagini, Mateus Forcella
Os Centros de Memória na Educação Básica no Estado de São Paulo: uma análise dos processos de implantação (1990-2024) / Mateus Forcella Biagini; orientador Flávio Massami Martins Ruckstadter - Jacarezinho, 2025.
136 p. :il.

Dissertação (Mestrado Profissional em PPED) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2025.

1. Educação Básica. 2. Centros de Memória em Educação. 3. Políticas Educacionais. 4. História da Educação. 5. Educação Patrimonial. I. Ruckstadter, Flávio Massami Martins, orient. II. Título.
CDD: 370.981

MATEUS FORCELLA BIAGINI

OS CENTROS DE MEMÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO (1990-2024)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter (Orientador) (UENP)

Prof. Dr. Tony Honorato – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. João Vicente Hadich Ferreira (UENP)

06 de março de 2025

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me incentivaram a lutar, especialmente o meu avô Eduardo, eternamente em minha memória.

AGRADECIMENTOS

Durante esta longa e intensa trajetória desta dissertação de mestrado, percebo que as pessoas ao meu redor são a minha maior motivação. Diante de um trabalho lento, solitário e cansativo que é a dissertação, fez-me notar que as pessoas têm um valor imensurável, transcendem os valores imediatistas e elas me fazem lembrar verdadeiramente quem eu sou, quem eu posso me tornar todos os dias. Dessa forma, agradeço a todos os amigos e companheiros que estiveram ao meu lado, igualmente a toda comunidade acadêmica e educacional.

Ao Prof. Flávio, professor desde a graduação, meu orientador, com a sua paciência, compreensão, seriedade, determinação, calma, problematizações, tais como: “Qual é a fonte de pesquisa”? Isso pôde me dar condições de criar consciência sobre o meu trabalho e minha pesquisa, de modo a me conduzir a um caminho mais sólido da pesquisa, além de ter me confiado a função de assistente de coordenação no grupo de pesquisa e por ter auxiliado em minha viagem à capital paulista para aprofundar os meus estudos.

À Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através do Fundo Paraná, por ter me garantido uma bolsa profissional, de modo a dar condições mais efetivas de se fazer ciência, assim como por ter agregado em novas experiências acadêmicas.

À minha companheira Vitória, amor incondicional da minha vida, sempre me compreendendo em minhas ausências e dificuldades, dando todo o suporte de seu carinho, amor, companheirismo e cuidado, características que a tornam fundamental em todo o meu processo de pesquisa.

Aos meus sobrinhos, Raul e Caetano, pelo amor e carinho a eles.

Aos meus amigos, Belló, Vinicius Paiva, Vinicius Nogueira, Pedro, Afonso, André Oliveira, José Renato, Lucas e Rodrigo, por serem grandes companheiros, indispensáveis desde a minha adolescência, ao estarem ao meu lado nas minhas experiências boas e ruins.

À minha família, pai Helio, mãe Fabiana, irmã Bianca, irmão Rafael, minha base, minha origem.

Aos meus cunhados, Verônica e Tadeu Júnior, por serem pessoas magníficas e dedicadas, sempre me apoiando.

Ao grupo de pesquisa Pedagogia Histórico-Crítica, pelas suas contribuições teóricas em pesquisa, em meu ramo profissional e como pessoa. A todos os membros do grupo, que pude conhecer e fortalecer os laços de amizade.

Aos meus colegas da rede educacional básica do Estado de São Paulo, e rede privada, por terem me dado o apoio, suporte para cumprir as disciplinas do Programa, em destaque Thiago, Maira, Roberta, Victória, Marlon, Vinicius Nicodemos e Vinicius Laureano.

À turma do mestrado, pelo companheirismo, por ter compartilhado de angústias, medos, esperanças, risos, conhecimentos, em especial, às minhas colegas bolsistas que cumpriram estágio comigo, Gabriely, Eduarda e Rafaela, podendo compartilhar das dúvidas e dificuldades da pesquisa, bem como a tornar a pesquisa menos solitária. Aliás, destaco os meus colegas Luana Santos, que cumprimos a mesma disciplina como aluno não regular, estudamos juntos o processo seletivo do programa e estamos concluindo o programa com o mesmo orientador, sendo uma grande parceira nesta trajetória; Celso, colega que tive um grande prazer de conhecer no Programa, por ter me proporcionado grandes reflexões das políticas educacionais e orientações de questão documental, por ser um grande companheiro em minha trajetória de pesquisa; Matheus Carriel, colega escolar desde a adolescência, por ter compartilhado de nossas memórias da escola e da graduação, de suas reflexões filosóficas.

À Luciana, funcionária do bloco do PPEd, por ter feito os meus dias no estágio mais felizes e confortáveis, sempre disposta a nos servir um bom café, a fazer seus doces maravilhosos e a contar suas histórias.

À profa. Marisa Noda, desde a graduação presente em minha jornada acadêmica; pelas suas aulas ministradas sobre gestão e políticas educacionais, pelo conhecimento socializado.

À profa. Siderly Almeida, por todo o conhecimento socializado acerca dos métodos de pesquisa, pelas experiências e por todo o carinho e reconhecimento com a minha pesquisa.

Labirinto da Memória

“Ninguém para lembrar
Ninguém para contar
Ou ensinar o que custamos a aprender
Nada pra guiar
Ao começar
Se perder
Tente acessar
Decodificar
E ensinar o que custamos a aprender
Pra facilitar
Continuar
E vencer
Não trago respostas
Tento entender
Usando a memória
Os becos sem saída
Ilusões e armadilhas
Que impedem de seguir”

(Dead Fish)

BIAGINI, M. **Os Centros de Memória na Educação Básica no Estado de São Paulo**: uma análise dos processos de implantação (1990-2024). 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Campus Jacarezinho. Orientador: Flávio Massami Martins Ruckstadter. Jacarezinho, 2025.

RESUMO

Esta dissertação se insere na linha de pesquisa Gestão e Planejamento. O objeto de estudo investigou as políticas e os processos históricos de preservação da memória da Educação Básica no Estado de São Paulo. De modo particular, o trabalho investigou a constituição e o papel do Centro de Referência em Educação Mario Covas (CRE Mario Covas) e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), instituições que são referência na salvaguarda do patrimônio histórico educativo no Estado. O tema emergiu diante de um problema identificado na prática profissional do mestrando, como professor na Escola Estadual Nicola Martins Romeira, em Ribeirão do Sul (SP), ao constatar que, do mesmo modo, em tantas outras escolas, as comunidades escolares praticamente desconhecem as políticas educacionais de proteção dos documentos históricos e de preservação da memória educativa local. Assim, a pergunta que orientou a pesquisa foi: como se deu o processo histórico de constituição e implementação das políticas de preservação da memória da Educação Básica no Estado de São Paulo? O recorte temporal tem como orientação a origem do CRE Mario Covas e dos centros de memórias do CEETEPS, em paralelo à Conferência de Jomtien e ao Decreto Estadual 40.473/1995, considerados o marco temporal da tendência pedagógica produtivista. O processo de investigação foi baseado na metodologia bibliográfica e documental, com fundamento na epistemologia materialista histórico-dialética. A análise permitiu identificar as dificuldades da preservação da memória educativa por parte dos educadores perante as intervenções políticas instaladas. Tal estudo constatou o caráter de políticas racionalizadas e relacionadas à Educação Básica, de modo a direcionar as atividades de educação patrimonial aos princípios do utilitarismo pedagógico. Os resultados evidenciam que houve processos de resistência a essas políticas através de projetos de extensão, integração e socialização das memórias escolares da Educação Básica desenvolvidos pelas pessoas ligadas a esses espaços.

Palavras-chave: Educação Básica. Centros de Memória em Educação. Políticas Educacionais. História da Educação. Educação Patrimonial.

BIAGINI, M. **Memory Centers in Basic Education in the State of São Paulo**: an analysis of the implementation processes (1990-2024). 135 f. Dissertation (Master's in Basic Education) – State University of Northern Paraná. Jacarezinho Campus. Advisor: Flávio Massami Martins Ruckstadter. Jacarezinho, 2025.

ABSTRACT

This dissertation is part of the Management and Planning line of research. The object of study investigated the policies and historical processes of preserving the memory of Basic Education in the State of São Paulo. In particular, the work investigated the constitution and role of the Mario Covas Education Reference Center (CRE Mario Covas) and the Paula Souza State Technological Education Center (CEETEPS), institutions that are a reference in safeguarding the state's historical educational heritage. The theme emerged from a problem identified in the master's student's professional practice, as a teacher at the Nicola Martins Romeira State School in Ribeirão do Sul (SP), when he realized that, in the same way, in so many other schools, the school communities were practically unaware of the educational policies for protecting historical documents and preserving local educational memory. So the question that guided the research was: how did the historical process of setting up and implementing policies to preserve the memory of basic education in the state of São Paulo come about? The time frame is based on the origin of CRE Mario Covas and the CEETEPS memory centers, in parallel with the Jomtien Conference and State Decree 40.473/1995, which are considered to be the milestones of the productivist pedagogical trend. The research process was based on bibliographic and documentary methodology, founded on historical-dialectical materialist epistemology. The analysis made it possible to identify the difficulties faced by educators in preserving their educational memory in the face of political interventions. This study found that policies were rationalized and related to basic education, in order to direct heritage education activities towards the principles of pedagogical utilitarianism. The results show that there have been processes of resistance to these policies through extension projects, integration and socialization of primary school memories developed by people linked to these spaces.

Keywords: Memory Centers in Education. Educational Policies. Heritage Education. History of Education.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	Reportagem sobre o Centro de Referência Mario Covas	48
Figura 2	Reportagem sobre o Centro de Referência Mario Covas	49
Figura 3	A Escola Pública e o Saber: trajetória de uma relação. Disponível no *site* do CRE Mario Covas	51
Figura 4	Obras didáticas de organização dos arquivos difundidos pelo Estado de São Paulo	52
Figura 5	Reportagem sobre o acervo da Escola Estadual Caetano de Campos	63
Figura 6	A capacitação dos técnicos acerca da educação patrimonial	64
Figura 7	A Escola Pública e o Saber: os Livros Didáticos	69
Figura 8	A Escola Pública e o Saber: os Objetos	69
Figura 9	Patrimônio em Rede	74
Figura 10	Júlia Falivene Alves e os professores integrantes do projeto de Historiografia no Centro de Memória da ETEC Fernando Prestes, em Sorocaba, em 1998	87
Figura 11	Processo de constituição do acervo da ETE Carlos de Campos, higienização	89
Figura 12	Reunião de alinhamento com os professores que atuam nos Centros de Memória, no Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo, em 2002	90
Figura 13	Professoras presentes no I Encontro Memórias da Educação Profissional	92
Figura 14	Hospedagem virtual de Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica	93
Figura 15	Os livros institucionais da memória e história da educação profissional e tecnológica, difundidos no período de 2010 a 2021	95
Figura 16	O intercâmbio de educadores estadunidenses e brasileiros no Estado de São Paulo	101
Figura 17	Acervo NUMAH: espaço de consulta dos pesquisadores	105
Figura 18	Acervo NUMAH: espaço de consulta dos pesquisadores, alguns dos materiais consultados	106
Figura 19	Acervo NUMAH: espaço de higienização dos arquivos	106

Figura 20 Acervo NUMAH: espaço de higienização dos arquivos, livros reservados 107

Figura 21 Acervo NUMAH: reserva técnica, mobiliário Patrícia Golombek 107

Figura 22 Acervo NUMAH: reserva técnica, mobiliário Patrícia Golombek 108

Figura 23 Acervo NUMAH: reserva técnica, armários deslizantes 108

Figura 24 Acervo NUMAH: reserva técnica, armários deslizantes, materiais de escritório 109

Figura 25 Acervo NUMAH: reserva técnica, armários deslizantes nº 03 109

Figura 26 Acervo NUMAH: reserva técnica, acervo Maria Aparecida Magnani 110

Figura 27 Acervo do espaço administrativo CEETEPS 111

Figura 28 Acervo do espaço administrativo CEETEPS, livros institucionais 111

Figura 29 Acervo do espaço administrativo CEETEPS, Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, arquivo pessoal 112

Figura 30 Acervo do espaço administrativo CEETEPS, CGD 112

Figura 31 Acervo do espaço administrativo CEETEPS, CGD 113

Figura 32 Acervo do espaço administrativo CEETEPS, obras dos centros de memória 113

Figura 33 Espaço expositivo do CEETEPS 114

Figura 34 A coordenadora e o pesquisador (próprio autor) 114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O quadro de funcionários do NUMAH do período de 2012 a 2020 103

Quadro 2 – O quadro de funcionários do CRE Mario Covas do período de 2012 a 2023 103

LISTA DE ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	24
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	33
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	24
CBDOC	Centro de Biblioteca e Documentação	60
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	15
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica	84
CEMAH	Centro de Memória e Acervo Histórico	60
CETEC	Coordenadora do Ensino Técnico	22
CGD	Centro de Gestão Documental	111
CMEFEUSP	Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo	22
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico	32
CRE MARIO COVAS	Centro de Referência em Educação Mario Covas	15
EE	Escola Estadual	39
EFAPE	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores “Paulo Renato Costa Souza	65
ETEC	Escola Técnica Estadual	26
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	15
GEPEMHEP	Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza	22
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	23
IPHAN	Instituto Patrimônio Histórico Ambiental e Natural	32
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação	50
MEC	Ministério da Educação	38
NBDOC	Núcleo de Biblioteca e Documentação	16
NUMAH	Núcleo de Memória e Acervo Histórico	16
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial	33
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, a Cultura	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

2 CENTROS DE MEMÓRIA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA 19

3. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E OS GRUPOS SOCIAIS DA MEMÓRIA EDUCACIONAL: CENÁRIOS DE EMBATE 29

3.1 As Políticas Públicas de Patrimônio Cultural 30

3.2 O Movimento dos Historiadores da Educação e Educadores no Brasil: os deslanches dos Centros de Memória no Estado de São Paulo 36

3.3 As Políticas Educacionais em torno da Racionalidade e Eficiência nos anos 1990 e o Centro de Referência em Educação Mario Covas 41

3.3.1 Memorial da educação paulista 67

3.4 Programa Patrimônio em Rede 72

3.4.1 Memória Escolar, Educação e Patrimônio 76

3.5 CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” 83

3.5.1 Os Centros de Memória do CEETPS 85

4 OS CENTROS DE MEMÓRIA DO CRE MARIO COVAS E DO CEETEPS: RESULTADOS E DISCUSSÕES 100

4.1 O quadro de funcionários do CRE Mario Covas e do CEETEPS 101

4.2 Os acervos do NUMAH e do espaço administrativo do CEETEPS 105

4.3 O legado dos que ocupam os centros de memória na Educação Básica 115

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

6 REFERÊNCIAS 123

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investigou o processo histórico da implementação das políticas de preservação da memória da Educação Básica no Estado de São Paulo, a partir da atuação de duas instituições que se constituem como referências neste campo de atuação: o Centro de Referência em Educação Mario Covas (CRE Mario Covas) e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

A pesquisa identificou que, no Estado de São Paulo, a partir de 1990, principalmente, há uma política pública que direcionou – não sem embates – a criação de centros de memória da educação em escolas públicas de Educação Básica. Esse processo se desenvolveu a partir das ações do CRE Mario Covas e do CEETEPS, que incentivaram o desenvolvimento de 28 centros de memória na Educação Básica do Estado de São Paulo (São Paulo, [s.d.]; São Paulo, 2024).

O início dos projetos de estímulo à construção dos centros de memória das unidades escolares técnicas do CEETEPS se articula aos projetos de extensão do Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CMEFEUSP). A partir de 1998, foi estabelecido, através da coordenação de Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Julia Falivene Alves, o projeto “Pesquisa sobre o ensino público no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais”, sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o objetivo de construir os centros de memória das oito escolas técnicas mais antigas do Estado de São Paulo. Ao gerar impactos na comunidade escolar e acadêmica, os educadores decidiram criar um grupo de socialização e apoio dos trabalhos de salvaguarda do patrimônio histórico educativo, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza (GEPEMHEP), para dar sequência aos trabalhos (Carvalho; Moraes, 2023).

O CRE Mario Covas se constituiu a partir do Memorial da Educação Paulista e da promulgação do Decreto Estadual 40.473/1995. Impulsionado por Miriam Jorge Warde, o Memorial da Educação Paulista obteve financiamento da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), em meados de 1998 a 2002. O objetivo do Memorial era construir um museu da educação paulista, por meio do acervo da Escola

Estadual Caetano de Campos, de maneira que esse cenário constituiu bases para ser o Decreto 46.576/2002, que originou o CRE Mario Covas (São Paulo, [s.d.]; 2013; 2014).

O Decreto 40.473/1995 implicou a intensificação da produtividade dos professores na rede estadual básica, através das avaliações externas, diminuição das escolas estaduais e lotação de turmas. A influência desse Decreto com o CRE Mario Covas refletia em sua designação, de formar professores para desenvolverem a memória de suas instituições escolares, bem como difundir práticas pedagógicas para o incentivo da leitura e história paulista, sob o incentivo de premiação dos melhores trabalhos. Assim, o CRE Mario Covas se divide em dois departamentos como forma de atender a essas demandas: o Núcleo de Memória e Acervo Histórico (NUMAH), divisão responsável pela preservação, catalogação e pesquisa do acervo histórico da Escola Estadual Caetano Campos; e o Núcleo de Biblioteca e Documentação (NBDOC), setor responsável pela administração de bibliotecas, bibliotecas escolares, projetos de incentivo à leitura e letramento de estudantes da rede estadual da Educação Básica paulista (São Paulo, 2024; 2019).

Em relação à quantidade de centros de memória no estado, Tânia Janaína Borda Landi (2022) levantou dados sobre a existência de 25 centros de memória em escolas técnicas chamadas de “Centro Paula Souza”. Para os professores que atuam nas escolas técnicas do estado, há uma formação continuada no modelo presencial na capital de São Paulo intitulada: “Encontro de História Oral na Educação Profissional e Tecnológica”. Esses dados pressupõem a falta de um investimento metódico e regular em centros de memória em todo o estado (Costa, 2023).

A motivação subjetiva desta pesquisa se relaciona à formação acadêmica e experiência de trabalho na Educação Básica. Com a formação inicial em História, assim como a participação na condição de aluno não regular na disciplina “Aspectos Históricos da Escolarização Brasileira” pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), garantiu-se o suporte e o interesse pela história e memória da educação. Já em âmbito profissional, a experiência como docente de História na Escola Estadual Nicola Martins Romeira, na cidade de Ribeirão do Sul (SP), trouxe indagações. A escola não comporta um centro de memória, tampouco um apoio à preservação dos seus documentos, características estas que se destacam devido ao fato de ser a única instituição escolar estadual no município, o que a torna, de certo modo, uma importante unidade escolar que atende à maior parte da população. Logo,

essas motivações conduziram à curiosidade de investigar as movimentações políticas de preservação da memória na Educação Básica do Estado de São Paulo.

Com base em uma metodologia documental e bibliográfica e na epistemologia do materialismo histórico-dialético, objetiva-se analisar os processos que envolveram a construção desses centros de memória da Educação Básica do Estado de São Paulo, a implementação das políticas e a atuação dos grupos sociais que estiveram ligados a esse processo. A partir disso, foram estabelecidos como marcos temporais da pesquisa os anos de 1990 e 2024, pelos seguintes motivos: a origem de projetos ligados aos centros de memória na Educação Básica, bem como dos órgãos difusores da memória paulista; as políticas educacionais em nível interno e externo, especificamente, a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien e o Decreto Estadual 40.473/95, considerados um marco temporal da tendência pedagógica produtivista (Adrião, 2006).

As fontes históricas consultadas foram variadas, feitas em caráter virtual e presencial. A busca de fontes oficiais foi realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no acervo virtual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nas hospedagens virtuais do CRE Mario Covas, nas Memórias e História da Educação Profissional do CEETEPS, no acervo físico do NUMAH e do Centro de Memória Administrativo do CEETEPS em São Paulo (SP).

A visita técnica aos acervos do NUMAH e do Centro de Memória Administrativo do CEETEPS teve a finalidade de compreender as estruturas de cada acervo e, igualmente, conhecer as pessoas que ocupam esses espaços.

Essa perspectiva de pesquisa se dispõe a investigar a fonte escrita sob o suporte analítico, mediado por problematizações específicas do pesquisador, podendo compreender as determinações sociais dos problemas educacionais.

As problematizações são perguntas imbuídas de um referencial teórico apropriado a levantar questões políticas, sociais e econômicas para a fonte, de tal modo que devem orientar quais caminhos o pesquisador pretende alcançar, tanto quanto averiguar quais resultados busca construir. Eis aí um procedimento de estudo das fontes primárias (Oliveira; Noda, 2023).

A investigação documental possibilita desvendar os projetos de sociedade engendrados pela hegemonia, as conexões entre o Estado e a Sociedade, além da disputa política da classe trabalhadora, em decorrência do sufocamento causado pela burguesia. Entretanto, não basta apenas ser descrita a fonte jurídica; embora ela

proporcione informações de quais caminhos podem ser percorridos, a metodologia documental necessita ser contextualizada historicamente e identificar os atores, os grupos sociais participantes da fonte – e esclarecidos os interesses políticos na execução da lei (Oliveira; Noda, 2023).

Compreende-se o materialismo histórico-dialético como a corrente teórica que busca alcançar um conhecimento universal do objeto, transcendendo o aspecto imediato do problema em ser solucionado ou entendido, ao ter a primazia de recorrer à essência do objeto por meio das contradições apresentadas e questionadas do problema (Netto, 2011).

Após essa contextualização, questiona-se: como se deu o processo histórico de constituição e implementação das políticas de preservação da memória da Educação Básica no Estado de São Paulo?

Diante dos questionamentos, o objetivo geral deste trabalho é: analisar o processo de implantação dos centros de memória da Educação Básica do Estado de São Paulo. Os objetivos específicos são: discutir as produções científicas sobre o centro de memória educacional; investigar as políticas para a preservação da memória educacional no Estado de São Paulo; identificar os trabalhos realizados nos centros de memória do Estado de São Paulo, especialmente a partir da atuação do CRE Mário Covas e do CEETPS.

O trabalho está organizado em seções. A primeira é esta Introdução. Na segunda seção da dissertação, discute-se o levantamento bibliográfico do objeto de pesquisa, os resultados e conclusões identificadas em cada pesquisa, as dificuldades apresentadas diante do objeto, as indagações das conexões entre a instituição escolar e o centro de memória. Essas questões caminharão no sentido de frisar a relevância do objeto de pesquisa.

A terceira seção aborda o conceito de políticas educacionais – e como ele reflete na Educação Básica através das revisões bibliográficas de autores da história da educação, assim como filósofos e cientistas políticos do materialismo histórico-dialético. Em sequência, trata-se do movimento dos historiadores da educação e educadores que idealizaram os primeiros projetos de centros de memória na Educação Básica. Contextualizado o tema, são descritas as políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado de São Paulo direcionadas à preservação da memória educacional no período de 1990 a 2024; paralelamente, evidenciam-se os trabalhos realizados pelos atores sociais nos centros de memória do CRE Mario Covas e do

CEETEPS. Dessa forma, pretende-se, a partir das fontes jurídicas, legais e bibliográficas, trazer uma análise histórica dos processos de constituição e permanência dos centros de memória na Educação Básica do Estado de São Paulo.

A terceira seção, por sua vez, busca trazer os resultados da visita técnica do acervo NUMAH e do CEETEPS, além de discutir as condições de trabalho dos grupos sociais que ocupam os centros de memória, a fim de expor reflexões e debates sobre a presença dessas classes sociais nos centros de memória da Educação Básica.

Além da dissertação, a pesquisa originou o produto educacional intitulado “Guia dos Centros de Memória da Educação Básica do Estado de São Paulo”, com a finalidade de dar conhecimento aos centros já identificados e destacar as potencialidades e possibilidades da existência dos centros de memória na Educação Básica. Para isso, usou-se o conceito de reconstrução histórica de Saviani (2021), como uma maneira de estruturar as escolas nas categorias das condições históricas, resultados pretendidos e ações empreendidas.

2 CENTROS DE MEMÓRIA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Esta seção apresenta uma revisão bibliográfica acerca dos centros de memória. As características dos trabalhos que envolvem o tema centro de memória têm um caráter em comum, de serem documentais, devido à condição de o objeto estar relacionado com a administração de arquivos, visto que, ao se referir à memória social, refere-se a uma história de uma sociedade, que depende do cuidado dos arquivos.

Tema de aspecto interdisciplinar[1], o centro de memória tem uma finalidade híbrida, pois pode ser orientado por objetivos de legitimar identidades culturais, assim como para a construção do conhecimento de forma universal das universidades e instituições escolares.

A partir dos anos 1980 no Brasil, por meio de iniciativas públicas e privadas, os centros de memória surgem sob a intenção de construir as trajetórias e comemorar

[1] Foram identificadas pesquisas sobre a temática nas áreas de Administração de empresas (3); Antropologia (1); Artes Visuais (1) Ciências da informação (12); Ciências da Saúde (1); Ciências Sociais (1); Comunicação (1); Gestão da Informação (2); Ensino de História (1); Educação (41); Engenharia Sanitária (1); Engenharia de Produção (1); História (21); Música (1); Língua Portuguesa; (1) Museologia (3); Ensino de Ciências e Matemática (1); Arquitetura (2); Psicologia (6).

datas históricas de instituições, como meio de destacar a imagem de uma empresa ou instituição, isto é, em etapas de sucessão de empresas familiares, de modo que deve ter o cuidado com a memória da instituição. Entende-se que, para preservar a saúde da empresa, devem ser mantidas as tradições, por meio da memória institucional, porque, diante de crises, o conhecimento cultural da empresa se destaca, perante o acesso a informações de desafios superados, orientações anteriores que a empresa utilizou como estratégia de gestão da informação para a instituição (Tessitore, 2017).

Há um consenso de autores que explicitam a ambiguidade existente entre centro de memória e centro de documentação, pois os dois armazenam, catalogam e são direcionados a uma área de conhecimento, com disponibilidade para o desenvolvimento de novos conhecimentos. A questão fundamental está no discernimento entre centro de memória e centro de arquivos, ora na forma que são tratados os arquivos, pois o centro de memória “reelabora continuamente o passado a partir das experiências presentes” (Tessitore, 2017, p. 26).

Para se analisar o conceito do centro de memória, recorreu-se a investigar artigos, dissertações e teses. O levantamento dos artigos selecionou 11 trabalhos nas seguintes revistas científicas e anais de eventos: Sociedade Brasileira da História da Educação (SBHE) (3); Colóquio do Museu Pedagógico (2); Revista Brasileira da Educação (RBE); Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) (1); Revista Iberoamericana Patrimônio Histórico Educativo (3); Revista Espacialidades (1).

As palavras-chave identificadas nesses trabalhos foram: Memória (3); Cultura e material escolar (1); Centro de Memória (1); Patrimônio Histórico Educativo (2); Centros de memória (3); História da educação (6); Políticas públicas (1); Memória do Atheneu Sergipense (1); Arquivo escolar (3); Memória institucional (1); Fontes (1).

No trabalho de Rita de Cássia Oliveira da Costa (2012), a pesquisadora pretende agregar à compreensão de pesquisas articuladas à cultura material escolar e ao desenvolvimento da memória escolar do “Instituto de Educação Prof. Fernando Duarte Rabelo”, de Vitória, capital do Espírito Santo. Seu trabalho se direciona em reconstruir uma aliança entre os sujeitos escolares e a instituição. Sobre a instituição investigada, antes da transição para a ditadura militar, a escola era o Clube Recreativo Cauê, que pertencia aos funcionários da empresa mineradora do Vale do Rio Doce, um clube de socialização, com apartamentos e dormitórios, e o motivo do fechamento

era por conta que a instituição fugia de sua realidade; no relatório do governador Christiano Dias Lopes, foi o melhor período do sistema educacional capixaba, por causa de maiores investimentos recebidos nos governos anteriores. O clube passou a ser, então, sede da Assembleia Legislativa no período. A partir disso, evidencia-se que o espaço estrutural da escola é reflexo das ações políticas.

O trabalho de Andreza Cristina da Silva Andrade (2022), ao investigar as condições de guarda do acervo documental do “Centro de Excelência José Rollemberg Leite”, revelou que essas condições são inadequadas. Muitos arquivos se encontram empoeirados, evidenciando a emergente necessidade de sua sistematização. A autora também identificou, por meio da pesquisa, que existem poucas intervenções científicas na área da História da Educação voltadas à organização de arquivos para fins de investigação.

A pesquisa de João Paulo Gama Oliveira e Rosa Fátima de Souza Chaloba (2022) se concentrou nos obstáculos políticos enfrentados para a construção e administração do “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense”. Em sua análise histórica sobre o desenvolvimento dos centros de memória e documentação no Brasil, os autores argumentam que o catalisador dessas ações é a educação, a qual tem se mostrado limitada, principalmente devido a políticas educacionais restritivas. Essas limitações foram apresentadas no funcionamento do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, que depende de bolsistas e estagiários, sob a supervisão de docentes-gestores, para operar adequadamente.

O trabalho de Janice de Sena Nicolin e Cíntia Maria Luiz Pinho de Souza (2013) objetivou desenvolver um pensamento aprofundado sobre a pesquisa em educação e a falta de políticas educacionais que reconheçam as fontes de memória da educação. O artigo apresenta os resultados dos levantamentos de fontes de escolas extintas nas diretorias regionais da educação do Estado da Bahia. Notou-se que há diferenças entre as direções regionais de educação no quesito de administração das fontes, pois há direções que possuem arquivamentos, têm arquivos digitalizados e há disponibilização de materiais, como luvas e máscaras, em todos os arquivos. Outras direções não dispõem de um acervo digitalizado, nem uma catalogação dos arquivos, pelo contrário, ainda se está em um processo de levantamento das fontes. Além disso, há uma desvalorização de condição de trabalho dos funcionários arquivistas, sendo terceirizados. Os potenciais que os arquivos trazem refletem nas memórias coletivas

e particulares que revelam histórias dos conhecimentos humanos, tanto quanto poderes políticos locais e regionais.

O trabalho de Simone Paixão Rodrigues (2009) apresenta o arquivo do Colégio Santa Teresinha como um espaço fértil de fontes históricas na área da Educação. Enfatiza-se que a pesquisadora atua profissionalmente na instituição investigada, demonstrando o caráter de pesquisadora atuante ou o caráter de professora-pesquisadora. “Os benefícios dos arquivos escolares estão em revelar o pensar pedagógico no cotidiano escolar” (Rodrigues, 2009, p. 2342). A escola possui uma catalogação dos arquivos, separadas em categorias delimitadas por funções e natureza do documento, todavia foi concluído que a escola não comporta uma infraestrutura adequada para o tratamento adequado da preservação dos arquivos.

O trabalho de Maria Lucia Mendes de Carvalho e Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2023) apresenta o início e a evolução da parceria entre o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CMEFEUSP) e a Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico (CETEC) do Centro Paula Souza (CPS). A necessidade apontada pelas autoras para se desenvolver o programa veio da criação do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CMEFEUSP), durante o levantamento de acervos bibliográficos e museológicos no Estado de São Paulo. A partir disso, notou-se a situação precária e a deterioração dos documentos encontrados.

Neste caso, o projeto de expansão de centros de memória foi impulsionado pela criação de Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP), em 2008. Os objetivos do projeto estavam direcionados à produção de conhecimentos sobre a história da educação profissionalizante, à constituição de um acervo documental permanente e à digitalização nas unidades e na administração central. Esses arquivos seriam disponibilizados ao público e posteriormente direcionados para a comunidade, de modo a incentivar a difusão desses arquivos escolares por meio de ações de cidadania e sentimento de pertencimento à escola.

Os resultados encontrados destacaram o centro de memória como uma instituição de formação continuada, visto que, por meio dos arquivos escolares, existe a possibilidade de entender a estrutura, a filosofia e a política escolar. Ao mesmo tempo, promove-se o reconhecimento científico e patrimonial que o centro de memória nas escolas possui. Entretanto, as autoras enfatizam a carência de políticas públicas

voltadas aos arquivos escolares, necessárias tanto para construir e preservar a memória da história da educação da instituição quanto para utilizá-la como um estudo científico.

Em outro trabalho, Maria Lucia Mendes de Carvalho e Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2018) trazem uma linha histórica das políticas públicas no Estado de São Paulo voltadas para a gestão documental e dos desenvolvimentos de centros de memória, como forma de comparar com o centro de memória desenvolvido na USP em conjunto com os centros de memória dos CEETEPS. A pesquisa demonstrou que as primeiras políticas públicas que deram importância para a história da educação no Brasil partem do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova[2], em 1932; a criação do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos[3] é um bom exemplo. No Estado de São Paulo, só foi criada uma política de gestão de documentos a partir de 1983, no governo de Franco Montoro, sendo legitimado o SAESP – Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. Conclui-se, na trajetória histórica, a falta de políticas públicas integrativas voltadas para os arquivos escolares e centros de memória, de modo que os CEETEPS vêm com a principal finalidade de manifestar a necessidade de desenvolver políticas educacionais mais coesas para a proteção do patrimônio histórico e dos centros de memória.

O trabalho de Ramiro Esdras Batista, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (2022) buscou levantar e mostrar as memórias da escolinha rural na cidade Cônego Marinho (MG), como forma de entender as origens do processo de escolarização do espaço rural. A relevância do artigo se efetiva por causa da cultura escolar da ex-professora Maria Gil, que, mediante os seus conhecimentos escolares, demonstrava práticas escolares diferenciadas em um contexto político de omissão curricular, devido à essência de as instituições escolares serem direcionadas ao espaço urbano. Então, as memórias da ex-professora demonstram saberes da identidade local, de um grupo rural étnico

[2] O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 é um documento assinado por educadores interessados na reconstrução social a partir da reconstrução educacional no Brasil, ligado ao movimento escolanovista. Defendiam princípios, como: a racionalidade científica e a Educação Laica (Saviani, 2006).

[3] O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) se originou em 1937, através da designação de “Instituto Nacional de Pedagogia”, e modificado em autarquia federal com relação ao Ministério da Educação (MEC), em 1997. Define-se como uma instituição federal encarregada pelos resultados educacionais, de modo a intervir em três setores: avaliações e exames educacionais; pesquisas estatísticas e indicadores educacionais; e gestão do conhecimento e estudos (Brasil, 2020).

variado, uma vez que o Estado não permitia dar espaços a esses universos diversos de conhecimento.

No artigo de Nathália Pereira Cabral, Tainá Agostinho Cardoso e Egar Preis Junior (2022), os autores tiveram como objetivo pensar a trajetória das práticas em espaços não formais na educação do CEDOC (Centro de Memória e Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense). Esses espaços, definidos como não formais, são organizados nos seguintes laboratórios: 1. História oral, imagem e som; 2. Educação para o patrimônio; 3. Laboratório de documentação, conservação e restauro.

Ao conceituar o termo centro de memória, os autores enfatizam seu caráter exclusivo de desenvolver representações históricas da instituição, destacando sua finalidade de fortalecer a identidade institucional. Dentre as atividades desenvolvidas, salienta-se a oficina intitulada “Indústria Carbonífera em Criciúma: trabalho, cidade e operários(as)”, mediada por bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em parceria com a rede municipal de ensino. Ademais, foram realizadas sete oficinas com diferentes escolas, envolvendo 133 alunos.

Entretanto, os autores apontam dificuldades enfrentadas na pesquisa com as fontes históricas. O encantamento com as fontes, embora enriquecedor, pode ser prejudicial, especialmente diante das condições precárias de trabalho, como a falta de funcionários, que desestrutura o planejamento da instituição. Logo, o uso das fontes como método de pesquisa se torna uma atividade lenta e cautelosa, que requer paciência e rigor metodológico. Conclui-se que o centro de memória se torna um espaço de diversas possibilidades, caracterizado por sua interdisciplinaridade e pelo diálogo entre sociedade, pesquisa e ações educacionais voltadas para a valorização dos bens patrimoniais.

Nas pesquisas de dissertações e teses pela BDTD e pelo catálogo de teses e dissertações da CAPES, foram selecionados quatro (4) dissertações e (1) uma tese para a revisão bibliográfica. O motivo de tal seleção se efetiva pela opção epistemológica, o materialismo histórico-dialético. O processo de identificação da corrente teórica nas dissertações e teses ocorreu pelo fichamento das dissertações, tanto quanto pela realização do estado da arte dessas pesquisas. Buscou-se verificar o universo das dissertações, que corresponde à descrição de materiais utilizados na pesquisa, e a técnica de análise, um levantamento preocupado em identificar as formas de investigação das pesquisas. Assim, esses critérios possibilitaram revelar as

abordagens dos autores, bem como os tipos de conceitos utilizados em suas pesquisas – por fim, revelando as correntes teóricas escolhidas.

Vale ressaltar que o uso do estado da arte não está vinculado a apenas analisar o universo e as técnicas de análise de uma pesquisa, mas, sim, a construir um conhecimento sobre as bibliografias levantadas, uma vez que identifica “os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação” (Romanowski; Ens, 2006, p. 39). Assim, esse campo de conhecimento se atenta a esclarecer as descrições da busca da pesquisa, bem como a localizar o objeto nas hospedagens virtuais, a criar parâmetros de refinamento de dissertações e teses, além de sintetizar as pesquisas levantadas, por sua vez, sua estrutura, a abordagem, método, natureza, resultados, objetivos e a epistemologia (Romanowski; Ens, 2006).

As palavras-chave encontradas se separam em temáticas sobre: Educação (2); Educação Básica (2); Práticas Docentes (2); História das Instituições Escolares (1); Arquivos Escolares (1); Centro de memória virtual; Centro de Memória (3); Educação Profissional; História da educação brasileira (1); Memória Escolar (1); Lugar de Memória (1); História Local (1); Movimentos Sociais (1); Periferia (1).

Na dissertação de Meline Lopes Pinheiro (2021), a autora propõe a levantar fontes para o desenvolvimento do Centro de Memória Virtual da Escola Municipal Professora Vera Cecilia Lamim. Os motivos da escolha desse trabalho se dão pela escassez de pesquisas que envolvam centros de memória escolar e por conta do período da pandemia da covid-19, que impedia o contato presencial de a pesquisadora desenvolver o centro de memória físico. Pesquisadora que atua e investiga a instituição, notou que, nas aulas de história, constava no currículo da terceira série o tema história da escola, mas a instituição carecia de fontes sobre tal história. Os resultados desse trabalho foram a construção do produto educacional “Centro de Memória Virtual Vera Cecília Lamim”, do *Google Docs*, porque evidenciaram a urgente valorização da história e memória das escolas, devido à história de a escola poder se tornar uma ferramenta de atuação política. Por meio dela, é possível compreender a história da cidade de Jacarezinho e refletir sobre as suas limitações, assim como possibilidades de resistência e emancipação política, desenvolvendo uma consciência histórica.

A dissertação de Tânia Janaína Borda Landi (2022) propôs a criar o Centro de Memória Virtual da Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho

(ETEC) de Ipaussu/SP, sob a finalidade de ser uma plataforma voltada à comunidade, com fins de socialização das práticas pedagógicas para os docentes do Estado de São Paulo. Os motivos que levaram a autora a escolher esse tema foram sua participação no grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza” (GEPEMHEP) e o fato de a comunidade escolar desconhecer a história da própria escola. Os benefícios da construção do centro de memória estão na conscientização de classes, uma vez que evidenciam a função social das instituições escolares através da história e memória local, ao revelar à comunidade o contexto que a escola está situada. Isso demonstra que a escola não é livre, mas, sim, alvo de interesses de classes sociais, cujo papel cabível da comunidade é a participação e o questionamento das políticas públicas que recaem sobre a escola.

Jayne Maria Witchemichen (2021) analisou o processo de construção dos centros de memória do município de Irati/PR, principalmente no quesito das identidades propostas pelo projeto do Estado do Paraná, o Museu da Escola Paranaense (MEP). A investigação se baseou em documentos e entrevistas com coordenadores e funcionários de núcleos regionais do Museu da Escola Paranaense, bem como com professores da SEED (Secretaria Estadual da Educação). A relevância do centro de memória se efetiva no sentido de o espaço escolar desenvolver memórias da comunidade, pois existem conexões dos alunos com os objetos e eventos escolares. Os centros de memória escolares dão protagonismo às vidas das pessoas que são esquecidas pelo tempo, preservando uma parte da história do Paraná. Os resultados coletados do trabalho mostraram a percepção de uma história oficial, dos vencedores, ao enfatizar os feitos dos governadores, secretários da educação e representantes executivos das unidades escolares, não tendo rastros de uma diversidade étnica, nem relação com o presente da comunidade. Além disso, notou-se que as memórias sobre a escola não se manifestam nos mais idosos, e sim nos jovens, que expressam vínculos afetivos consolidados a partir do espaço escolar, configurando-o como um lugar de memória.

O estudo sobre as possibilidades educacionais dos Centros de Documentação e Memória, desenvolvido por Rogério Xavier Neves (2005), objetivou verificar as viabilidades educacionais existentes nos Centros de Documentação e Memória da UNESP em São Paulo (CEDEM), considerando os instrumentos de pesquisas disponíveis. Por meio dos questionamentos dos alunos em suas aulas ministradas no

curso profissionalizante na área de documentação, o autor investigou as funções sociais exercidas pelos centros de documentação e as possibilidades de intervenção junto à comunidade. Nesse contexto, ele levantou questões norteadoras sobre as contradições entre os saberes educacionais e a prática profissional nos espaços documentais, como o trabalho técnico, material e documental.

A partir das contradições postas, orientadas pela perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético, introduz a dialética entre a técnica arquivística e a função educacional; as normas institucionais e as ações educacionais, que o autor busca analisar e compreender as relações e limitações entre a educação e os centros de documentação e memória, com base em pesquisa documental, bibliográfica e estudo de caso.

O levantamento descritivo realizado pelo autor evidenciou que os centros de documentação e memória da UNESP se desenvolveram durante e após o contexto da ditadura militar, sendo destinados a finalidades temáticas, como movimentos sociais, questões trabalhistas, formação de professores e pesquisa sobre a história administrativa do Estado de São Paulo, do município e da região de Marília. Sob esses resultados, o autor concluiu que os centros de documentação e memória não são neutros, pois estão carregados de símbolos e representações imbuídas das condições materiais de suas instalações. Nesse sentido, a discussão é direcionada para evidenciar que a educação está articulada aos centros de memória, na medida em que contextualizam política e historicamente a instituição. A função social da educação, assim, é atribuída aos centros de documentação e memória, que desempenham um papel na sociedade ao permitir discursos ideológicos que justificam sua existência. Portanto, para que um centro de memória e documentação seja verdadeiramente educacional, é necessário que as relações humanas e coletivas estabelecidas com a sociedade prevaleçam sobre as determinações oficiais e finalidades institucionais.

Perante a conclusão, o autor traz as limitações dos centros de documentação e memória, de modo que se esbarram na falta de socialização de seus acervos, na preponderância de cursos e assessorias técnicas para outras instituições paulistas advindas das ordens institucionais, simultaneamente nas dificuldades na formação dos profissionais localizados nos referentes centros, visto que esses locais exigem profissionais de diversas áreas para funcionar. Além disso, o pesquisador menciona as possibilidades de conexão entre o centro de documentação e memória com a

educação, por meio das relações entre a memória, a história e o tempo, dependendo das implicações relacionadas à difusão das fontes históricas.

Todavia, ao longo de sua dissertação, a definição de seu objeto, o centro de documentação e o centro de memória, apresenta ambiguidades, porque traz, em sua discussão, que esses espaços construídos historicamente se formaram como lugares de memória. O autor não busca especificar cientificamente a diferença de um centro de documentação para um centro de memória, mas, sim, a partir de Marx em definir que são espaços constituídos historicamente, os quais se especializaram ao longo do capitalismo, trazendo a relação da especialização dos modos de produção das indústrias com a especialização dos espaços que cultivam a memória social. Logo, o centro de documentação e a memória são herdeiros dos museus, centros culturais e bibliotecas, de modo que foram se aperfeiçoando ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo.

A tese de Angélica Gonçalves Garcia (2022) debate a temática das memórias, lutas populares e periferias a partir da proposição de centros de memórias das periferias de São Paulo. Nas possibilidades de se desenvolver o centro de memória, a autora utiliza a memória oral como documento histórico, de maneira que argumenta a relevância da memória periférica para se produzir a própria história, pois se define que o fazer historiográfico da resistência popular parte da classe subalterna fazê-la:

> Sabemos que os moradores das periferias são os protagonistas dos movimentos de resistência popular nesses territórios, por isso é fundamental para nós que sejam eles e elas, os narradores e narradoras dessas histórias de luta. A produção de registros de memórias a partir do ponto de vista dos moradores das periferias, especialmente, no contexto da universidade, tem íntima relação com o debate da descolonização dos saberes e fazeres que teremos mais adiante (Garcia, 2022, p. 134).

As conclusões do trabalho em foco revelam a necessidade da conexão da Universidade com a periferia, demonstrando possibilidades de integração do conhecimento entre a Universidade e a periferia, ao trazer condições da emancipação da classe trabalhadora.

A partir da revisão dessas pesquisas, foi possível identificar, predominantemente, alguns aspectos: a) a metodologia de pesquisa documental; b) a falta de políticas públicas para a construção de centros de preservação da(s) memória(s); c) a dificuldade de integração dos centros de memórias com a

comunidade; d) o armazenamento inadequado de fontes e arquivos. As questões que ficam para serem discutidas e analisadas são: o centro de memória é uma instituição que necessita de diversos esforços para existir, como espaço e infraestrutura adequada para a preservação, catalogação e difusão dos arquivos, preparação adequada dos funcionários, abordagem delimitada para o espaço, diálogo com a comunidade, características que não se integram por causa da falta das políticas públicas, o elemento catalisador da estrutura do centro de memória. Vale destacar o caráter híbrido do centro de memória, tendo um movimento peculiar, que se insere em uma ação de dentro para fora, ou seja, de reconhecimento do papel que a instituição tem para a sociedade através da história, para, depois, refletir em ações efetivas à instituição e à comunidade.

Mediante os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na sequência, o texto se dedica a analisar o contexto e as políticas públicas que buscaram promover a construção de centros de memória da educação no Estado de São Paulo, entre os anos de 1990 e 2024. Além dos aspectos legais que direcionaram as políticas nesse período, a pesquisa buscou selecionar e analisar fontes que permitissem uma visão mais ampla sobre o processo histórico de construção e implementação dessas políticas.

3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E OS GRUPOS SOCIAIS DA MEMÓRIA EDUCACIONAL: CENÁRIOS DE EMBATE

As políticas educacionais se manifestam em diversos meios da sociedade, seja em acordos, tratados, assembleias, seja em leis, decretos, resoluções, em diversas categoriais espaciais. A relevância de se analisar o conjunto das políticas educacionais está em perceber não só a conjuntura histórica das escolas, mas também a dependência e estrutura de seus locais. Como uma metodologia documental de pesquisa se dispõe de uma análise descritiva do documento, ela possibilita compreender a forma como uma política é operada na sociedade – e como afeta e limita as vidas das classes sociais. Nesse sentido, embora as políticas educacionais não sejam a realidade, elas se efetivam como uma projeção

coordenadora da própria realidade, haja vista que faz parte do conjunto das manifestações ideológicas de uma classe hegemônica (Cury, 1984; Favoreto; Lizzi; Freitas, 2023).

Nesta seção do trabalho, a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, serão analisadas as políticas educacionais sobre patrimônio cultural e educação global, na Educação Básica do Estado de São Paulo, durante o período de 1990 a 2024, uma vez que se refere ao período de criação dos Centros de Memória das Centro Estadual Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e do Centro de Referência em Educação Mario Covas (CRE Mario Covas), duas esferas responsáveis de irradiar a educação patrimonial no setor de Educação Básica do Estado de São Paulo. A abordagem de análise se concentrará em verificar, diante das movimentações globais, nacionais e estaduais, as contradições e as condições materiais em que foram estabelecidas essas políticas como forma de entendimento das implicações políticas do centro de memória na Educação Básica.

3.1 As Políticas Públicas de Patrimônio Cultural

A questão primeiramente a ser discutida é como determinar um patrimônio cultural em uma sociedade. Como assegurar meios de preservação, reconhecimento e transmissão de um patrimônio que vai além de um monumento material e arquitetônico na sociedade?

Os primeiros debates sobre patrimônio cultural em um sentido de herança comum (Pereira, 2013) se iniciaram na metade dos anos 1960. Em 1966, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, foi definida a necessidade de diminuir a pobreza, aprimorar as condições de trabalho e proporcionar uma saúde e educação de qualidade (Unicef, 1966). Os direitos culturais são articulados como parte fundamental da vida social e da condição de trabalho digno, pois, através dos Artigos 6º, 11º e 15º, o direito cultural se torna integrado como parte necessária para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a ciência dissemina o direito de aperfeiçoamento produtivo do trabalho. A conexão entre a cultura e a ciência como parte do desenvolvimento capitalista estará nas suas manifestações perante a sociedade, como a difusão, intervenção educacional responsável de desenvolver a estrutura capitalista. Eis aí a nova tendência ideológica hegemônica construída pela escola de Chicago, o capital humano, corrente de pensamento que estabelece a

educação como um instrumento de retorno lucrativo para o Estado ao estimular o trabalhador a ser mais produtivo, por acreditar na prosperidade por meio do conhecimento (Saviani, 2007). A introdução do capital humano como prioridade do Estado passou a ser verificada, na medida em que a produção de mercadorias, a partir de trabalhadores instruídos, alavancou em comparação ao capital não humano (Schultz, 1973, p.31). Assim, a cultura se torna parte integrante dos direitos fundamentais do ser humano.

Dentro desses princípios consolidados, surgiu espaço para o desenvolvimento de uma nova política internacional. Assim, em 1972, foi realizada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, em Paris. A necessidade desse acordo estava relacionada à deterioração das obras humanas provocada pela modernidade, considerando que o patrimônio cultural e natural era visto como insubstituível. Sua destruição ou desaparecimento resultaria no “empobrecimento real de todos os povos do mundo” (UNESCO, 1972, p. 1). É importante destacar que esse tratado previa riscos de destruição do patrimônio devido ao contexto global de regimes autoritários instaurados e legitimados pela Guerra Fria. Nesse cenário, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), notoriamente, propôs a criação de mecanismos de apoio aos Estados em situação de vulnerabilidade, sem deixar de enfatizar a responsabilidade desses países em preservar seus patrimônios ameaçados.

O conceito de Patrimônio Cultural estava associado a fontes materiais produzidas pelo ser humano, tais como: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, que constituem os monumentos; construções de espaços de habitação humana; sítios arqueológicos. De certa maneira, todos estariam submetidos à aprovação da concepção científica do referente período.

A convenção destaca também a responsabilidade de as populações preservarem seus patrimônios, como forma de não depender somente dos Estados de tal medida, mas, sim, sendo uma ação cooperativa, como meio de garantir para as próximas gerações a transmissão do saber humano. Nesse sentido, as concepções de patrimônio por parte do Estado e da sociedade deveriam ser homogêneas, pois, para se chegar às mesmas representações patrimoniais, a educação preencherá essa lacuna, em seu caráter de difusão por parte do Estado. Logo, notam-se as continuidades dos interesses do patrimônio cultural nos assuntos políticos, mas sem

desconsiderar o controle e o aperfeiçoamento da classe trabalhadora, perante as maneiras de preservação da hegemonia com os seus patrimônios culturais.

Como estratégia de combate a essa conjuntura, o Artigo 11 explana que cabe aos Estados as responsabilidades de preservar seus patrimônios – e, para ser tombado, um patrimônio deve possuir um inventário evidenciando os objetivos e o local apresentado. Ao ser submetido à convenção avaliadora, um dos critérios a serem revistos é o valor universal que o patrimônio tem, revelando-se como um patrimônio mundial (UNESCO, 1972).

Para auxiliar os países na construção de suas estruturas patrimoniais, essa convenção determinou uma intervenção global de assistência aos países, com vistas a desenvolver políticas de preservação e difusão dos seus monumentos; para isso, um órgão documental e patrimonial foi escolhido como responsável para ser o modelo e orientador dessas políticas: o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Centro de Roma) e a União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), haja vista que os seus representantes disporão de votos ao assistirem as sessões (UNESCO, 1972).

Entretanto, essas políticas internacionais não se efetivaram plenamente no período dos anos de 1970, entendendo que o delicado contexto é de uma Guerra Fria, a determinar ditaduras ao longo do mundo – supostamente, os requisitos de definir o patrimônio se tornam mais vulneráveis[4]. No caso do Brasil, que não aderiu a essa convenção, tinha em sua equipe do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico) e do IPHAN (Instituto Patrimônio Histórico Ambiental e Natural) arquitetos, em sua maioria, ao invés de historiadores, tendo como critérios técnicos de pensar o patrimônio a rentabilidade, o turismo e a estética (Nascimento, 2006).

[4] A Guerra fria, evento situado entre o período de 1948 a 1991, transformou o planeta Terra no que é dito de condição bipolar, uma vez que o globo passou a ser dividido em dois blocos territoriais, institucionalizados pela ideologia capitalista e socialista. Nessas condições, pode-se afirmar que as democracias burguesas foram abolidas em trocas de ditaduras, como estratégia de controle de cada bloco hegemônico. Por isso, o termo “Guerra Fria”, pois os conflitos aconteceram de forma indireta, determinando, como primazia, a ideologia. Esse período inaugurou e aprimorou novas concepções científicas, bem como novas maneiras intervenção por parte do Estado, tais como: a interrelação entre a histeria e a-história. Nessas duas categorias, creem-se que as catástrofes humanas são certas e, por isso, a previsão do futuro deve ser sistematizada e mecanizada em dados por computadores, de certo modo, nega a cultura humana dentro da ciência histórica. Orientados pela perspectiva da Ciência Social Moderna, busca-se introduzir em suas estratégias políticas a racionalidade técnica, ou seja, uma intervenção de planejamento político mecânico, programado a ter acesso integral aos dados políticos do território inimigo. Para saber mais: HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O Brasil começa a discutir o conceito de Patrimônio Cultural e implementar alternativas de políticas públicas durante o processo de redemocratização no período de 1980. Sob demandas federais, discute-se o conceito de Memória, coordenado por Aloísio Magalhães. Por meio de seus estudos, traz a antropologia cultural, de modo que define o patrimônio cultural como manifestações de diversas culturas atuais, pautadas na base cultural histórica. Todavia, Aloísio Magalhães alegava enfrentar obstáculos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural, apontando como o maior empecilho o combate às formas homogêneas das próprias políticas patrimoniais, visto que sofriam intervenções globais (Nascimento, 2006).

A Constituição Federal de 1988 elenca esse processo de construção da democracia brasileira, pois inaugura um marco da cidadania, haja vista que refletirá na definição de direitos culturais, transcendendo a ação patrimonial de preservar o passado. Perante esse contexto, a Constituição atual promoveu meios de educar a sociedade a lutar e defender o direito ao desenvolvimento do patrimônio cultural, como garantia de sobrevivência e resistência das próprias sociedades brasileiras. Para isso, foi legitimado o Plano Nacional de Cultura, que objetiva integrar as políticas públicas de patrimônio cultural no país (Pereira, 2013).

A partir de 1997, foi criado o Programa Monumenta, sob o financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o incentivo da UNESCO, que buscaram angariar meios de crescimento eficiente do Patrimônio Cultural em âmbito turístico. Intervindo nas cidades históricas tombadas pelo Iphan, providenciaram políticas de reparos, ajustes dos edifícios tombados, cursos de qualificação de trabalhadores direcionados à reparação dos monumentos tombados, tanto quanto no setor de turismo e manifestações culturais (Bahia, [s.d.]; Bid [s.d.]).

Nos anos 2000, foi estabelecido o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), consolidado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que autorizava planejamentos de averiguação, catalogação, preservação e difusão do Patrimônio Cultural Brasileiro, tendo parcerias dos órgãos estaduais, municipais, universidades, agências privadas e públicas (Brasil, 2020).

Em 2012, foi garantida através da Emenda Constitucional nº 71, no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, a criação do Sistema Nacional da Cultura, cuja medida consolida uma intervenção de administração e estímulo efetivo das políticas voltadas ao patrimônio cultural. Considerando a descontinuidade e fragmentação das

ações dos governos direcionadas ao patrimônio cultural, foram intencionados processos fixos de promoção e salvaguarda do patrimônio cultural (Pereira, 2013).

Ao levantar as políticas externas e internas do patrimônio cultural, revela-se que elas estão conectadas com os direitos fundamentais humanos que transcendem o caráter individual, uma vez que se inferem como um direito social baseado na fraternidade de cada grupo manifestar e preservar a cultura, possibilitando o poder de promoção e salvaguarda ao coletivo e ao Estado (Pereira, 2013). Diante desses estudos, criou-se, a seguir, uma linha do tempo dos marcos políticos de patrimônio cultural em nível internacional, nacional e estadual.

- Âmbito internacional (1966-1972): Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972). Período compreendido como a reformulação do conceito de patrimônio cultural e garantia de patrimônio como um direito cultural.
- Âmbito nacional (1988-2012): Plano Nacional de Cultura (1988); Programa Monumenta (1997); Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (2000); Sistema Nacional da Cultura (2012). Período que tem a Constituição Federal de 1988 como a viabilizadora de políticas públicas nacionais voltadas ao patrimônio cultural.
- Âmbito estadual (1995-2020): Centros de Memória do CEETEPS (Centro Estadual Tecnológica Paula Souza) (1998); Memorial da Educação Paulista (1998); Centro de Referência em Educação Mario Covas (2002); Patrimônio em Rede (2012); Programa Memória Escolar, Educação e Patrimônio (2014). Contexto situado em aprimorar os resultados educacionais do Estado de São Paulo, simultaneamente aprimorar a preservação, assim como a consciência patrimonial.

O sentido de patrimônio cultural se encaixa na resistência ou no protagonismo das classes subalternas em relação à imposição da globalização de homogeneizar a cultura desses povos, pois, a partir da ênfase das práticas culturais de diversos grupos, promove o espaço para difundir suas identidades culturais na sociedade (Oliveira, 2011). Todavia, nota-se que as políticas de patrimônio cultural no Brasil se iniciam de forma conservadora no período de 1930 através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tendo como percursores Mário de Andrade,

Rodrigo Melo, Franco de Andrade, Gilberto Freyre, pois utilizam o passado como maneira de aprimorar a estrutura capitalista no Brasil, e não a romper. Já no período de 1970 a 1980, por meio do cenário de queda da ditadura militar e processo de redemocratização, a discussão sobre memória e identidade ganha maior espaço (Antunes, 2021; Gonçalves, 2015).

Não obstante, durante o período pós-guerra, nota-se o interesse exacerbado dos órgãos internacionais sobre o patrimônio, cenário este que irá inserir o mercado como protagonista nas decisões políticas dos patrimônios culturais do Brasil, pois, através de projetos voltados ao turismo como meios de valorizar o território e gerar desenvolvimento socioeconômico, irá cada vez mais desenraizar o território de sua cultura e identidade local (Gonçalves, 2007; 2015; Melo, 2015).

As características enunciadas pelos órgãos internacionais em salvaguardar o patrimônio se tornam questionáveis, na medida da efetivação de um modelo de preservação e conceito de patrimônio, mas sem considerar que o patrimônio se refere ao conhecimento, práticas que dizem respeito aos locais estabelecidos por seus grupos. Logo, as concepções de como preservar, o quê preservar e como representar irão variar das classes sociais oriundas de seus locais. Simultaneamente, o patrimônio compreendido como um bem inalienável se torna comprometido através de uma finalidade consumista do próprio inalienável, uma vez que mercantiliza as expressões culturais locais, bem como se torna propriedade dos órgãos internacionais (Gonçalves, 2007; 2015; Melo, 2015).

> À teoria da utilidade não restava, assim, nenhum outro campo de especulação a não ser o da posição ocupada pelos indivíduos nessas grandes relações: o da exploração privada, por indivíduos isolados, de um mundo encontrado pronto [...]. Preso às condições da burguesia, sua crítica só se ocupava daquelas relações que haviam se formado numa época anterior e impulsionado o desenvolvimento da burguesia. O utilitarismo desenvolve, por isso, a conexão de todas as relações existentes com as relações econômicas, porém apenas de uma forma limitada (Marx; Engels, 2017, p. 399).

Pode-se entender os motivos da obsessão dos órgãos internacionais sobre o patrimônio cultural diante da crise do capitalismo, pois, a partir de uma estrutura beligerante de sistema, da qual vivencia o futurismo cibernético deliberado, enxerga como única solução a aplicabilidade do passado como elemento nostálgico, por sua

vez, o uso do passado como a panaceia dos problemas desencadeados pelo próprio capitalismo (Gonçalves, 2007; 2015; Hobsbawm, 1998).

Examinar essas políticas é uma tarefa desafiadora, uma vez que elas não seguem um padrão uniforme. Enquanto surgiam iniciativas globais voltadas para a preservação do patrimônio cultural, no âmbito nacional, essas políticas foram implementadas de maneira dispersa e, em grande parte, orientadas pelo interesse turístico, utilizado como justificativa para o progresso cultural e econômico do país. A problemática se insere nesse contexto: ora, se, na Constituição de 1988, os patrimônios culturais se tornam dever também do povo em preservar e promover, como os grupos sociais definem o que é seu patrimônio? Qual é o papel da educação formal ou informal nesse contexto?

3.2 O Movimento dos Historiadores da Educação e Educadores no Brasil: os deslanches dos Centros de Memória no Estado de São Paulo

Os historiadores da educação e os educadores, a partir da década de 1980, mobilizam-se para manifestar o cenário drástico que a educação e a ciência histórica brasileira poderiam alcançar futuramente. Questões como a Revolução Industrial[5] e tecnológica, políticas públicas de incentivo ao descarte dos arquivos escolares e o reprodutivismo científico de linha economicista e tecnicista determinam moldes ao não ser trabalhada a historiografia, além de não se aprofundar nos problemas da história da educação (Warde,1984; Nagle, 1984). Os grupos de estudos e pesquisa, por exemplo, História da Educação, liderado por Luís Antônio Cunha; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR); Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), liderados neste período por Dermeval Saviani, e sob alguns representantes de destaque, como Jorge Nagle, José Silvério Baia Horta, Guacira Lopes Louro, Eliane Marta Teixeira Lopes, Paulo Ghiraldelli Junior, Clarice Nunes, Marta Maria Chagas de Carvalho, Ester Buffa, Evaldo Amado Vieira, Mirian Jorge Warde, faziam parte do movimento dos historiadores da educação, com as suas especificidades, no

[5] Refere-se ao conceito de Revolução Industrial definido por Eric Hobsbawm (1998). Não se trata somente de um evento isolado da segunda metade do séc. XVIII, mas que foi capaz de transformar a estrutura social e cultural das sociedades de forma gradativa e global, de modo que se estende à atualidade. Dessa forma, o conceito de revolução está articulado ao sentido de atemporalidade, por sua vez, as inovações tecnológicas, ao produzir a ampliação e aceleração das informações, estão conectadas ao fenômeno da Revolução Industrial.

que podemos delimitar de primeiro e segundo movimento. O primeiro movimento tinha como premissa a construção de uma referência sólida para a história da educação, por meio da identificação, bem como estratégias mais eficientes de preservação das fontes históricas. O segundo movimento buscava desenvolver correntes teóricas historiográficas procurando apoios com outras comunidades acadêmicas da área de Ciências Humanas.

Vale destacar que Dermeval Saviani, Marta Maria Chagas de Carvalho, Ester Buffa, Clarice Nunes e Guacira Lopes Louro tinham como objetivo, em seus projetos, socializar os conhecimentos científicos construídos e transformar as formas de se desenvolver pesquisa da história da educação no Brasil, especificamente no uso em conjunto da História, historiografia dos métodos educacionais e das práticas das instituições escolares. Para esses historiadores, os procedimentos da pesquisa na História da Educação deveriam ser direcionados ao uso metodológico documental primário, de cunho administrativo e cultural, que se propusesse a analisar as condições históricas e materiais da construção das instituições escolares no Brasil (Nunes; Carvalho, 1993; Catani; Filho, 2002; Nosella; Buffa, 2013; Saviani, 2021).

Ressalta-se que, ao final dos anos 1970 para a virada dos anos 1980, houve influências científicas que provocaram os educadores e historiadores da educação a trabalharem uma nova concepção de desenvolvimento de pesquisa, tanto quanto do perfil do pesquisador no Brasil. As teorias de historiografia marxista e a Nova História Cultural orientaram os historiadores da educação a se aproximarem das escolas públicas, de modo a perceber que a própria segregação estrutural, entre o espaço acadêmico para com a escola [6], poderia ser determinante para o fim da História da educação brasileira, pois boa parte das fontes históricas, que possibilitassem a reconstrução da História da educação brasileira, estavam nas instituições escolares. Além disso, as concepções de fonte histórica com essas gerações são revistas, pois será considerado qualquer objeto, artefato produzido ou relacionado ao ser humano como fonte, ao contrário da corrente tecnicista da história, a definir somente os documentos escritos, de caráter estatal ou administrativo como fonte.

> A frequência aos arquivos e os problemas com que convivemos, a nível de acesso e mesmo de conservação documental, nos impele a pensar se não nos cabe, enquanto historiadores, ao lado de outros

[6] A segregação das funções do espaço universitário e escolar foi influenciada pela Lei 5.540/1968, que determinava a separação entre o ensino e a pesquisa e o fim da autonomia universitária (Saviani, 2006).

> profissionais, construir uma política projetiva que não só identifique, no presente, os tipos de documentos que interessam salvaguardar, mas também que se abram imediatamente, para usar nos nossos trabalhos, fontes que têm sido excluídas sistematicamente da nossa análise. São exemplos típicos: os desenhos, apontamentos de aulas, filmes televisivos escolares, fontes orais, fotografias etc. (Nunes; Carvalho, 1993, p. 35).

Nesse sentido, as análises desses historiadores, mesmo que guiados por suas correntes teóricas distintas[7], levam a um caminho em comum: promover projetos de extensão de levantamento do estado dos acervos das instituições escolares e catalogação destes, através da intencionalidade de transformar não somente o espaço escolar em um espaço de preservação documental, mas também em um espaço de sensibilização para as comunidades escolares, esclarecendo-se, assim, a autenticidade dos centros de memória diante de outros espaços patrimoniais (Nunes; Carvalho, 1993; Zaia, 2005).

As políticas públicas de incentivo ao descarte dos arquivos tratados pelos educadores e historiadores da educação estão conectadas às políticas educacionais no Brasil de longo período, definindo-se como o processo de unificação normativa da educação nacional, orientadas por uma concepção produtivista e de capital humano (Saviani, 2006). Nesse período, as decisões judiciais criaram a Portaria nº 200 (22/01/1962-MEC/DEM), que determinou a diminuição da quantidade de documentos escolares, a fim de descartar os documentos considerados inaproveitáveis (Souza; Moraes; Zaia, 2011). Então, para instruir os educadores em quais documentos deveriam preservar e descartar, foi publicada a Portaria nº 01/01/1962-MEC/DEM; essa política pública estabelece como arquivo fundamental, respectivamente:

[7] As correntes teóricas dessas historiografias se dividem nas epistemologias materialismo histórico-dialético e pós-estruturalismo. Especificamente a historiografia marxista tende a partir de um elemento particular sem desconsiderar o universal, de modo que, por meio da dialética, da comparação entre os contrários, possibilita unificar a um conhecimento aprofundado sobre o objeto. Já o pós-estruturalismo consiste em se aprofundar sobre o objeto pelo objeto, sem articulá-lo com o todo, haja vista a investigar as manifestações culturais de grupos, indivíduos, mas sem relacionar ao sistema operante capitalista. Para saber mais, leia: MATOS, J. Tendências e Debates: da Escola dos Annales à História Nova. **Revista Historiæ**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 113-130, 2010; VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. *In*: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da História**: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-165.

> [...] atas gerais de exames de admissão, ou seja, livros em que era possível encontrar as notas, por disciplina, que os alunos conseguiram atingir para que pudessem cursar o ginásio. Também, atas de exames de segunda época, de exames especiais, revalidação, adaptação, fichas de transferências, notas e demais documentos que registram notas. No item 15 dessa portaria declara-se que os documentos não essenciais deveriam ser incinerados (Souza; Moraes; Zaia, 2011, p. 390).

Posteriormente, foram executados durante o período de 1976 pareceres, como: nº 214/67; nº 16, de 27/01/1976. No caso de decretos, foi consolidado o Decreto 64.398/68, que determinava, como arquivo essencial, a microfilmagem a ser analisada pelo Ministério da Educação, tais como documentos públicos de nível federal, estadual, municipal e documentos privados (Brasil, 1969). Na mesma orientação, em âmbito estadual, foi legitimado o Decreto 39.334/1961, haja vista a descartar as avaliações dos alunos que excedessem o prazo de validade de dois anos (São Paulo, 1961). De certa forma, essa última política educacional influenciou substancialmente na queima de fontes escolares no Estado de São Paulo (Landi, 2022).

Diante disso, exibe-se a intensificação das políticas públicas de incineração dos arquivos anteriormente à ditadura militar. Entretanto, é inegável sua contribuição na queima dos documentos, conforme é apresentado um parecer em 1976, um decreto em 1968 e, sobretudo, em formas ocultas às leis, como no caso da E.E. Cândido Portinari, no município de Batatais, do Estado de São Paulo, em que os militares invadem a instituição sob o objetivo de destruir o curso de Ginásio Vocacional. De perspectiva humanista, esse curso tinha como intencionalidade amplificar as capacidades de talentos da comunidade escolar, conduzir as aptidões profissionais dos alunos, elaborar um saber da beleza nas expressões da arte e cultura, de tal modo que estivesse articulado à prosperidade estrutural do país. Assim, os militares demitiram diretores, coordenadores e queimaram arquivos, perante a alegação de o curso ser subversivo à segurança nacional (Silva, 2017).

As políticas públicas de queima dos arquivos, situação articulada à modernidade tecnológica, tornaram-se um alerta para os historiadores da educação e educadores, pois, diante da aceleração da informação, bem como o aumento do entretenimento, cada vez mais era algo que poderia interferir na compreensão da realidade para a comunidade escolar, uma vez que o passado estaria destruído, ofuscando a consciência dos determinantes sociais e históricos da comunidade

escolar. Por sua vez, os estudiosos frisavam que os documentos culturais deveriam ser considerados, tendo não somente como critérios os arquivos administrativos, mas, sim, estabelecer como seleção os arquivos culturais que pudessem causar impacto e mobilização das comunidades escolares e locais (Nunes; Carvalho, 1993).

Nesse contexto, o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CMEFEUSP) surge como objetivo nas áreas de pesquisa, ensino, extensão e centro de documentação, através da finalidade de inventariar fontes das instituições escolares do Estado de São Paulo; desenvolver pesquisa da história das instituições escolares, dos conhecimentos produzidos nas instituições e escolares; analisar os instrumentos didáticos aplicados nas escolas; catalogar acervos presentes na Faculdade de Educação da USP ou de outras instituições (Moraes; Santos, 2021).

Diante do trabalho coletivo dos historiadores da educação anteriormente citados, destaca-se diretamente o trabalho de Miriam Jorge Warde (São Paulo, 2014), pois, por meio de seus trabalhos com os seus grupos, tais como Carlos Roberto da Silva Monarcha (1999), evidenciou documentos da origem da Universidade de São Paulo na E.E. Caetano de Campos, mediante contatos com cargos elevados da Secretaria da Educação; foi aconselhado a ela que encaminhasse esses arquivos à Universidade de São Paulo. Aliás, em 1994, a partir da coordenação de Marta Maria Chagas de Carvalho e Carmen Sylvia Vidigal Moraes, introduziu-se o projeto de pesquisa “Impressos, Leituras e Instituições Escolares no Brasil”, que tinha como objetivo elaborar pesquisas historiográficas da educação focadas na escola, no desenvolvimento escolar e nas práticas, plano este que deu sequência à institucionalização do CMEFEUSP:

> [...] o projeto foi integrado por 7 subprojetos, a saber: Escolas de “Instrução Popular”: Materiais Escolares e Documentos Institucionais**,** coordenado pelas Profas. Dras. Carmen Sylvia Vidigal Moraes **e** Circe Maria Fernandes Bittencourt; Imprensa Periódica Educacional Paulista (1890-1990), coordenado pelas Professoras Dras. Denice Barbara Catani e Cynthia Pereira de Sousa; Práticas e representações de leitura na formação de professores paulistanos na Primeira República - estudo do caso da Escola Normal da Praça entre 1890 e 1930, coordenado pela Profa. Dra. Maria Cecília Cortez Christiano de Souza**;** Tempos de Escola: Inventário das Instituições Escolares Femininas na Província de São Paulo, coordenado pela Profa. Dra. Maria Lúcia. Spedo Hilsdorf; Práticas de Leitura e Reforma Escolar no Brasil (1920-1945), coordenado pela Profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho**;** Repertório de fontes sobre a reforma de Instrução Pública no Distrito Federal (1927-1935), desenvolvido sob a

> responsabilidade da então doutoranda Diana Gonçalves Vidal; As práticas escolares: da escrita e da leitura nas escolas de Rio Claro (1940 a 1960), desenvolvido sob a responsabilidade da então doutoranda Marilena Jorge Guedes de Camargo (Moraes; Santos, 2021, p. 4).

Portanto, revela-se que o trabalho sistemático e coletivo dos historiadores da educação e educadores tem sido fundamental para a viabilização de projetos de Centros de Memória na Educação Básica, mostrando-se uma ação realizada a partir dos projetos de extensão, ensino e pesquisa, haja vista a permitir a conexão entre o Ensino Superior e a Educação Básica.

3.3 As Políticas Educacionais em torno da Racionalidade e Eficiência nos anos 1990 e o Centro de Referência em Educação Mario Covas (2002-2024)

O período dos anos de 1990 foi marcado por uma corrente de pensamento hegemônica, que objetiva inovar a estrutura educacional através da eficiência dos gastos públicos e que passou a usar parâmetros de avaliação de desempenho para os educadores e educandos. O argumento primordial era de que a educação se encontrava em situações alarmantes; diante disso, tornava-se imperioso agilizar recursos e meios para a diminuição das desigualdades. Logo, o contexto de 1990 não é só de um fim de uma Guerra Fria, mas, sim, de um contexto da inovação e reestruturação do capitalismo enquanto sistema.

A Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, em 1990, trouxe a necessidade de mudanças profundas na educação, pois, mesmo com a consolidação da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (1948), o alcance universal da educação como direito ainda era considerado uma utopia. Sob a nova urgência que se instalava na globalização, estabeleceu-se a demanda de condições dignas de aprendizagem como objetivo essencial na educação em nível global, de modo que estabeleciam pautas, como “[...] a aplicação de conhecimentos úteis, habilidades, desenvolvimento de aptidões e cultivo de valores” (Unicef, 1990).

O discurso apresentado pela Conferência afirmava que era fundamental arrecadar financiamentos de diversos setores da sociedade civil, sobretudo do setor privado para se concretizar as devidas mudanças na educação. Então, coloca-se como alternativa o financiamento de várias empresas privadas sob a lógica da

racionalização dos gastos públicos, ou seja, intensificando a produtividade do trabalhador, com os mesmos fundamentos do mercado. Para isso, seria necessário criar medidas de avaliação dos rendimentos dos professores e alunos como forma de levantar dados e controle das próprias políticas da agenda internacional (Adrião, 2006; Saviani, 2007; Rodríguez, 2009; Paro, 2012).

Os motivos apontados da ineficiência do alcance educacional com qualidade, principalmente em países subalternos, estavam no aparelho burocrático do Estado, haja vista que operava de modo centralizado. Para isso, seria fundamental o estabelecimento da autonomia aos órgãos educacionais como estratégia de aumentar a eficiência educacional. Dessa forma, estabelecem-se práticas de fragmentação das escolas, buscando demonstrar melhorias na educação por meio de resultados, o que acaba gerando competitividade e divisão na estrutura escolar (Adrião, 2006).

Ao dar autonomia para as instituições escolares proporcionarem condições de qualidade de aprendizagem, atribui-se a responsabilidade da escola e órgãos administrativos da educação de procurar apoios de administração direta e indireta, privada, para providenciar a qualidade do ensino e aprendizagem local. Ao Estado, caberia, através das agendas internacionais, aprimorar sua mão de obra, como meio de atender aos interesses da educação por resultados. Para isso, determinava verbas de acordo com o rendimento dos educadores (Adrião, 2006; Afonso, 1998; Saviani, 2007).

Outra atribuição do Estado remete ao papel de agente mediador de parcerias com as empresas privadas, isto é, de eleger como prioridade a criação de uma infraestrutura escolar atraente para a aprendizagem das escolas, uma vez que o patrimônio cultural poderia ser utilizado como um instrumento complementar de incentivo à alfabetização, aprendizagem e diminuição da evasão escolar, haja vista que poderia ser manifestado por meio de programas e no desenvolvimento de bibliotecas, aperfeiçoamento das "[...] capacidades gerenciais, analíticas e tecnológicas (Adrião, 2006; Unicef, 1990).

Foi esse o contexto de criação do Centro de Referência em Educação Mario Covas (CRE Mario Covas). Conforme sua página virtual[8], o centro se define como um acervo direcionado à formação e difusão educacional geral básica do Estado de São Paulo. As suas finalidades estão relacionadas ao fortalecimento curricular, para

[8] Segue o *site* do Centro de Referência Mario Covas, disponível neste *link*: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/top.php?t=004

atender às orientações atribuídas da reforma educacional na rede paulista em 1995 (São Paulo, 2024). Por meio do incentivo ao desenvolvimento de uma educação patrimonial nas instituições escolares, o CRE Mario Covas seria o centro irradiador cultural para os professores e alunos do Estado de São Paulo. O espaço a ser desenvolvido estaria localizado no espaço físico Casarão na Avenida Rio Branco, em frente ao palácio dos Campos Elíseos, tanto quanto na criação do espaço virtual.

O Casarão, construído no século XIX, foi a residência de um barão do café durante o período em que São Paulo ainda era uma província dominada pelos latifundiários cafeicultores. No centro da cidade, as elites adotavam o estilo de vida francês da *belle époque*, que chegou ao Brasil como um símbolo de distinção em relação ao período imperial. Esse contexto influenciou tanto a arquitetura da residência quanto os ideais republicanos da época. A escolha do Casarão reflete as tendências econômicas da história paulista, pois foi nesse espaço que se iniciou o processo de formação da metrópole paulistana, impulsionado pela hegemonia cafeeira e pelo loteamento organizado dessa área no final do século XIX (São Paulo, 2024).

No entanto, antes da criação do CRE Mario Covas, havia um projeto estabelecido de catalogação e difusão da memória no Estado de São Paulo, o Memorial da Educação Paulista. Projeto subsidiado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), no final dos anos 1990, contratava colaboradores e arquivistas para o levantamento, higienização, aclimação e catalogação da instituição escolar Caetano de Campos. Miriam Jorge Warde, professora de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica em São Paulo (PUC-SP), tornou-se a coordenadora desse trabalho patrimonial.

Para organizar e aclimatar a documentação da Escola Estadual Caetano de Campos, que estava em péssimas condições, a professora e pesquisadora chama a arquivista Jacy Machado Barletta, com sua equipe, diante da finalidade de organizar a documentação. Trabalho que teve uma estimativa de quatro anos (1998 a 2002) e que demandou transferências do acervo como parte do processo de aclimatação, de tal modo que foi deslocado da Caetano de Campos para um depósito no Brás (São Paulo, 2013; 2014), porque a finalidade seria construir “[...] um museu, ou um memorial da educação. Mas, eles queriam recolher” (São Paulo, 2013, 03:42). Dessa forma, o Memorial da Educação Paulista surgiu em meados dos anos de 2002, o que garantiu a base arquivística para a existência do CRE Mario Covas.

Vale ressaltar que a reforma educacional de 1995 estruturou as condições materiais e políticas da construção do CRE Mario Covas. Durante o governo de Mario Covas, foi implementado um conjunto de políticas educacionais que consolidaram características do Estado neoliberal em São Paulo. Para a secretária da Educação, Rose Neubauer, o Estado agia de forma lenta e estava sobrecarregado, uma vez que seguia um modelo burocrático de Estado nacional (Adrião, 2006). Destacam-se, nesse contexto, o Decreto 40.510, de 4 de dezembro de 1995, e o Decreto 40.73, de 16 de fevereiro de 1996:

> **DECRETO N. 40.473, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1995**
> *Institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas*
> **Artigo 2.º** - Para a consecução de seu objetivo, o Programa instituído pelo artigo anterior promoverá modificações na estrutura das escolas da rede pública estadual, de maneira a permitir, em especial:
> **V** – a racionalização dos investimentos (São Paulo, 1995, grifos nossos).

Essas reformas assumiram uma nova perspectiva, voltada à racionalização das políticas educacionais sob a ótica da eficiência. Para isso, foram criados esquemas de cooperação entre as escolas estaduais e o setor privado, além de redistribuições nos órgãos públicos (Jacomini; Nascimento; Stoco, 2023; Adrião; Garcia; Drabach, 2020; Sanfelice, 2010; Neto, 2019). De forma concreta, esses projetos refletirão no fechamento das escolas estaduais, criação de escolas municipais, diminuição das turmas, em contraponto com a lotação delas, e articulação da escola com os convênios privados:

> **Decreto n. 40.673, de 16 de fevereiro de 1996**
> *Institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao ensino fundamental*
> *Considerando a necessidade de descentralização da gestão educacional com base no princípio da responsabilização numa nova percepção do atendimento aos problemas que a sociedade apresenta*
> **Artigo 5.º** - Para implantação e desenvolvimento do Programa, fica a Secretária da Educação autorizada a celebrar convênios nos termos do modelo anexo ao presente decreto (São Paulo, 1996, grifos nossos).

As medidas de descentralização do Estado para outras entidades, respectivamente da educação, estavam alinhadas aos projetos do governo federal.

Naquele momento, havia sido aprovada a Emenda Constitucional de 1998, que legitimou na administração pública a lógica das empresas privadas:

> **Emenda Const. De 1998, nº19, de 04 de junho de 1998.**
> Art. 22. O § 1º do art. 173 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art.173.....
> § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:
> I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;
> II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;
> III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;
> IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;
> V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores (Brasil, 1998, grifos nossos).

As políticas do governo federal, atendendo às demandas políticas internacionais de aumentar a eficiência nos resultados da educação, projetaram seus anseios em um tempo imediato no Estado de São Paulo, pois se articulavam ao mesmo projeto de partido: o projeto do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Nesse sentido, para aperfeiçoar os professores como parte de um dos princípios da racionalização da educação, o Centro de Referência Mario Covas cumpriu com a função de ser o centro irradiador de formação, bem como intitulado Centro de Referência em Educação, definido no Decreto nº 46.576, de 1º de março de 2002:

> **DECRETO Nº 46.576, DE 01 DE MARÇO DE 2002**
>
> *Cria, na Secretaria da Educação, o Centro de Referência em Educação*
>
> **Artigo 1.º -** Fica criado, na Secretaria da Educação, junto ao Gabinete do Secretário, diretamente subordinado ao Chefe de Gabinete, o Centro de Referência em Educação, com o objetivo de ser um centro irradiador de informações relevantes e de referência educacional.
> **Artigo 2.º -** O Centro de Referência em Educação deverá:
> I - reunir, em espaço especialmente projetado para esse fim, acervos físico e virtual com documentos selecionados e organizados para que sejam disponibilizados aos profissionais da rede estadual de ensino;
> II - organizar espaços culturais, locais para exposições e ambientes

> multimídia.
> **Artigo 3.º -** A Secretaria da Educação providenciará a adoção das medidas necessárias para a efetiva implantação do Centro de Referência em Educação (São Paulo, 2002, grifos nossos).

Por meio da Resolução nº 51, de 27 de maio de 2003, o CRE Mario Covas deveria incentivar a construção de centros de memória escolar na rede estadual de ensino básico. Esses centros tinham como objetivo garantir instrumentos didáticos para professores e alunos, além de inovar na formação continuada. Para alcançar esses objetivos ambiciosos, o CRE deveria disponibilizar um acervo físico e virtual dos materiais que possuía, promover formações e exposições sobre museus escolares e divulgar a história das escolas.

> **Resolução SE - 51, de 27-5-2003**
>
> O Secretário da Educação, com fundamento nas disposições do Decreto nº 46.576, de 1º de março de 2002, e considerando: a importância de se oferecer um referencial pedagógico na divulgação de informações e atualização do educador; a necessidade de se preservar o acervo e o patrimônio histórico escolar e de continuar a escrever e a divulgar a história de nossas escolas, resolve:
> Artigo 1º - O Centro de Referência em Educação "Mário Covas" constitui-se em unidade administrativamente subordinada ao Gabinete da Secretaria de Educação e destina-se a ser centro irradiador de informações e de referência educacional, em atendimento às diretrizes definidas pela política educacional do Estado de São Paulo.
> Artigo 2º - O Centro de Referência de que trata o artigo anterior tem as seguintes atribuições: I - reunir acervos físico e virtual com documentos selecionados e organizados para que sejam disponibilizados aos profissionais da rede estadual de ensino; II - organizar espaços culturais, ambientes multimídia e locais para exposições;
> III - disponibilizar equipamentos para pesquisas e consultas dos educadores e espaços para capacitação; IV - organizar museu com exposições periódicas e acesso virtual; V - organizar, produzir e divulgar as informações de modo a enriquecer e facilitar a socialização das experiências vividas pelos educadores.
> Artigo 3º - Para cumprir suas finalidades o Centro de Referência contará com um Coordenador e pessoal de apoio designados pelo Secretário da Educação.
> Artigo 4º - Compete ao Coordenador do Centro de Referência: I - elaborar programação de atividades; II - coordenar a execução das atividades programadas, acompanhando e avaliando os resultados, consubstanciados em relatório; III - produzir informações e promover sua divulgação interna; IV - adotar as providências para organização dos diferentes acervos; V - orientar e facilitar acesso e uso dos acervos, espaços e equipamentos do Centro de Referência; VI - organizar as tarefas do pessoal de apoio; VII - assistir as demais unidades da Secretaria da Educação no que se refere à obtenção de

> informações educacionais de que trata o Centro de Referência (São Paulo, 2003, p. 15, grifos nossos).

A partir dessa Resolução, estabeleceu-se um projeto estruturado de educação patrimonial cultural articulada à formação continuada dos professores. Não obstante, as funções do CRE Mario Covas são aprimoradas. Se, no Decreto nº 46.576, de 1º de março de 2002, o órgão foi submetido às demandas da Secretaria da Educação, no Decreto nº 49.304, de 28 de dezembro de 2004, o CRE Mario Covas se integra ao bloco da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, estando mais claro que o CRE deveria passar pelo crivo dos estudos pedagógicos no Estado de São Paulo:

> **Decreto nº 49.304, de 28 de dezembro de 2004**
> **Artigo 1º -** O Centro de Referência em Educação "Mário Covas", criado pelo Decreto nº 46.576, de 1º de março de 2002, com denominação dada pelo Decreto nº 46.598, de 12 de março de 2002, passa a integrar a estrutura da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação, ficando diretamente subordinado ao Coordenador (São Paulo, 2004, grifos nossos).

Dessa forma, torna-se evidente que o objetivo do CRE não era apenas levantar fontes para desenvolver centros de memória no Estado de São Paulo, mas também funcionar como um órgão difusor de conhecimentos pedagógicos para a rede de Educação Básica. Ou seja, o CRE seria responsável não apenas por capacitar os professores, e sim por estabelecer os meios para incentivá-los a seguirem a lógica da eficiência produtiva, conforme previsto no Decreto nº 40.473, de 21 de novembro de 1995. Para alcançar esse propósito, o programa oferecia prêmios a gestores, alunos, professores e instituições que apresentassem propostas alinhadas aos princípios de gestão, liderança, escola integral e literatura (São Paulo, 2006; São Paulo, 2007).

Compete destacar que uma das publicações do Diário Oficial, ao tratar do CRE Mario Covas, busca enfatizar seu caráter inovador e moderno na educação, apresentando-o como um centro irradiador. Ressalta-se também que o espaço, localizado no elegante Casarão dos Campos Elíseos, na Avenida Rio Branco, contribui para reforçar essa imagem.

Figura 1 – Reportagem sobre o Centro de Referência Mario Covas

Professores da rede pública estadual têm seu Centro de Referência em Educação

Além de livros, jornais, revistas, vídeos e CDs, ele promove cursos e oficinas de attualização e aperfeiçoamento e mantém um sítio e um Memorial da Educação

Fonte: São Paulo (2004, p. 2-3).

A reportagem sublinha que a rede de Educação Básica passou a contar com um suporte pedagógico para atender às demandas do trabalho, não estando mais desamparada. Simultaneamente, a educação é posicionada como prioridade do Estado, representada pela elegância do Casarão em frente ao Palácio dos Campos Elíseos.

É importante compreender que o CRE Mario Covas desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento do patrimônio cultural. Além de desenvolver diversos projetos voltados à formação de professores, promovia o estudo da história das instituições escolares e incentivava a leitura e o conhecimento literário. Exemplos disso são os programas: Conhecimento do Acervo Básico do Programa Leia Mais, Biblioteca do Professor, O Conto em Sala de Aula e Monteiro Lobato em Sala de Aula.

Ao ser entrevistada, a coordenadora do CRE Mario Covas, Maria Aparecida Ceravolo Magnani, informou que o Centro possui um acervo de 46 mil itens, além de ter desenvolvido o *site* Memorial da Educação Paulista. Aliás, promove cursos e oficinas no Casarão da Avenida Rio Branco, espaço que é também a sede 12ª da Direção de Ensino da região central de São Paulo. Os cursos são voltados principalmente a temas, como arquivos, história e memória das escolas. Pensado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), o CRE conta com uma equipe multidisciplinar para atender aos objetivos do programa. Dentre os profissionais

envolvidos, estão professores, jornalistas, historiadores, bibliotecários, arquivistas e especialistas em informática (São Paulo, 2004).

Figura 2 – Reportagem sobre o Centro de Referência Mario Covas

Memorial da Educação Paulista, instalado no 2º andar do CRE: um acervo que permite analisar o processo de educação no País desde a implantação do sistema educacional e oferece farto material de pesquisa para os professores da rede estadual

Fonte: São Paulo (2004, p. 2-3).

Nessa fonte imagética, o Diário Oficial do Estado de São Paulo destaca que o CRE realizava exposições sobre a história da educação paulista, além de armazenar uma vasta bibliografia acessível aos professores da rede pública e aos alunos. Esses acervos incluíam documentos importantes do início da implantação da história do sistema educacional no Brasil. É relevante enfatizar que o CRE se preocupava em mostrar o processo de levantamento de fontes, relacionado aos projetos Programa Memorial da Educação Paulista, Patrono Escolar, A Escola Pública e o Saber:

> A equipe do Memorial já reuniu informações históricas sobre 109 escolas estaduais instaladas até 1910, incluindo dados como data de criação, mudanças de nome ou de prédio. Todo esse material já está no site do CRE e a pesquisa pretende chegar até os dias atuais. Uma parte do trabalho vem sendo realizada por meio de coleta de depoimentos orais. As visitas ao Memorial são monitoradas por estagiários, que dão explicações, esclarecem dúvidas e revelam curiosidades sobre um material ou outro. Estudante de História, o monitor Roberto dos Santos Canado Jr. comenta que muita gente se emociona ao ver um exemplar da cartilha na qual iniciou seus estudos ou uma caneta igual àquela utilizada nos primeiros anos de sua vida de estudante. Mas, segundo ele, uma história acabou marcando mais: duas professoras viram uma carteira escolar igual à que usavam no antigo curso primário. Encantadas, as duas se sentaram, ao mesmo tempo, na carteira. O velho móvel não resistiu. E as duas foram para o chão. Roberto diz que só respirou aliviado quando constatou que nenhuma delas se machucara. Muitas escolas, segundo Maria

> Aparecida, vêm demonstrando interesse em pesquisar a biografia de seu patrono ou o seu histórico. Ela cita um professor de Jaú que obteve financiamento da prefeitura para pesquisar a história da escola estadual em que leciona. O pessoal do Memorial tem recebido fotos e textos de escolas e também pedidos de orientação para conduzir as pesquisas e a organização do acervo histórico dessas instituições. Para auxiliar nesse trabalho, o CRE estará lançando no primeiro semestre de 2004 o Manual de Trabalho em Arquivos Escolares. Outra publicação que será lançada no início do ano é o livro Escola Pública: uma perspectiva histórica, um desdobramento do trabalho realizado pela equipe de pesquisadoras da exposição “A escola pública e o saber” (São Paulo, 2004, p. 3).

“A Escola Pública e o Saber: trajetória de uma relação” foi o tema central de uma exposição realizada pelo CRE Mario Covas no Casarão dos Campos Elíseos e disponibilizada para pesquisa em seu *site*. O cenário de 200 anos da história da educação paulista é apresentado de forma descritiva e, ao longo de um recorte temporal, dividido em quatro períodos: 1808-1860 – Império: A Primeira Lei Geral da Educação Pública; 1860-1960 – Ideário Republicano: Construção da Cidadania; 1900--1930 – Organização do Sistema Escolar Paulista; 1930-1964 – Da “Escola Nova” à Primeira LDB/1961; 1964-2001 – Do Governo Militar à Democratização. Em cada período, são exploradas as características políticas, sociais e econômicas que determinaram o funcionamento da educação no Brasil (São Paulo, 2005; São Paulo, 2024).

É importante frisar que, na reportagem do Diário Oficial do Estado de São Paulo, não foram identificados os integrantes da equipe técnica. Contudo, por meio de outras publicações, como bibliografias e a plataforma Lattes, foi possível identificar o assessor técnico Diógenes Nicolau Lawand, que desempenha suas funções desde 2001, no antigo Memorial da Educação Paulista, sendo considerado o servidor mais antigo do CRE Mario Covas. Além disso, para estruturar o espaço expositivo, a coordenadora do CRE, Maria Aparecida Ceravolo Magnani, contou com a colaboração das historiadoras da educação Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Diana Gonçalves Vidal, do CMEUSP, e de Márcia Razzini, vinculada ao projeto de livros didáticos coordenado por Márcia Bittencourt. Essas profissionais trabalharam na curadoria do espaço, planejando como difundir o conteúdo em caráter museológico, por meio de imagens e cenografia. Durante o processo, as principais dificuldades apontadas pelas historiadoras foram a integração dos saberes sobre a bibliografia escolar e a sistematização cenográfica e museológica (São Paulo, 2012; São Paulo, 2024; Moraes; Santos, 2021).

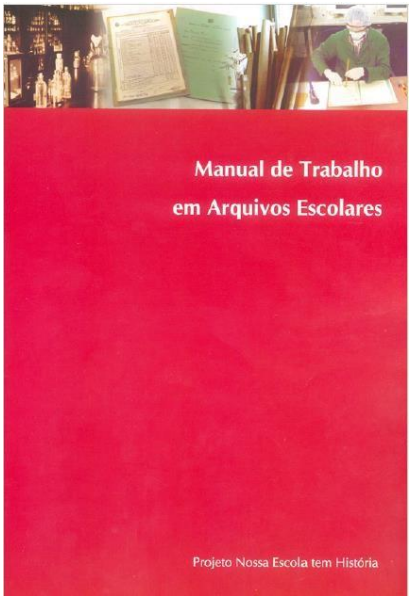
A exposição buscou articular conhecimentos sobre a leitura escolar com informações sobre os tempos e espaços de escolarização, alunos e alunas presentes e ausentes da escola em diversos períodos históricos, utensílios e móveis utilizados nas unidades (em zonas urbanas e rurais) e a composição do quadro docente sob o prisma histórico. Esses elementos foram abordados nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Mais do que levantar informações – tarefa facilitada pela experiência do grupo em estudos de História e História da Educação –, o grande desafio foi a sistematização gráfica e plástica desses dados.

Figura 3 – A Escola Pública e o Saber: trajetória de uma relação. Disponível no *site* do CRE Mario Covas

Fonte: São Paulo (2024).

O Manual de Trabalho em Arquivos Escolares, de autoria da Tereza Baeza, propôs mostrar a importância de se pesquisar a história das escolas, evidenciando a ciência histórica e o ofício científico arquivístico, a definir as etapas de desenvolvimento do acervo documental das histórias escolares.

Figura 4 – Obras didáticas de organização dos arquivos difundidos pelo Estado de São Paulo



Fonte: Baeza (2004).

Material destinado aos professores, alunos e comunidade escolar, o “Manual de Trabalho em Arquivos Escolares” é uma obra elaborada no contexto do projeto Nossa Escola tem História, conectado ao Centro de Referência em Educação Mário Covas, no Estado de São Paulo. A proposta do material consiste em conduzir e propiciar a organização de arquivos escolares, contribuindo para a preservação da memória educacional paulista.

O manual apresenta diretrizes práticas para a identificação, classificação, higienização e acondicionamento de documentos escolares, além de propor métodos de organização que facilitam o acesso e a pesquisa. Ele também busca conscientizar professores, alunos e a comunidade sobre a importância de preservar acervos históricos escolares, transformando-os em recursos pedagógicos que estimulam a investigação científica e a valorização do patrimônio cultural.

Dividido em capítulos, o manual aborda desde conceitos básicos de arquivística até técnicas específicas para manipulação e conservação de documentos. Além disso, incentiva práticas pedagógicas que integrem os estudantes ao processo de preservação, reforçando seu protagonismo no resgate da história local e educacional.

Ao longo de dois anos de existência, o CRE Mario Covas conseguiu atender “140 grupos de professores” com formações voltadas à educação patrimonial. Ademais, atualizou o *site* institucional, alcançando “2.930 páginas” e recebendo 56.000 acessos mensais. Estava em processo de desenvolvimento o “Sistema de Gestão de Exposições de Acervos Escolares” e o “Banco de Dados de Acervos

Históricos Escolares". Mas os alcances de formação não se limitaram presencialmente, haja vista que foram realizadas "videoconferências" (São Paulo, 2005, p. 41).

Todavia, é questionável o alcance de promoção de cursos para os professores da rede, visto que era no local sede do CRE Mario Covas, o Casarão do Campos Elísios, na capital de São Paulo. Ao ser consultado o Diário Oficial do Estado de São Paulo, foi identificado que a maior parte das direções de ensino, que participavam do Programa Memorial da Educação Paulista das escolas, ficavam na capital do estado, próximas à região e da capital, como as direções de ensino de Diadema; Centro; Centro Oeste; Centro Sul; Guarulhos Norte; Guarulhos Sul; Leste; Capivari, Itu e Piracicaba (São Paulo, 2007).

Em outro caso, não havia possibilidades de o alcance ser integral do desenvolvimento de cursos e oficinas do Programa Memorial da Educação Paulista, pois a adesão aos cursos era facultativa. Reconhecendo as limitações geográficas decorrentes da realização das formações exclusivamente no Casarão, sede da CRE Mario Covas, foram estabelecidas formações descentralizadas, de modo que as direções de ensino poderiam mediá-las:

> Programa Memorial da Educação Paulista – anteriormente denominado Centro de Memória da Educação Paulista, tem como objetivos implementar nas escolas estaduais uma política de preservação do patrimônio histórico; organizar a cada semestre uma exposição temática na sede da CRE, onde atua um grupo coordenador e realizar videoconferências com foco na importância do patrimônio histórico. A partir do mote "Sua Escola tem História", valorizar a origem de cada unidade escolar. O Memorial atuará de forma descentralizada, por intermédio das Diretorias de Ensino, de suas Oficinas Pedagógicas e especialmente dos Assistentes Técnico-Pedagógicos e Professores de História. O Programa oferecerá subsídios e orientações para todas as regiões ou unidades escolares e a adesão a ele é facultativa (São Paulo, 2002, p. 42).

A partir de 2006, o CRE Mario Covas assumiu a função de mediar e desenvolver concursos na área de educação patrimonial, atividades que aparentemente destoam do foco do Programa Memorial da Educação Paulista. Por meio do Decreto nº 50.499, de 26 de janeiro de 2006, foi criado o "Programa Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência do Brasil". Com caráter cívico e patriótico, o Estado de São Paulo buscava desenvolver o senso de cidadania,

destacando a figura de um político que participou do processo de independência do Brasil.

As ações concretas previstas no Decreto nº 50.499/2006 se manifestaram em eventos cívicos e festivos que homenagearam a figura de José Bonifácio de Andrada. Esses eventos ocorreram em espaços públicos, na Educação Básica e em instituições de Ensino Superior, incluindo seminários e pesquisas em escolas estaduais e colóquios promovidos por instituições acadêmicas do Estado. O objetivo era resgatar e preservar a memória de José Bonifácio. O Estado de São Paulo justificou a implementação dessa política pública com base na relevância histórica do político, destacando sua atuação no processo de independência do Brasil, além de sua origem paulista, da cidade de Santos. O Instituto Histórico e Geográfico de Santos argumentou que José Bonifácio foi um dos primeiros pensadores do liberalismo brasileiro e idealizador do Estado nacional. Com isso, decidiu-se criar o programa como forma de reforçar sua memória em âmbito estadual (São Paulo, 2006).

Essa iniciativa resultou em eventos solenes, como a inauguração de uma escultura em bronze de José Bonifácio no Palácio dos Bandeirantes, com a presença do governador Cláudio Lembo e de descendentes do homenageado. No Memorial da América Latina, foi realizado um concurso para selecionar a melhor obra de arte em homenagem a ele. Além disso, foram promovidos seminários em Santos, na Biblioteca Latino-Americana Victor Civita, e no Memorial da América Latina, em São Paulo. Esses seminários contaram com a mediação dos professores Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira (professora titular do Museu Paulista da USP), Maria Odila Leite da Silva Dias (professora titular de História do Brasil da USP e da PUC-SP) e Jorge Caldeira, coordenador da mesa e editor de veículos, como *Folha de S. Paulo*, *Isto É* e *Exame* (São Paulo, 2006).

Na Educação Básica, as ações desse programa foram consolidadas pela Resolução SE nº 28, de 11 de maio de 2006, que determinou sua realização como uma ação cívica a ser incorporada nos conteúdos escolares ao longo de uma semana, aproximadamente na data de nascimento de José Bonifácio. As atividades deveriam ser orientadas pela pesquisa e pela prática escolar, incluindo a realização de concursos direcionados a alunos e professores sob a coordenação do CRE Mario Covas.

A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas foi a responsável por coordenar as atividades em toda a rede pública. De forma descentralizada, as

diretorias regionais de ensino subsidiaram as instituições escolares na criação e supervisão dessas atividades pedagógicas. Entretanto, o papel atribuído ao CRE Mario Covas ficou restrito ao desenvolvimento de concursos para premiar as melhores atividades pedagógicas relacionadas ao projeto da Memória de José Bonifácio. Assim, a principal função do CRE foi incentivar a competitividade entre educadores e estudantes, avaliando quais escolas melhor atenderam aos objetivos do programa (São Paulo, 2006).

A partir do ano de 2008, foi consolidado, por meio da Resolução nº 16, de 26 de fevereiro de 2007, na Educação Básica, o "Programa Viva Japão", autorizado pelo Decreto nº 48.941, de 14 de setembro de 2004. Esse projeto buscava comemorar e refletir sobre o centenário da imigração japonesa no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, considerado o estado com a maior comunidade de imigrantes japoneses no país. A participação no programa era facultativa para os professores. Embora a resolução deixasse claro que o programa tinha um aspecto interdisciplinar, ele era focado no componente curricular de História. Coordenado pelo CRE Mario Covas, essa prática educacional intencionava refletir a importância da presença dos japoneses na cultura brasileira em diversos âmbitos, de modo que a ciência histórica seria usada para analisar as diferenças e semelhanças. As metodologias a serem utilizadas eram divididas de acordo com os níveis de ensino.

> **Resolução SE - 16, de 26-2-2007, institui o Programa "Viva Japão"**
>
> Artigo 5º - A gestão do Programa ficará a cargo de: I - um Grupo Gestor Estadual composto por representantes do Gabinete da Secretaria, das Coordenadorias de Ensino, da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e do Centro de Referência Educacional Mário Covas e II - um grupo Consultivo Estadual composto por representantes das Diretorias de Ensino, Diretores de Escola, Professores Coordenadores, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil, Professores de língua japonesa dos Centros Estaduais de Línguas, alunos de língua japonesa dos Centros Estaduais de Línguas, Fundação para o Desenvolvimento da Educação e parceiros externos.

A seleção dos melhores trabalhos para participação nos festivais tinha também uma finalidade cívica. Um exemplo era o "concurso de desenho", realizado no componente curricular de Artes e direcionado ao primeiro ciclo (1ª a 4ª séries) e ao segundo ciclo (5ª a 7ª séries) do ensino básico. No concurso, os trabalhos que melhor atendessem aos critérios de "capacidade de expressão", "conhecimento do tema", "autenticidade", "domínio da técnica de pintura e colagem" e "atendimento às normas

de apresentação do trabalho" eram expostos no festival de comemoração do centenário da cultura japonesa. Além disso, os alunos vencedores eram premiados com um "*kit* de material para pintura" e um "*kit* de livros" (São Paulo, 2008).

Nota-se, entre os anos de 2006 e 2008, que o CRE, supostamente, elaborou concursos em conjunto com projetos que não estavam articulados ao desenvolvimento de acervos e consciência da memória das escolas estaduais, pois estava limitado a partir dos Artigos 1º e 4º de sua Resolução, a qual define que ele deve programar as atividades demandadas pela Secretaria da Educação, e tanto em ser um centro irradiador da educação, ou seja, não necessariamente sendo um centro que incentiva o desenvolvimento de centros de memória ou a história das instituições escolares. Logo, o CRE Mario Covas não tinha a autonomia de desenvolver, de acordo com a sua demanda, o processo de acervos históricos e centros e memória nas escolas, visto que, em seus relatórios, entre os anos de 2008 e 2009, o foco em relação ao tratamento de acervos estava situado na Escola Estadual Caetano de Campos, e orientações técnicas para alguns professores que participavam do Programa Memorial da Educação Paulista, ficando evidente neste relatório anual do Diário Oficial:

> **Ações desenvolvidas em 2008/Metas alcançadas:**
> - Organização do Acervo Histórico "Caetano de Campos" - tratamento técnico do acervo, com: organização de documentos e objetos (classificação e ordenação); higienização, acondicionamento e conservação preventiva e corretiva; descrição do acervo e elaboração de instrumento de pesquisa (inventário).
> - Embalagem e acondicionamento prévio das peças do acervo histórico da EE Caetano de Campos, para incorporação ao acervo sob custódia do CRE Mario Covas. - Atendimento a pesquisadores, órgãos de imprensa e interessados em geral, com reprodução de documentos do acervo da EE Caetano de Campos.
> - Orientação técnica e desenvolvimento de atividades com professores e alunos envolvidos em projetos de preservação da história e da memória das escolas (São Paulo, 2009, p. 19, grifos nossos).

As mudanças no trabalho desempenhado pelo CRE Mario Covas também geram um pressuposto da relação do contexto político peessedebista. Após perder a hegemonia federal para o Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2002, o PSDB passou a utilizar as políticas educacionais do Estado de São Paulo como vitrine para tentar recuperar sua posição federal. Nesse período, o secretário da Educação, Gabriel Chalita, buscou se aproximar da categoria docente por meio de ações, como a bonificação salarial e iniciativas, por exemplo, o "Programa Escola da Família", que

promovia a abertura das escolas nos finais de semana, oferecendo atividades de lazer e entretenimento à comunidade, com a participação de professores no atendimento aos alunos (Jacomini; Nascimento; Stoco, 2023; Rodrigues; Braga, 2024).

No período de 2008, Maria Helena Guimarães de Castro assumiu a Secretaria da Educação e, durante sua gestão, focou no aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores mediante a plataformização virtual. A plataforma Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores (EFAP) foi criada para preparar os docentes para o uso do livro didático estadual e treiná-los a alcançar resultados mais significativos nas avaliações externas. De certa forma, Maria Helena Guimarães de Castro designou a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo como controladora e certificadora dos professores estaduais, limitando a autonomia da formação continuada docente oferecida pelo Ensino Superior. Nesse contexto, à medida que o PSDB enfrentava derrotas em nível federal para o PT, intensificava políticas educacionais voltadas à racionalização e ao gerenciamento da educação. Essas políticas, de caráter empresarial, priorizavam os resultados (o produto) em detrimento do processo de construção do conhecimento (Afonso, 1998; Jacomini; Nascimento; Stoco, 2023; Rodrigues; Braga, 2024).

O fazer historiográfico, referindo-se a todo levantamento, curadoria, catalogação e difusão das fontes históricas, para findar um desenvolvimento dos centros de memória, designa questionamentos. Subtende-se que esse trabalho não estava sendo feito nas mesmas proporções em todas as escolas que participavam do programa. Pelo contrário, havia escolas sob condições estruturais e históricas mais privilegiadas. Essas hipóteses e questionamentos são mais fundamentadas a partir do relatório do Diário Oficial do Estado de São Paulo de 2011. Logo, revela-se uma desigualdade de condições das escolas em desenvolver um centro de memória:

> **13.4. Memória da Educação Paulista** - Custódia, gestão, organização e tratamento técnico de, aproximadamente, 30.000 documentos que compõem o Acervo Histórico Caetano de Campos; - Apoio e orientação às escolas para o desenvolvimento de projetos na área de memória escolar; - Gestão de exposições temáticas (físicas e virtuais) sobre a história do ensino público no Estado de São Paulo; - Orientação técnica e desenvolvimento de atividades com professores e alunos envolvidos em projetos de preservação da história e da memória de suas escolas. (**EE Otoniel Mota, EE Alberto Torres, EE Dr. Octavio Mendes, EE Castro Alves, entre outras**); - Realização de atividades educativas e atendimento ao público proveniente de universidades públicas e privadas, professores e estudantes de nível

> superior; - Produção e gravação de 13 entrevistas/depoimentos com antigos alunos e educadores sobre suas experiências na escola pública dentro do Projeto Memória Oral (São Paulo, 2011, p. 50, grifos nossos).

Exibe-se uma separação das políticas direcionadas ao tratamento de arquivística e à difusão de assuntos educacionais. A Escola Estadual Caetano de Campos e o CRE Mario Covas são referências arquivísticas a serem seguidas, haja vista a possuir um tratamento diferenciado em suas políticas. Enquanto outras escolas estaduais são atendidas por meio das políticas pedagógicas da Secretaria da Educação, sob o princípio da racionalidade e eficiência, controlado pelo próprio CRE Mario Covas, a Escola Caetano de Campos desfruta de um *status* especial.

A Escola Caetano de Campos não é uma escola qualquer; historicamente, esteve relacionada ao modelo de educação a ser seguido no Brasil republicano. Dentro de seu espaço, como Escola Normal modelo, difundiu-se a tendência pedagógica do método intuitivo de Pestalozzi, desenvolvido por Miss Márcia Brownie e Dona Guilhermina Loureiro de Andrade. Além disso, a escola oferecia cursos primários e secundários para os alunos.

Se, historicamente, a Escola Caetano de Campos serviu como base estrutural e curricular da educação republicana, seu valor arquivístico remonta ao Brasil imperial. Nela, estão armazenadas fontes históricas da primeira Escola Normal de São Paulo, aprovada pela Lei nº 34, de 16 de março de 1846, e inaugurada em 1847. Inicialmente localizada no bairro da Sé, foi instalada provisoriamente na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1875 e, posteriormente, na Rua Boa Morte, nº 39, em 1881 (Monarcha, 1999; Barletta, 2005).

A Escola Caetano de Campos também comporta um valor significativo para a memória da comunidade local paulistana, pois fez parte das primeiras escolas a serem tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), através da Resolução de 03/06/1976 (São Paulo, 2017). Fruto da luta da comunidade escolar e da resistência dos órgãos públicos, era para essa instituição ser destruída, com fins de edificar uma estação de metrô em seu lugar, de modo que foi impedido por esses grupos por meio de um recurso jurídico, de tal maneira que se consolidasse o tombamento desse edifício (Barletta, 2005; 2013).

Nesse sentido, a Escola Caetano de Campos tem a sua relevância por estar associada à origem da institucionalização da formação de professores, da educação

tradicional brasileira, bem como articulada ao reflexo do desenvolvimento capitalista industrial paulista – e, principalmente, fruto da consciência patrimonial da comunidade escolar, que gerou a sua permanência e preservação na memória educacional paulistana.

Atualmente, o Decreto nº 51.991, de 18 de julho de 2007, confirma essa prioridade. No Artigo 63, observa-se a orientação de priorizar o tratamento de acervos na Escola Estadual Caetano de Campos e no CRE Mario Covas:

> **DECRETO Nº 51.991, DE 18 DE JULHO DE 2007**
>
> **Artigo 63 -** O Departamento de Preservação e Difusão da Memória do Estado tem as seguintes atribuições:
> I - recolher, classificar e descrever os documentos de arquivo considerados de valor permanente dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo e dos arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas considerados de interesse público e social;
> II - formular política de preservação de documentos e assegurar a integridade do acervo sob sua guarda;
> c) formular:
> 1. a política de reprodução de documentos, visando à preservação e à divulgação do acervo e ao atendimento aos usuários; [...] (São Paulo, 2007, grifos nossos).

Subentende-se que as escolas que não registram um levantamento de fontes históricas, de arquivos ou que sequer tenham participado do Programa Memorial da Educação Paulista não têm acesso às políticas do departamento de preservação e difusão da memória do Estado. Isso pode ocorrer devido às condições legislativas que determinam funções diferenciadas para o CRE Mario Covas e a Escola Caetano de Campos ou, ainda, pelas condições históricas existentes. Ora, a Escola Caetano de Campos é apresentada como a guardiã pública da memória educacional paulistana, mas não como responsável por levantar e construir centros de memória em todas as instituições escolares do Estado de São Paulo. Em certo sentido, cabe a ela, por designação do CRE Mario Covas, difundir os trabalhos realizados como incentivo para que outros centros de memória sejam desenvolvidos.

Essas questões são reforçadas pelo Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011, que restringiu as funções atribuídas ao CRE Mario Covas. Essa instituição foi desintegrada do bloco irradiador de formação continuada de professores, dando lugar a uma nova entidade, a EFAP (Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores), responsável por setores de avaliação e formação continuada dos

profissionais da educação. Além disso, o CRE Mario Covas foi dividido em dois espaços, denominados Centro de Biblioteca e Documentação (CBDOC) e Centro de Memória e Acervo Histórico (CEMAH).

O CBDOC ficou encarregado de coordenar bibliotecas e bibliotecas escolares, desenvolver projetos de incentivo à leitura e ao letramento dos alunos, além de atualizar e divulgar acervos. Já o CEMAH foi designado para salvaguardar o acervo histórico da Escola Caetano de Campos, preservar acervos de memória, organizar exposições e promover projetos de salvaguarda do patrimônio histórico educativo da Educação Básica de São Paulo. Outrossim, o CEMAH é responsável por providenciar produções que valorizem a memória educacional, em parceria com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (São Paulo, 2011):

> **Decreto 57.141 de 18 de julho 2011**
> **Artigo 9** - Integram a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
> V – Grupo de Cooperação Técnica e Pesquisa, com Corpo Técnico:
> VI – Centro de Referência em Educação “Mario Covas – CRE, com:
> a) Centro de Biblioteca e Documentação;
> b) Centro de Memória e Acervo Histórico; (São Paulo, 2011, grifos nossos).

Vale lembrar que a EFAP se define como uma entidade voltada à capacitação de professores, com foco no domínio de técnicas de aprendizagem. O regimento interno de 2010 estabelece essas finalidades, legitimando diretrizes, como “[...] a metodologia, a prática de ensino, o domínio dos conteúdos curriculares e a excelência técnica” (São Paulo, 2010, p. 5). Criada pelo Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009, a EFAP impõe a obrigatoriedade de inserção dos professores ingressantes na rede estadual como condição para sua permanência na Educação Básica do Estado de São Paulo:

> **Decreto n 54.297, de 5 de maio de 2009**
> **Artigo 1º -** Fica criada, no âmbito da Secretaria da Educação, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo, destinada aos integrantes do Quadro do Magistério Público do Estado.
> **Artigo 2º -** A Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo oferecerá cursos e certificará o aproveitamento de seus participantes.
> **Parágrafo único -** A participação e o aproveitamento nos cursos de formação serão obrigatórios para os candidatos a ingresso no Quadro do Magistério Público da Secretaria da Educação, nos termos da lei (São Paulo, 2009, grifos nossos).

Diante disso, o Artigo 44 do Decreto nº 57.141/2011 define a função do CRE Mario Covas dentro do bloco de técnica, pesquisa e cultura. Por meio de sua extensão, o CEMAH pode sugerir programas voltados à construção da memória das instituições escolares do Estado de São Paulo. Além disso, encarrega-se de subsidiar o trabalho patrimonial em cooperação com outras esferas da Secretaria da Educação. Essa estrutura possibilitou a criação do "Programa Memória Escolar, Educação e Patrimônio", direcionado às escolas estaduais.

Esse projeto foi pensado por Maria Cristina Noguerol Catalan, diretora técnica, juntamente aos assistentes técnicos do Centro de Memória e Acervo Histórico (CEMAH), Diógenes Nicolau Lawand e Maria Luiza Rocha (São Paulo, 2013), direcionados ao desenvolvimento de ações de salvaguarda do patrimônio histórico educativo mais inovadoras por parte do Estado de São Paulo.

Ademais, Suely Ramos da Silva, diretora técnica anterior a Maria Cristina Noguerol Catalan, aproveitou o Decreto nº 57.141/2011 para criar, em 2012, o projeto de História Oral intitulado "Ensinar e aprender pode ser interessante", que abordava o Ginásio Vocacional Cândido Portinari, no município de Batatais. O objetivo do projeto era "dar voz" às pessoas que foram silenciadas durante o regime militar (Silva, 2017, p. 33). O trabalho local de Suely Ramos da Silva buscava reconstruir o sentimento de identidade rompida entre antigos alunos do Ginásio Vocacional, cujos cursos foram interrompidos, além de professores e diretores que foram perseguidos e demitidos pela ditadura militar. Dessa forma, a dimensão do impacto causado por esse projeto foi tamanha, que incentivou a instituição escolar de Batatais a reconstruir seu centro de memória em 2012.

O Decreto nº 57.141/2011 fragmenta completamente o CRE Mario Covas, alterando seu objetivo para focar no aperfeiçoamento técnico da prática pedagógica dos professores. Em vez de permitir que o CRE Mario Covas permanecesse autônomo e aprofundasse o levantamento das histórias das instituições escolares paulistas, bem como a salvaguarda do patrimônio histórico educativo, a sua designação passou a se subordinar aos interesses da prática pedagógica utilitarista, também conhecida como neotecnicismo[9]:

[9] O neotecnicismo consiste em ser uma prática pedagógica direcionada a condicionar a sociedade a ser mais produtiva, de tal modo a aperfeiçoar seu desempenho, por meio das perspectivas teóricas do behaviorismo e construtivismo, ao valorizar a experiência e os conhecimentos úteis (Saviani, 2007).

> [...] demonstra forte propensão para o neotecnicismo, ao enfatizar o desenvolvimento de técnicas práticas e habilidades que tendem a suprir as demandas do mercado de trabalho neoliberal. Os cursos ofertados objetivam preparar os professores para a implementação de estratégias que promovam a eficiência dos estudantes com a aquisição de habilidades básicas. No entanto, a aquisição do conhecimento historicamente acumulado é desvalorizada, dificultando a formação continuada de professores no sentido de uma compreensão de mundo contextualizada, capaz de possibilitar aos estudantes a capacidade de questionar as estruturas sociais e econômicas (Ruckstadter; Biagini; Santos, 2024, p. 939).

Entretanto, embora o Decreto nº 57.141/2011 tenha intensificado as limitações do CRE Mario Covas no que diz respeito à salvaguarda do patrimônio histórico educativo nas escolas estaduais públicas, subordinando-o às decisões da EFAP, os membros do CEMAH se adaptaram, criando projetos com a intenção de alcançar maior efetividade nas escolas estaduais. Essas iniciativas representaram uma estratégia de resistência e sobrevivência para a esfera do CRE Mario Covas.

Além do mais, o Decreto nº 57.141/2011 promove processos de incentivo à alfabetização, por meio de salas de leitura e pesquisa na educação, utilizando os acervos disponíveis. A propósito, estabelece a Escola Estadual Caetano de Campos como modelo de centro de memória, com o objetivo de orientar e incentivar as escolas estaduais a realizarem o levantamento de fontes históricas por meio de orientações e incentivos específicos:

> a) Escola Caetano de Campos;
> b) em articulação com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica:
> 1. orientar a preservação da memória da educação na rede escolar;
> 2. planejar e realizar concursos e prêmios educacionais para alunos e educadores da rede pública estadual de ensino (São Paulo, 2011).

Parte do acervo do CRE Mario Covas foi transferida para a Escola Estadual Caetano de Campos, reconhecendo-a como integrante do bloco de centros de memória e do CRE Mario Covas. A instituição é posicionada como uma escola modelo no âmbito patrimonial, com a missão de orientar professores na pesquisa e na difusão do patrimônio escolar.

Figura 5 – Reportagem sobre o acervo da Escola Estadual Caetano de Campos

Casa Caetano de Campos: um mergulho no mundo da educação

Inaugurado em 1894, tombado como bem cultural do Estado e do Município de São Paulo, o edifício Caetano de Campos – atual sede da Secretaria da Educação – acaba de receber um toque de modernidade: a Biblioteca do Centro de Referência em Educação (CRE) Mário Covas. Instalado no andar térreo, o espaço é informatizado, tem instalações modernas em ambiente aconchegante, com sofás, iluminação apropriada, estações de pesquisa e internet, mesas de trabalho e de consulta. No local, o visitante pode acessar com tranquilidade os mais de 55 mil itens do acervo. O material antes estava concentrado no antigo endereço do CRE Mário Covas, na Avenida Rio Branco.

Com o acréscimo do acervo de antiguidades do Centro de Referência

Biblioteca – Espaço informatizado, com instalações modernas e aconchegantes, oferece ao visitante acesso a 55 mil itens do acervo

Fonte: São Paulo (2018, p. 4).

O Diário Oficial do Estado de São Paulo, em janeiro de 2018, retratou o acervo da Escola Estadual Caetano de Campos, localizado na praça da República, no centro da capital. Na legenda da fotografia, destaca-se que o espaço é “informatizado e composto de ‘instalações modernas’”, com um acervo “de 55 mil itens”. O acervo é caracterizado por um ambiente ordenado, limpo e composto de vários livros disponíveis ao público. Essas representações consolidam a Escola Caetano de Campos como um modelo de progresso e modernidade da capital paulista, parte do cartão-postal do estado, com caráter “turístico e cultural” (São Paulo, 2018, p. 4).

A publicação enfatiza a estrutura de o Estado de São Paulo colocar a Escola Estadual de Caetano de Campos como modelo de escola e centro de memória a ser seguido na Educação Básica, destacando as quantidades dos acervos e a estrutura do espaço. Todavia, simultaneamente, sem ter as mesmas condições e políticas públicas destinadas a todas as escolas públicas, de modo que a instituição Caetano de Campos está encaixada no bloco do centro de memória, biblioteca e documentação, como parte integrada do CRE Mario Covas.

Figura 6 – A capacitação dos técnicos acerca da educação patrimonial

Técnicos da Secretaria da Educação visitam Acervo Histórico da Assembleia Legislativa

Fonte: São Paulo (2013, p. 4).

O Diário Oficial de 12 de setembro de 2013 publicou a informação de que os profissionais do CRE Mario Covas visitaram a Divisão do Acervo História da Assembleia Legislativa, demonstrando uma conexão entre os órgãos de arquivística e memória. A visita teve como objetivo obter orientações, sendo os técnicos recebidos pelo gestor do Acervo Histórico, Carlos Dias, e pela gestora da Divisão de Pesquisa Jurídica da Assembleia, Naiara Perrucci. O foco foi compreender a composição histórica do projeto “Patrono nas Escolas”, que trata de figuras históricas responsáveis pelos nomes das instituições escolares. Além disso, a publicação destaca as qualificações dos profissionais envolvidos, formados em áreas, como História, Pedagogia, Sociologia e Arte-Educação (São Paulo, 2013).

O referido evento demonstra não apenas um aperfeiçoamento dos funcionários do CRE Mario Covas, mas também anuncia uma demanda institucional consolidada pelo Decreto nº 58.007/2012. Esse Decreto estabelece a exigência de parceria entre as Secretarias do Estado, a Procuradoria Geral e o Palácio do Governo no levantamento dos patrimônios artísticos e culturais. Nesse contexto, a conexão entre esses órgãos reflete a intenção de distribuir as atribuições relacionadas ao levantamento do patrimônio artístico entre diferentes esferas públicas e privadas, conforme será observado na criação de novos projetos, como o “Programa Memória Escolar, Educação e Patrimônio”.

No período de 2019, lança-se uma nova reforma educacional. O Decreto nº 64.187/2019 manteve, de maneira geral, as mesmas atribuições do CRE Mario Covas, mas promoveu uma sutil mudança nos nomes dos setores que compõem a instituição,

substituindo o termo “centro” por “núcleo”. Assim, surgiram o Núcleo de Biblioteca e Documentação (NBDOC) e o Núcleo de Memória e Acervo Histórico (NUMAH) (São Paulo, 2019).

Em 2021, foram realizadas quatro mostras culturais em ciclos expositivos, articulando a história da educação da Escola Estadual Caetano de Campos com a história do Estado de São Paulo, além de abordar a pauta antirracista proposta pela EFAPE. As questões norteadoras das exposições buscavam compreender as permanências históricas na escola desde sua fundação, as diferenças e perspectivas futuras, bem como o legado deixado pela história da escola pública no passado e no presente (São Paulo, 2021).

Atualmente, vem se desenvolvendo o trabalho a partir da curadoria e pesquisa do NUMAH, por intermédio da idealização de Maria Rejane Germano, direção de Wladimir Araújo Guimarães, equipe técnica representada por Adriano José Neves, Diógenes Nicolau Lawand, Maristela Cabral de Lira, Sérgio Luiz Mazetto, Solange Maia Merlini, temática, “Caetanistas Negros: outros que honram a galeria dos pretos do Brasil”. O tema surge através de pesquisas realizadas no Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos (AHECC), bem como de produções científicas anteriores, como teses e livros, sob o comprometimento de combater o racismo e desenvolver o reconhecimento da diversidade étnico-racial, por meio da expansão da memória da educação paulista negra (São Paulo, 2024).

O título foi idealizado mediante a consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em que foi localizado um jornal denominado “A Protectora”, relacionado à Associação Protetora dos Brasileiros Pretos. De autoria desconhecida, a obra retrata os ancestrais do autor que lutaram pela liberdade da escravidão, conectando a outros indivíduos negros que lutaram pela igualdade racial. Assim, foi entendido que todos fizeram parte de um movimento; o autor desconhecido, inclusive, define o termo como “a galeria dos pretos do Brasil”. Importa frisar que o projeto se destaca também por identificar figuras negras ausentes na história do Brasil, tais como Edmundo Malachias, Presciliano Silva, Virgínia Leone Bicudo, Hamilton Bernardes Cardoso, Rosa Maria Tavares Andrade, diante de uma abordagem que busca enfatizar as trajetórias dessas pessoas intimamente articuladas à instituição Caetano de Campos.

Ao longo dessa análise do CRE Mario Covas, foi possível compreender como a instituição esteve alinhada às tendências de eficiência produtiva demandadas pelo Estado paulista desde 1995. Contudo, os servidores públicos e colaboradores do CRE

Mario Covas desenvolveram estratégias de resistência e reconhecimento no âmbito estadual. O levantamento das histórias escolares, os materiais didáticos de orientação arquivística, as exposições sobre a história da educação paulista, o levantamento de fontes orais, as orientações técnicas presenciais e virtuais e os projetos de salvaguarda do patrimônio histórico educativo evidenciam a relevância desse grupo social diante das políticas educacionais gerencialistas. Assim, eles resistiram e continuam resistindo ao anonimato.

Entretanto, a instituição passou por alterações, principalmente no que diz respeito à sua função irradiadora. Se, entre sua criação e o ano de 2009, o CRE Mario Covas era a principal instituição responsável pela construção de centros de memória nas escolas de formação básica, além de atuar como um centro de formação continuada, representado pela exuberância do Casarão dos Campos Elíseos, situado na Avenida Rio Branco, a partir de 2009, o CRE passou a assumir uma função simbólica na formação continuada e na colaboração para o desenvolvimento de centros de memória, em conjunto com outras esferas que foram sendo criadas ou modificadas.

Ao completar sua primeira década de existência, o CRE Mario Covas sofreu alterações em função da descentralização e da proatividade das esferas estaduais, tendo de atender às demandas estabelecidas pela EFAPE no aperfeiçoamento técnico da prática pedagógica dos professores. Simultaneamente, ficou subordinado às atribuições relacionadas ao levantamento do patrimônio artístico do Estado de São Paulo.

Destarte, a sobrevivência dessa esfera não se efetiva por vontade do Estado, mas, sim, por um grupo que clama constantemente pela permanência não de uma esfera somente, porém de sua institucionalização designada a salvaguardar a memória da Educação Básica paulista.

Afinal de contas: se foi feito o trabalho, quais foram os resultados dos projetos do CRE Mario Covas de centro de memória na Educação Básica? Se não foi institucionalizado, quais são as condições materiais estabelecidas para a esfera?

3.3.1 Memorial da educação paulista

O Memorial da Educação Paulista, coordenado por Maria Aparecida Ceravolo Magnani, com o assistente técnico identificado como Diógenes Nicolau Lawand, estruturado a partir da liderança de Miriam Jorge Warde e com a assessoria da equipe de arquivistas coordenada por Jacy Machado Barletta, foi o primeiro programa de incentivo ao desenvolvimento da história das instituições escolares e à educação patrimonial do CRE Mario Covas. Sua intenção estava em preservar o patrimônio histórico das escolas por meio do resgate dos arquivos escolares. Esse programa construiu seus projetos, tais como “Sua Escola tem História”, “A Escola Pública e o Saber: trajetória de uma relação”.

O projeto “Sua Escola tem História” tinha como objetivo a valorização da origem de cada unidade escolar. Os alcances do programa eram realizados presencialmente no Casarão da Avenida Rio Branco, sede do CRE Mario Covas, e em videoconferências produzidas pela coordenação. O projeto “A Escola Pública e o Saber: trajetória de uma relação” foi uma intervenção de exposições da história da educação, com atividades voltadas à produção de materiais relacionados à cultura escolar paulista.

As temáticas construídas no projeto “A Escola Pública e o Saber: trajetória de uma relação” abordam o cenário de 200 anos da história da educação paulista de forma descritiva. O longo recorte temporal é dividido em quatro períodos: 1808-1860 – Império: A Primeira Lei Geral da Educação Pública; 1860-1960 – Ideário Republicano: Construção da Cidadania; 1900-1930 – Organização do Sistema Escolar Paulista; 1930-1964 – Da “Escola Nova” à Primeira LDB/1961; 1964-2001 – Do Governo Militar à Democratização.

Nesses períodos, explanam-se as características políticas, sociais e econômicas que determinavam as formas de funcionamento da educação no Brasil. Aliás, por meio do acervo da Escola Estadual Caetano de Campos, disponibiliza-se no *site* CRE Mario Covas a catalogação, descrição e contextualização dos livros didáticos do final do século XIX até a década de 1970, estando disponíveis para serem baixadas as capas dos livros.

Nos dois primeiros períodos (1808-1860 e 1860-1960), são explorados temas, como “A seleção dos livros”, “A expansão da escola pública e o mercado editorial”, relacionados ao contexto da expansão cafeeira no final do século XIX. O tópico “Novos

espaços e tempos escolares” discute a origem dos Grupos Escolares, enquanto “O Método Intuitivo” aborda as práticas pedagógicas inspiradas nesse método, como “A importância da imagem”.

O terceiro período (1930-1964 – Da “Escola Nova” à Primeira LDB/1961) enfatiza “A leitura na formação dos cidadãos”, destacando a função social dos livros didáticos. Já o quarto período (1964-2001 – Do Governo Militar à Democratização) aborda “A massificação do ensino”, de maneira a apresentar a ruptura na produção de livros didáticos a partir da década de 1970, com o aumento do conteúdo e mudanças no formato.

Os objetos educacionais expostos, tais como “mobiliário”, “instrumentos de escrita”, “suportes e Materiais de Ensino”, “Documentos” e Objetos Pessoais”, são organizados historicamente, por meio destes tópicos: “A importância e dificuldades de localização”; nessa seção, abordam-se os desafios de encontrar fontes históricas de cunho concreto, por serem as primeiras descartadas. Na seção sobre “Os avanços tecnológicos”, explica-se que a escola denota sofrer interferências dos avanços tecnológicos; já a seção “A imagem impressa” esboça sobre o ensino intuitivo; em “A demanda social da escrita”, apresentam-se as necessidades de alfabetizar a classe trabalhadora, como particularmente o processo de industrialização e urbanização do Estado de São Paulo.

Por sua vez, em “A expansão da escola e o mercado escolar”, salienta-se o crescimento do mercado educacional articulado ao aumento dos Grupos Escolares; no tópico sobre o “Papel”, elucida-se a inserção de indústrias; em “O lápis”, trata-se da criação da indústria alemã da Faber Castell e do aumento de indústrias e produção desse material. Na seção sobre “Mobiliário”, descreve-se a criação, o período e o local da produção dos móveis pertencentes ao Museu Escolar e à Biblioteca Infantil Caetano de Campos (São Paulo, 2005; São Paulo, 2024).

Figura 7 – A Escola Pública e o Saber: os Livros Didáticos

Fonte: São Paulo (2024).

Figura 8 – A Escola Pública e o Saber: os Objetos

Fonte: São Paulo (2024).

Portanto, compreende-se que o alcance expositivo em todo o estado não seria facilmente viável, de modo que se planejou disponibilizar, por meio de veículos virtuais, a abordagem historiográfica das fontes históricas. Essa abordagem, que abrange uma escala temporal ampla, evidencia a conexão entre a expansão da escola pública no Estado de São Paulo e o crescimento do capitalismo industrial hegemônico nessa região (São Paulo, 2005; São Paulo, 2024).

O Programa Memorial da Educação Paulista não se restringiria à preservação de arquivos, mas também visava a recuperar e preservar qualquer objeto de valor histórico, como “[...] bibliotecas, mobiliário e fotografias existentes nas escolas” (*Ibid*, 2009, p. 19). O programa também tinha como objetivo difundir, de forma virtual, a história das instituições escolares, criando um inventário das histórias das escolas e levantando histórias orais de atores sociais que participaram da vida escolar.

Em sequência de análise, as orientações do projeto “Sua escola tem História”, para desenvolver os acervos históricos das instituições escolares, dividem-se nos objetivos do Programa; nas questões que norteiam o Programa; e nas etapas de preservação dos acervos escolares. As questões tratam:

> 1 - O QUE É PATRIMÔNIO HISTÓRICO? Definições estabelecidas por organizações internacionais e brasileiras Legislação
> 2 - O QUE PRESERVAR? Arquitetura escolar Arquivo, museu, biblioteca e laboratório Materiais didáticos e pedagógicos Testemunhos e História Oral Patrimônio imaterial
> 3 - POR QUE PRESERVAR? Gestão do patrimônio público Reconhecimento e valorização do patrimônio histórico e cultural História e memória da escola e da educação
> 4 - COMO PRESERVAR? Identificação e seleção Organização (classificação e ordenação) Higienização e acondicionamento Inventário Divulgação e acesso (São Paulo, [s.d.], p. 2).

As etapas de preservação dos acervos objetivam delimitar os processos, as condições e localização das fontes, as maneiras de classificar e sistematizar as fontes, através de grupos, bem como as alternativas de cuidado e preservação das fontes e a preparação de um dossiê descritivo das fontes:

> 1 - RESGATE E/OU SALVAMENTO Localização do acervo - onde estão os documentos, livros, móveis e objetos? Registro das condições de armazenagem - descrição breve e fotografias, muitas fotografias... Reunião física do acervo em um único local, caso haja possibilidade, ou seu reagrupamento segundo as tipologias existentes (veja a seguir)
> 2 - TRIAGEM E SELEÇÃO Divisão em grandes categorias de acervo
> 3 - HIGIENIZAÇÃO E ACONDICIONAMENTO PRELIMINAR Higienização mecânica (remoção de pó e sujidade superficial, com o uso de pincéis e flanelas secas) Embalagem provisória em papel tipo Kraft, tecido tipo TNT ou plástico bolha, amarrados com barbante ou fita de algodão Acondicionamento provisório em caixas arquivo ou de papelão Identificação preliminar dos pacotes e caixas (numeração sequencial)

> 4 - INVENTÁRIO PRELIMINAR Elaboração de listagem com: numeração do pacote, identificação do conteúdo, datas-limite e quantidade
> 5 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES E DE DIVULGAÇÃO A - História Oral: realização de entrevistas e coleta de depoimentos de alunos, professores, funcionários e outros membros da comunidade (ver o documento Orientações para a realização de projetos de História Oral) B - Gincana Cultural: direcionada à coleta de registros, documentos e objetos para incorporação ao acervo C - Encontro de Gerações: organização de evento (baile, campeonato esportivo, exposição de trabalhos, apresentação de teatro, dança, sarau) aberta a comunidade local Além das atividades acima, cada escola, de acordo com suas características e condições, poderá propor uma variedade de projetos complementares e atividades (São Paulo, [s.d.], p. 4).

Conforme orientado no programa, buscou-se coletar memórias orais de depoentes, sejam estudantes, sejam educadores, como forma de fortalecer a construção da história das instituições escolares. Em 2011, foram realizadas 13 entrevistas e depoimentos no projeto “Memória Oral” (*Ibid*, 2011).

As orientações para coletar fontes orais se preocupavam em apresentar a relevância da história oral e as maneiras de se estruturar uma entrevista. Os princípios que orientavam as entrevistas consideravam as condições humanas como sentimentos e vulnerabilidade do entrevistado, inclusive a ausência de resposta, visto que esta poderia revelar elementos significativos para análise.

O roteiro de entrevista das fontes orais traz, em sua abordagem temática, a realidade escolar, para favorecer a identificação do objeto proposto: a memória. A estrutura do roteiro se conduz a uma lógica linear de introdução, desenvolvimento e conclusão, em que se estabelecem aspectos da identificação do depoente; o caminho escolar percorrido; e a análise sobre o tema.

O *site* do CRE Mario Covas, através do Programa Memorial da Educação Paulista, incentivado pelo projeto “Nossa Escola tem história”, disponibilizou *links* de seis escolas estaduais: E.E. Profa. Natércia Crêmm de Moraes Pedro em Itapecerica da Serra; E.E. Bispo Dom Gastão em São Carlos; E.E. Caetano de Campos na capital de São Paulo; E.E. Prof. Benedito Tolosa em São Paulo capital, como forma de divulgar sua cultura escolar, seus trabalhos pedagógicos, sua infraestrutura e sua história. Os *links* das escolas não eram seletivos, mas, sim, as escolas que voluntariamente se dispuseram de disponibilizar esses *sites*.

O Memorial da Educação Paulista se preocupou em alcançar a rede estadual pública de educação diante de seu objetivo de desenvolver a história da educação

paulista, por meio das instituições escolares, propiciando um determinado impacto social. Além disso, através do seu modelo de orientação, procurou contextualizar os aspectos políticos dos patrimônios culturais, conceituar espaços como museus e memoriais escolares e definir o conceito de arquivos.

Todavia, o programa enfrentou limitações devido à adesão facultativa e aos recursos financeiros restritos. Isso gerou diversas problemáticas, como a função limitada do CRE Mario Covas em casos de não adesão ao programa. Simultaneamente, os recursos financeiros refletiram a política de racionalização prevista pelo Decreto 40.473/1995, que atribuía às unidades escolares a responsabilidade de gerenciar seus próprios recursos. Ademais, as direções de ensino eram incumbidas de supervisionar os trabalhos das unidades e fiscalizar suas finanças. Essa estratégia levou à individualização das escolas, destacando seu desempenho individual tanto na gestão financeira quanto na capacidade de desenvolver projetos, estabelecer parcerias e buscar apoio em outras esferas públicas e privadas.

3.4 Programa Patrimônio em Rede

O Programa Patrimônio em Rede, criado em 2012, foi designado para obedecer ao Decreto nº 54.876/2009 e define o poder mais centralizado à curadoria do Palácio governamental para a construção de acervos no Estado de São Paulo. Entretanto, a administração se efetiva de forma mais descentralizada, buscando parcerias públicas de administração direta e indireta e privadas, para atingir o objetivo, o qual é o aperfeiçoamento dos funcionários. Referente à função do CRE Mario Covas, atribui-se a ele a colaboração das efetivações desse programa:

> **Decreto 58.007/2012**
>
> **Institui o Programa Patrimônio em Rede e viabiliza a formação de parcerias.**
>
> **Artigo 1º -** Fica instituído, sob a coordenação da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, da Casa Civil, o Programa Patrimônio em Rede, com o objetivo de efetuar o levantamento, análise, pesquisa, organização catalográfica, difusão e divulgação do acervo artístico-cultural da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo, integrando-o em um catálogo eletrônico único, com a criação e/ou adaptação de um banco de

> dados, com vistas à:
> **I -** promover o conhecimento e a salvaguarda do acervo artístico-cultural;
> **II -** promover ações de conservação;
> **III -** promover ações de difusão (São Paulo, 2012, grifos nossos).

A maior preocupação do Patrimônio em Rede é aperfeiçoar os profissionais em levantar fontes históricas no Estado de São Paulo. Ressaltando o caráter do patrimônio artístico, os mobiliários, vasos, expressões culturais, como os teatros e poesia, podem ser considerados como manifestações artísticas da história do Estado de São Paulo.

Na divulgação do programa em 2011, foi realizado um vídeo com a participação dos atores Silva Faro e Marat Descartes, sob a direção de Maurício Valim, na capital de São Paulo (Faro, 2013). A história apresenta dois personagens: de um lado, uma pesquisadora que realiza o último protocolo de suas investigações relacionadas às obras de arte do estado e ao levantamento de evidências dos patrimônios artísticos de São Paulo; de outro lado, um servidor público, sobrecarregado de tarefas e horários a cumprir, que não consegue perceber os objetos ao seu redor.

A narrativa se desenrola a partir do questionamento da pesquisadora sobre um quadro que está na sala do servidor. Sem saber a origem da obra, o servidor afirma apenas que o quadro faz parte do patrimônio. Relutante, a pesquisadora pergunta se o quadro pode ser considerado um patrimônio artístico, ao que o servidor discorda, argumentando que o objeto pertence à secretaria. Em seguida, a pesquisadora questiona a função de uma cadeira presente na sala. Sem demonstrar interesse, o servidor responde que a cadeira já estava ali antes de ele assumir o cargo e que, provavelmente, permanecerá mesmo depois que ele sair.

Concentrados na análise da cadeira, os dois personagens começam a debater o tempo de existência do objeto. A pesquisadora sugere que a cadeira poderia ter cem anos, enquanto o servidor afirma que ela já deveria estar “aposentada”. Persistente, a pesquisadora pergunta se o servidor realmente não se interessa pelo patrimônio artístico. Ele responde que não se preocupa em conhecer as origens e interpretações dos objetos artísticos, pois acredita que, devido aos seus aspectos subjetivos, é difícil entender a mensagem que transmitem. Por outro lado, ele demonstra maior interesse pelos processos administrativos, que considera objetivos e claros.

Figura 9 – Patrimônio em Rede

Fonte: São Paulo (2011).

O vídeo objetiva também delinear as cores de acordo com as características dos personagens. A pesquisadora, com perfil de cidadã crítica e observadora, traz em sua estética tons brilhantes e pouco contraste, além de cores vivas. Já o servidor, juntamente ao seu ambiente, traz as cores pretas e brancas, articuladas à sua personalidade de ser sistemático, austero e ortodoxo. As representações do vídeo institucional, por trás das cores, não projetam somente as personalidades dos personagens, porém se infere uma crítica aos servidores públicos do Estado de São Paulo, retratando-os como indivíduos cobertos de burocracias e rotinas, cercados de artefatos que enxergam como “bugigangas” sem utilidade. Dessa forma, o vídeo traz representações de um servidor público alienado, juntamente da instituição, que não consegue trazer impactos para a sociedade, e o Programa pode ser a solução desse problema ao oferecer a capacitação dos funcionários.

Para classificar e catalogar os acervos encontrados, o programa contará com um inventário eletrônico chamado “Gerenciamento Eletrônico do Patrimônio em Rede” (GEPRE). Nele, estarão todos os acervos catalogados do Estado de São Paulo, disponíveis para servidores cadastrados no programa. A preocupação está, primeiramente, em identificar os acervos documentais existentes mediante um catálogo geral. Portanto, o objetivo dessa política é, inicialmente, conhecer, para, em seguida, preservar o patrimônio (São Paulo, 2014).

Sua forma de intervenção na Educação Básica se manifesta na distribuição de funcionários por diretoria de ensino e por instituição escolar. No setor artístico cultural, dois funcionários serão designados por diretoria de ensino para levantar acervos nas escolas e dar suporte à difusão de educação patrimonial. No setor por material

excedente, cinco funcionários por diretoria de ensino serão responsáveis por decidir a finalidade de cada material, além de dois por escola (São Paulo, 2014).

O Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 13 de março e 31 de maio de 2014, relatou que o programa conseguiu capacitar “870 servidores públicos” e registrar “905 bens patrimoniais no Gerenciamento Eletrônico do Patrimônio em Rede (GEPRE)”. Além disso, foram feitas “49 visitas técnicas” na capital paulista para apresentar o Programa, motivar as equipes, oferecer suporte técnico e “capacitar inventariantes”. Todavia, nos municípios do interior do estado, o número de visitas técnicas foi inferior, com apenas “22 visitas”, já que os funcionários da curadoria precisavam ser deslocados semanalmente às “cidades-sedes das regiões administrativas”. Aliás, o Programa desenvolveu a “Oficina de Multiplicadores aos inventariantes das Diretorias de Ensino”, realizada na EFAPE (Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores “Paulo Renato Costa Souza”), mediada pelo Centro do Patrimônio, Centro de Memória e o Acervo Histórico do CRE Mario Covas, com adesão de “170 servidores públicos das 91 Diretorias de Ensino da Secretaria da Educação”. Esses multiplicadores seriam responsáveis por auxiliar a curadoria do Palácio no levantamento de fontes históricas artísticas nas escolas públicas (São Paulo, 2014, p. 12; p. 20).

O programa Patrimônio em Rede, ao longo dos seus dois anos, demonstrou intensificar os trabalhos dos servidores para a salvaguarda e promoção dos patrimônios artísticos; diante da necessidade de atingir todas as instituições públicas, ele buscou unir esforços das esferas públicas. Não obstante, o relatório do programa, no Diário Oficial de 2014, evidenciou a redução de gastos relacionados às infraestruturas dos blocos da Secretaria de Educação e do Centro de Memória e Acervo Histórico, por exemplo: órgãos da “Curadoria do Acervo dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, Centro do Patrimônio, Centro de Referência em Educação Mario Covas e a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores”; a promoção das exposições dos acervos patrimoniais artísticos iria se limitar “às regiões administrativas do Estado” na pasta da Secretaria da Educação (São Paulo, 2014, p. 12).

O Patrimônio em Rede sinaliza uma intensificação de levantamento de fontes artísticas no estado, porém sob a responsabilidade dos servidores a serem avaliados. O desempenho dos servidores determinará os custos a serem destinados a cada instituição, intervenção que está orientada pelo Decreto 57.141, de 18 de julho de

2011, atribuindo ao chefe do gabinete o poder de legitimar a “[...] adequação dos gastos públicos”, conforme o rendimento das instituições e servidores, um princípio potencializador da racionalização dos gastos públicos (São Paulo, 2011).

3.4.1 Memória Escolar, Educação e Patrimônio

Fruto da criação do CEMAH, coordenado por Maria Cristina Noguerol Catalan, juntamente aos assistentes técnicos Diógenes Nicolau Lawand e Maria Luiza Rocha, como estratégia de resistência ao Decreto nº 57.141/2011, e dentro da estrutura política de catalogação e levantamento do Patrimônio em Rede previsto no Decreto 58.007/2012, esse programa se constitui em uma inovação do anterior projeto Memorial da Educação Paulista. As diferenças entre os dois estão na preocupação do maior alcance na rede pública da Educação Básica e na unificação dos projetos anteriormente desenvolvidos de Patrimônio cultural na Educação Básica do Estado de São Paulo.

Para isso, o Programa Memória Escolar, Educação e Patrimônio terá um apoio de outras esferas. Sob esse Decreto, instituições de curso superior do Estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa promovem módulos de aulas a distância sobre temas, como: patrimônio, memória e história oral, além de orientar as maneiras de levantar fontes e construir um centro de memória no espaço escolar. De forma geral, pretende:

> **IV -** por meio do Centro de Memória e Acervo Histórico: **a)** propor projetos de preservação da história, da memória e do patrimônio histórico das escolas da rede estadual e orientar seu desenvolvimento, em articulação com as unidades responsáveis pela gestão da educação na Secretaria; (*Ibid*, 2011, grifos nossos).

Desse modo, aumenta as alternativas de as escolas construírem o levantamento e a difusão de fontes patrimoniais, também a partir de novas temáticas, como a História do Patrono, buscando elaborar a narrativa histórica do nome institucional escolar.

Criado em 2014, o programa teve como foco a conscientização dos trabalhadores da educação acerca da importância da memória e da preservação de arquivos escolares. Ademais, buscou criar diretrizes e projetos voltados à preservação

da história, da memória, do patrimônio e da história da educação nas escolas, bem como difundir os acervos de memória e referência das instituições escolares no Estado de São Paulo (São Paulo, 2014).

Para a interação entre as instituições escolares, o Centro de Referência Mario Covas e as esferas apoiadoras, seria necessária a adesão das diretorias de ensino ou das escolas. Ressalta-se que a participação no projeto é facultativa, condição que não se aplica ao ingresso nos cursos da EFAP, previstos no Decreto nº 54.297/2009. A adesão ao programa ocorre por meio dos coordenadores das escolas, que divulgam o projeto em suas respectivas instituições, para, então, indicarem um professor – geralmente das áreas de História ou Artes. Esse professor, ao ser indicado, deve desenvolver um inventário documental sobre a instituição, produzir um vídeo narrando a história da escola ou da diretoria de ensino, criar um espaço de memória para organizar o acervo documental, divulgar esse acervo por meio de exposições e torná-lo acessível para a pesquisa da equipe escolar e da comunidade.

Cumpre salientar que, após o envio da planilha dos dados escolares, a instituição pretendente é inscrita no sistema do programa. Assim, para atender a todo o restante do processo que o programa exige, será dado o suporte para as escolas ou Diretoria através das Orientações Técnicas a distância, estando disponível no *site* do CRE Mario Covas.

Entretanto, os limites da expansão do programa esbarram nas condições de modelo a distância de sua proposta. As condições materiais tecnológicas de cada escola podem ser um desafio, pois seria necessário contar com computadores e internet de qualidade para ser fornecida a toda rede de Educação Básica paulista. Essa questão está vinculada ao Decreto reformista da educação nº 57.141/2011, que prevê a adequação dos gastos públicos em consonância com os resultados obtidos por cada escola. Assim, se não houver uniformidade nos resultados de aprendizagem, não haverá um padrão de verbas na rede pública estadual.

Em um vídeo institucional do Programa Memória Escolar, Educação e Patrimônio, Maria Cristina Noguerol, coordenadora do Centro de Memória e Acervo Histórico (CEMAH), destaca o caráter utilitário dos objetivos: “Esperamos que essa ação estimule a pesquisa e o debate crítico no espaço escolar, não apenas a preservação e o reforço da memória” (São Paulo, 2017, 14:56).

Ao introduzir essa fala, a coordenadora evidencia que o mais importante para esse programa é o cultivo da história das instituições, bem como o retorno para a

pesquisa, indo além do legado, da reflexão e da identidade deixada pela memória escolar. Nesse sentido, destaca-se a questão da utilidade enfatizada em seu discurso, ao ressaltar como a educação patrimonial pode gerar aprendizagens e conhecimento na sociedade. Vale salientar que o discurso deve ser articulado às seguintes questões: 'Para quem a fala se dirige? De qual lugar ela é proferida?'. Sendo uma política pública orientada pela adequação dos gastos públicos com base nos resultados obtidos, é essencial enfatizar os retornos úteis que a educação patrimonial pode trazer à sociedade.

Na sequência, a coordenadora se refere aos resultados colhidos pelo programa, que serão disponibilizados em uma base de dados para consulta no *site* do CRE Mario Covas. Essa base incluirá documentos que contemplem a história dos patronos das escolas, além de vídeos que apresentam a história de todas as escolas da rede pública estadual (São Paulo, 2017).

Dessa forma, nota-se que o Programa Memória Escolar, Educação e Patrimônio não é, necessariamente, uma novidade no Estado de São Paulo, mas, sim, uma reformulação de outros projetos, alguns já coordenados pelo CRE Mario Covas. Embora esses projetos fossem desenvolvidos separadamente, compartilhavam os mesmos propósitos, pois buscavam construir a memória das escolas. Para isso, desenvolveram um inventário das histórias das instituições escolares e dos atores sociais que fizeram parte dessas instituições. Além disso, disponibilizavam orientações técnicas a distância, porém priorizavam formações presenciais e visitas à sua sede institucional, localizada no Casarão da Avenida Rio Branco.

Como um meio de compreender mais a história da instituição escolar, "A História do Patrono" objetivava coletar as biografias dos indivíduos que batizaram as escolas com seus nomes ou que representam uma relevância identitária para essas instituições. Esse projeto, iniciado em 2011 e influenciado pelo Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011, trouxe inovações. Ele ampliou a presença de esferas coordenadoras no campo da educação patrimonial, sendo a EFAPE, em colaboração com o CRE Mario Covas, responsável por determinar os meios de capacitação dos professores da Educação Básica.

A explicação dos objetivos e da relevância do projeto está detalhada em vídeos temáticos institucionais, como "Patrono na Escola", realizado pela Assembleia Legislativa, e "História do Patrono", produzido com a participação do CRE Mario Covas. A coordenadora Maria Cristina Noguerol destaca a importância da educação

patrimonial, especialmente no contexto da História do Patrono, apresentando exemplos de trabalhos realizados (São Paulo, 2017).

Os procedimentos do projeto incluem a elaboração de um plano que explicite claramente os objetivos, conteúdos, alternativas e formas de avaliação; a busca por fontes publicadas sobre o patrono escolar em diferentes blocos institucionais, como a escola, a diretoria de ensino, a imprensa local/regional, o departamento histórico da prefeitura e, finalmente, o *site* da Assembleia Legislativa.

Após a coleta das fontes, o próximo passo consiste em delimitar um inventário do Acervo Histórico da Escola, alinhado à história do Patrono. Por fim, ocorre a difusão do acervo por meio de um texto elaborado dentro de um modelo de arquivo no *PowerPoint*.

A narrativa histórica do texto deve seguir a estrutura biográfica do Patrono, seja ele uma figura humana, seja um local. Deve-se demonstrar a relevância de ter atribuído seu nome à instituição escolar.

As possibilidades para envio do trabalho final dependiam do envio em CD ou DVD para o endereço do CRE Mario Covas, contendo os arquivos em formato PDF e escritos no *PowerPoint*. Os trabalhos deviam atender ao cronograma de entrega estabelecido pelas direções de ensino.

O vídeo produzido pelo Acervo Histórico da ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) sobre o Patrono Escolar apresentou as leis que regulamentam o tema, o conceito de “Patrono Escolar” e o impacto desse tema nas práticas pedagógicas, com a participação de funcionários e alunos da E.E. Caetano de Campos e da E.E. Inspetor Raimundo Serafim de Lima.

Agnaldo de Jesus Almeida, diretor do Departamento das Comissões da ALESP, explica que a Lei 14.707/2012 estabelece que o patrono é determinado por um abaixo-assinado com, pelo menos, 400 assinaturas ou por manifestação favorável do conselho de classe, além de uma biografia já estruturada. O critério para que um indivíduo se torne patrono inclui ter idade mínima de 65 anos ou apresentar um atestado de óbito. Monica Crista Lima Horta, gestora da Divisão do Acervo Histórico da ALESP, define o patrono como um “mecenas”. Ela afirma que, na ausência de um Estado responsável pela manutenção das instituições escolares, o patrono “financiava a escola, criava um projeto, doava um terreno. Por ser o Estado responsável e mantenedor das instituições escolares, nas devidas proporções, o patrono torna-se

uma homenagem" (São Paulo, 2014). Assim, no contexto republicano da educação, o patrono assume uma figura simbólica.

A E.E. Caetano de Campos apresenta os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental narrando, de forma descritiva, a biografia do patrono Caetano de Campos, a detalhar o local de origem, o período histórico, sua profissão e formação educacional. Em seguida, a repórter Soraia Fessel pergunta a esses alunos qual é a importância de saber quem é o seu patrono escolar:

> **Gabriel Soares Assunção, 9º Ano do E.F – EE Caetano de Campos**:_ Desde que eu entrei na escola eu não sabia quem era ele, aí a professora promoveu tipo um projeto. Ela falou assim, vocês vão saber quem é Caetano de Campos.
> **Sabrina Francelino da Silva, 9º ano do E.F – EE Caetano de Campos:**_ Então, fazendo essa pesquisa, eu consegui descobrir o homem, o criador.
> **Thainá Costa Diniz, 9º ano do EF. E.E Caetano de Campos:**_ Depois que teve esse projeto pra gente conhecer, a gente acabou, começando a se interessar, pesquisar sobre as pessoas que estudaram na escola, pra ter mais ideias sobre quem Caetano de Campos foi nessa escola.
> **Naiara Silva Oliveira, 9º ano do E.F – E.E Caetano de Campos:**_ Dá mais orgulho de estudar aqui, porque a gente sabia toda a história, ver tudo, desde o comecinho, dá mais orgulho (São Paulo, 2015, 5:30 min., grifos nossos).

Por outro lado, a E.E. Inspetor Raimundo Serafim de Lima não contou com alunos narrando descritivamente a história do patrono. Pelo contrário, evidenciou-se o desconhecimento, por parte dos alunos do 3º ano, em relação ao patrono. Ao final das entrevistas, articuladas ao tema da instituição, a gestora da divisão do Acervo Histórico da ALESP explica, de forma detalhada, quem foi o patrono Inspetor Raimundo. A diretora da instituição mencionada também contribui, explicando a relevância que o conhecimento sobre o patrono escolar pode trazer à comunidade escolar:

> **Repórter Soraia Fessel:** _ quem é o patrono de sua escola
> **Caio Almeida de Barros, 3º Ano do EM. – E.E Inspetor Raimundo Serafim de Lima:**_ é Raimundo Serafim, que eu sei.
> **Repórter Soraia Fessel:**_o que você sabe mais sobre ele?
> **Caio Almeida de Barros, 3º Ano do EM. – E.E Inspetor Raimundo Serafim de Lima:** Mais nada!
> **Repórter Soraia Fessel:**_tem curiosidade?
> **Caio Nogueira dos Santos, 3º Ano do EM – E.E Inspetor Raimundo Serafim de Lima:** _tenho sim, eu já procurei, mas não achei nada

> sobre ele. Eu já ouvi fala dele em outra escola, por ter sido inspetor de outra escola, mas não sei o porquê eles deram o nome dele para essa escola (São Paulo, 2015, 6:32 min., grifos nossos).

O vídeo institucional retrata a E.E. Caetano de Campos como uma escola protagonista, pois, por meio de sua estrutura, os alunos demonstram o conhecimento da história da instituição e de seu patrono escolar. Todavia, a E.E. Raimundo Serafim de Lima apresenta um cenário oposto, com alunos desconhecedores da história de seu patrono, embora um dos estudantes tenha manifestado interesse em pesquisar e aprender mais sobre ele. A diretora da escola, Alvenira Maria da Silva, reforça a importância da pesquisa histórica sobre o patrono escolar como uma estratégia para o "resgate de quem foi essa pessoa" (São Paulo, 2015).

A história de Raimundo Serafim de Lima é narrada por Monica Crista Lima Horta, gestora da divisão do Acervo Histórico da ALESP. Raimundo, membro da classe trabalhadora, originário do Nordeste e esposo de uma merendeira da escola, superou inúmeras adversidades para se formar:

> **Mônica:** _[...]conseguiu se formar fazendo ensino supletivo, com muita dificuldade. Posteriormente ele prestou um concurso e se tornou um inspetor da escola, participando do processo educacional. Então, é uma figura interessante porque ele tem essa trajetória da pessoa, trabalhador que batalha e consegue estudar e se inserir nesse universo educacional (São Paulo, 2014, 6:52 min., grifo nosso).

A narrativa histórica apresentada por Mônica representa Raimundo como um indivíduo pobre e trabalhador, mas também como um ser humano que superou as adversidades com muito esforço. Interessantes são os termos utilizados pela Mônica, como "inserir", "batalhar para estudar", evidenciando que as condições dadas por Raimundo eram de completa exclusão na educação.

As questões apontadas na abordagem do vídeo institucional indagam a sua intencionalidade, referente ao seu propósito de mostrar o paradoxo de rendimento dos alunos nas duas escolas e a história dos respectivos patronos. No entanto, aparentemente, as raízes sociais revelam uma semelhança, já que os patronos das escolas mencionadas, Caetano e Raimundo, eram oriundos da classe trabalhadora. Ainda assim, Caetano alcançou maior ascensão social, tornando-se o primeiro diretor de uma Escola Normal durante o período republicano (São Paulo, 2017).

O vídeo institucional “História do Patrono”, realizado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, juntamente ao CRE Mario Covas e à EFAP, apresenta imagens de trabalhos efetuados na E.E. Congonhas do Campo, em São Paulo, e na E.E. Cândido Portinari, na cidade de Batatais. Em consonância com essa direção, a diretora do Centro de Memória e Acervo Histórico, Maria Cristina Noguerol, justifica a relevância do patrimônio. Para ela, a preservação do patrimônio público e histórico é um tema recorrente nos debates das escolas públicas e privadas. Sua magnitude reside no fortalecimento da cidadania, “fortalecendo vínculos e identidades” (São Paulo, 2018).

Vale ressaltar que Maria Cristina Noguerol traz o objetivo audacioso de levantar e divulgar a história do Patrono de todas as escolas públicas estaduais, enquanto destaca os benefícios e impactos dessa prática patrimonial em toda a sociedade, especialmente no meio acadêmico e entre pesquisadores:

> **Maria Cristina Noguerol:** _ esse é um assunto muito procurado por pesquisadores. Afinal, as nossas escolas e seu acervo tem sido alvos de objetos de pesquisa pra muitas dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos e publicações bibliográficas. Esse professor fez um trabalho (Prof. Murillo Sponda, E.E Aprígio de Oliveira Mogi das Cruzes) de pesquisa sobre a memória escolar, e convidou duas alunas para participarem de sua apresentação na Universidade. O objetivo desse vídeo, é orientar a equipe escolar para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e tornar pública a história do patrono de todas as escolas da rede pública estadual. A história do patrono parte de uma base de dados e se tornará pública no site no CRE Mario Covas (São Paulo, 2018, 1:25 min., grifos nossos).

Novamente, a coordenadora do CEMAH ressalta a utilidade da educação patrimonial na área científica, mencionando professores que desenvolveram pesquisas juntamente aos alunos por meio dos centros de memória implantados na Educação Básica. Diante disso, permanece a seguinte questão: quais são os resultados do programa?

Na sequência, aborda-se outro projeto de preservação do patrimônio histórico escolar, conduzido no Estado de São Paulo pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”.

3.5 CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”

O Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS) foi criado por meio do Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969, o qual resultou na criação de uma autarquia vinculada à Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), sob o nome Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEETP). Seu objetivo era formar cidadãos no ramo tecnológico, abrangendo os níveis de ensino médio e superior.

O contexto de criação do CEETP remonta à ditadura militar, marcada por uma tendência tecnocrática. Essa característica é refletida pelo Parecer 252/1968, que priorizava a teoria do capital humano para especialização de profissionais voltados à prática (Saviani, 2006). Nesse cenário, o CEETP foi projetado para ser uma escola técnica voltada à formação especializada para o trabalho, especialmente na área industrial da sociedade brasileira.

Na década de 1990, com o Decreto 37.735, de 27 de outubro de 1993, houve uma expansão das escolas técnicas para a rede estadual CEETEPS, com a transferência das escolas técnicas estaduais para o Centro Estadual Tecnológico “Paula Souza”. Além disso, estabeleceu-se uma divisão entre a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que passou a agregar as escolas do CEETEPS e a Secretaria da Educação.

> **Decreto nº 37.735, de 27 de outubro de 1993**
>
> **Artigo 1.º** - Fica autorizada a transferência, a partir de 1.º de janeiro de 1994, das Escolas Técnicas Estaduais relacionadas nos Anexos I e II deste decreto, respectivamente, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e da Secretaria da Educação para o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" CEETPS.
> **Parágrafo único** - Caberá ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETPS a avaliação da necessidade e da oportunidade de instalação das Escolas Técnicas Estaduais, criadas e não instaladas, relacionadas no Anexo II a que se refere o "*caput*" deste artigo.
> **Artigo 2.º** - A Divisão Estadual de Ensino Tecnológico - DEET, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, ficará extinta com a efetivação da transferência das Escolas Técnicas Estaduais de que trata o artigo anterior (São Paulo, 1993, grifos nossos).

A trajetória de construção das escolas técnicas no Estado de São Paulo não ocorreu de forma uniforme, mas de maneira fragmentada, com as escolas técnicas estaduais e as escolas do CEETEPS divididas entre as pastas da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e da Secretaria da Educação.

Esse processo de divisão se aprofundou a partir de 1997, quando, por meio do Decreto nº 2.208, as escolas técnicas do CEETEPS passaram a ter como foco o atendimento ao mundo do trabalho perante as competências e habilidades. As modalidades das escolas técnicas foram classificas em três categorias:

> I – básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
>
> II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados, destinados a egressos do ensino médio e técnico
>
> II – tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (Brasil, 1997).

Tais medidas comprometeram os princípios da Educação Básica previstos pela LDB/1996. Enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, estabelece como finalidade da Educação Básica “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania” (Brasil, 1996), as ações mencionadas divergiram desses princípios ao separar o ensino médio do ensino técnico, alinhando-se, cada vez mais, aos interesses do mercado globalizado. Pode-se afirmar que “o Decreto nº 2.208/1997 aponta como um dos objetivos da reforma acompanhar o avanço tecnológico, de forma a atender às novas demandas do mercado, que exige ‘flexibilização, qualidade e produtividade’” (Moraes; Reis; Alencar, 2022, p. 7).

Nos anos 2000, com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, deu-se sequência aos trabalhos de privatização anteriormente determinados. Sua ênfase está na implementação da formação continuada dos cursos técnicos e na implementação integral da infraestrutura pública de educação técnica do país. Diferentemente do Decreto nº 2.208/1997, que apresentava uma abordagem fragmentada das políticas públicas, sua principal preocupação estava em qualificar a mão de obra desqualificada, mas de forma barata e aligeirada. Isso resultou em um aumento da adesão a cursos técnicos iniciais e continuados no espaço privado em 2012 (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2014).

Logo, o período dos anos 1990 a 2000 evidenciou um cenário de homogeneização privatista nas escolas técnicas, caracterizado pela configuração política dessas instituições. Essa tendência foi reforçada pela Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que instituiu um Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Nesse contexto, tanto os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) quanto o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) passaram por alterações semelhantes (Landi, 2022).

3.5.1 Os Centros de Memória do CEETEPS

Os Centros de Memória do CEETEPS advêm de um longo processo no período de 1990, em um paralelo da ascensão das políticas neoliberais na educação brasileira com a luta dos historiadores da educação pela salvaguarda do patrimônio histórico educativo, especificamente a preservação e difusão dos arquivos culturais, com projeção através da construção do Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CMEFEUSP). Os motivos da formação de os centros de Memória do CEETEPS estarem intrínsecos com o da USP se articulam às pautas lançadas na formação desse centro de memória, diante dos objetivos alinhados à história da educação brasileira em “[...] institucionalizar instâncias interdepartamentais, que favorecessem a produção em equipe da pesquisa em história e historiografia da educação” (Moraes; Santos, 2021, p. 3).

A história da educação no Brasil ganhou maior protagonismo na metade dos anos 1980, destacando a importância de políticas públicas para preservar fontes históricas primárias. Essas iniciativas forneceram condições para o desenvolvimento de pesquisas na área e atraíram mais pesquisadores interessados nesse campo. Assim, a Faculdade de Educação da USP desempenhou um papel essencial ao fomentar os objetivos da história da educação, fornecendo suporte à pesquisa nessa área.

Diante das incorporações das escolas técnicas ao sistema CPS (Centro Paula Souza), o Centro de Memória da USP conseguiu maior notoriedade, especialmente devido à inclusão de escolas centenárias que careciam de planejamento para a preservação de seus arquivos. Nesse sentido, a professora Dra. Carmen Sylvia Vidigal

Moraes do CMEFEUSP recorreu ao professor Almério Melquíades de Araújo, coordenador do ensino técnico, para planejar um projeto voltado ao desenvolvimento de materiais que orientassem aos docentes preservarem os arquivos escolares, de tal maneira que obteve financiamento do CNPq (Alves; Inácio, 1997 *apud* Carvalho; Moraes, 2023).

Nesse contexto, consolidou-se uma parceria entre o CMEFEUSP e o CEETEPS. Entre 1992 e 1996, foi realizado um levantamento documental nas oito primeiras escolas profissionais oficiais do Estado de São Paulo, sob a coordenação de Carmen Sylvia Vidigal Moraes e com a colaboração da aluna bolsista do CMEFEUSP, Rita de Cássia Bonadio Inácio. Esse levantamento revelou as precárias condições de armazenamento dos arquivos escolares (Alves, 1998; Carvalho; Moraes, 2023).

Em seguida, a partir de 1997, foi lançado o projeto “Historiografia das Mais Antigas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo”, perante a coordenação de Júlia Falivene Alves. O foco do projeto era a formação teórica sobre a historiografia da educação profissional para os professores dessas instituições e a investigação do acervo existente. O objetivo principal era construir práticas de cuidado e conservação de documentos relevantes para o desenvolvimento da memória educativa das escolas técnicas. Desde então, já se manifestava o interesse em institucionalizar esses espaços como centros de memória:

> 8. Ações de cidadania pelo tombamento e preservação dos edifícios onde estão instaladas as escolas, considerados significativos do ponto-de-vista histórico-artístico, e por uma legislação eficaz que normatize a sua preservação (Alves, 1998, p. 33).

Nesse projeto, um a dois docentes das áreas de História, Geografia, Educação Artística e Português se encarregaram de coordenar as iniciativas em suas instituições. Dentre as atividades realizadas, destacaram-se o uso da história oral, atribuído aos alunos; a divulgação do trabalho à comunidade; e a elaboração da monografia da História da instituição escolar técnica. Além disso, o projeto alcançou 11 (onze) escolas técnicas cadastradas, dentre as quais se enfatizam: ETE Carlos de Campos e ETE Getúlio Vargas, de São Paulo; ETE Dr. Domingos Minicucci Filho, de Botucatu; ETE Júlio de Mesquita, de Santo André; ETE Bento Quirino, de Campinas; ETE João, de Amparo; ETE Armando Bayeux da Silva, de Rio Claro; ETE Fernando

Prestes, de Sorocaba; ETE Aristóteles Ferreira, de Santos; ETE Joaquim Ferreira do Amaral, de Jaú; ETE Salles Gomes, de Tatuí; ETAE Cônego José Bento, de Jacareí (Alves, 1998).

Figura 10 – Júlia Falivene Alves e os professores integrantes do projeto de Historiografia no Centro de Memória da ETEC Fernando Prestes, em Sorocaba, em 1998

Fonte: arquivo pessoal – Júlia Falivene Alves *apud* Carvalho e Moraes (2023).

Adiante, no ano de 1998, foi estabelecido um projeto de extensão da USP em parceria com o CEETPS, financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), intitulado: “Pesquisa sobre o ensino público no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais”. Esse projeto possibilitou a criação dos primeiros oito centros de memória até o ano de 2001. As escolas técnicas que implementaram os Centros de Memória são estas: ETEC Getúlio Vargas e Carlos de Campos, no município de São Paulo; ETEC João Belarmino, na cidade de Amparo; ETEC Bento Quirino, localizada em Campinas; ETEC Júlio Cardoso, em Franca; ETEC Fernando Prestes, no município de Sorocaba; ETEC Cônego José Bento, no município de Jacareí; e, por fim, a ETEC Aristóteles Ferreira, localizada em Santos (Moraes; Alves, 2002; Costa, 2023).

O projeto “Pesquisa sobre o ensino público no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais” gerou um livro, o “Inventário de fontes documentais: contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo”, organizado por Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Julia Falivene Alves (2002). A obra apresenta os resultados adquiridos pelo projeto entre 1998 e 2002, igualmente dos processos de desenvolvimento dos centros de memória. Ela também evidencia

os conhecimentos adquiridos pelos participantes acerca da historiografia, destacando a importância de sua implantação como formação e produção científica na história da educação brasileira.

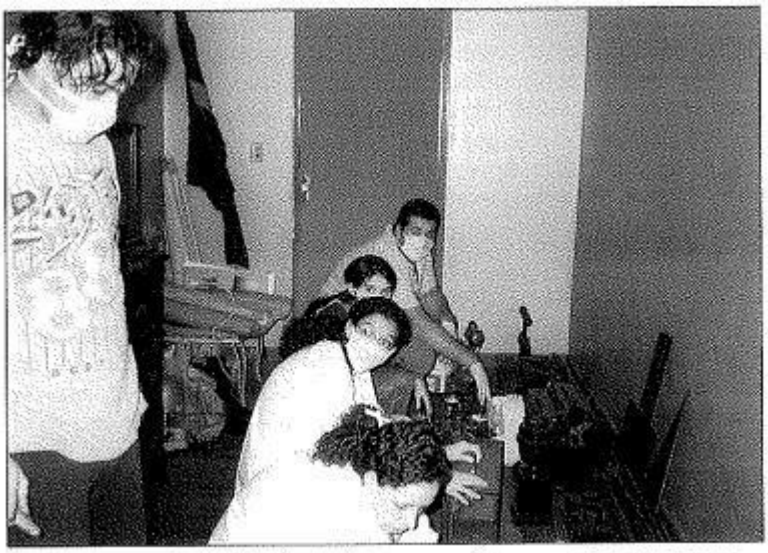
As questões levantadas pelos professores-pesquisadores incluem a falta de políticas públicas para o cuidado dos acervos, a precariedade do armazenamento documental e a naturalização da narrativa histórica como verdade absoluta por parte dos educadores, que, muitas vezes, não questionam os processos de constituição histórica. Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2002) destaca, nessa obra, os benefícios de revisar a produção historiográfica, por meio de conteúdos que refletem sobre a história da educação no Estado de São Paulo:

> No que diz respeito à contribuição das fontes de pesquisa para o campo da história da educação, esse conjunto documental possibilita contestar certas interpretações cristalizadas no pensamento pedagógico brasileiro. Uma dessas interpretações, ao desconhecer a presença de diferentes tempos históricos na formação social brasileira e ao ignorar as especificidades das escolas de ensino profissional e de sua relação com as realidades locais no plano social, político e econômico, insiste em atribuir-lhes, de forma genérica, um caráter assistencialista[...] Nessa perspectiva, a escola profissional era também vista pelas autoridades governamentais como "veículo seguro de nacionalização" e sua difusão, como uma "questão patriótica" (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p.533). O manejo das fontes pode, portanto, propiciar a revisão de certos pressupostos teóricos e de método, que, por sua vez, conduza à busca de novas fontes de estudo, a leituras mais fecundas da documentação e à construção de novos conhecimentos sobre a trajetória da educação em nosso país e, mais especificamente, sobre a história da relação trabalho-educação (Moraes, 1998, p. 30).

O livro também enfatiza a participação de alunos, professores, gestores e pesquisadores das oito escolas selecionadas como fundamental para a construção dos centros de memória; os alunos, professores, gestores e pesquisadores das oito escolas selecionadas contribuíram para que esse projeto se materializasse. Dentre os bolsistas do Centro de Memória da Faculdade de Educação, destacam-se Maria Cristina Vendramento e Iomar Barbosa Zaia. Os professores incluem Américo Baptista Vilela, Claudia Theodoro Gomes, Dulcinéia de Oliveira Gomes, Fabiana Valeck de Oliveira e Suzana Aparecida Alves de Almeida, Deborah de Marco Ridolfi, Elaine Aparecida Binatti Gallego, Maria Cristina Utagawa, Nilza Ruth de Camargo, Claudia Cristina Jundi Penha, Claudio Matarazzo, Paulo Roberto Accorsi Pereira, Lígia Serra de Souza, Olívia Maria de Carvalho Rocha Iervolino, Tânia Denise Guerra, Magda

Barbosa dos Santos Rodrigues, Maria Alamar Gonçalves Costa, Maria Medianeira Nover Achutti Monteiro, Oswaldo Luiz Casconi, Rosemari Santos de Paula, Stella Cano Ronzani, Edmilson José Tavares Pimentel, Eliana Maria Azevedo Roda Pessoa Ferreira, Júlia Naomi Kanazawa, Roselena Aparecida Lossoli E Braga, Waldemar Tavares Jr., Daisy Rodrigues de Lima Simões, Lilian de Fátima Bento de Souza. Os diretores participantes foram Maria Lúcia Mendes de Carvalho, Adhemar Carlos Pala, Hersília Caleffi de Souza, Orieide Aparecida Alves Ferreira, Magda Barbosa dos Santos Rodrigues, Luiz Antonio Koritiake, Nadya Cônego José Bento, Ieda Aparecida de Jesus e Analdina Martes Marçal dos Santos (Moraes; Alves, 2002).

Figura 11 – Processo de constituição do acervo da ETE Carlos de Campos, higienização



Reconhecimento e primeira higienização de peças museológicas no mutirão de professores do Projeto e alunos voluntários, na ETE Carlos de Campos.

Fonte: Moraes (2002, p. 52).

A partir de 2002, com o encerramento do projeto de extensão da USP, a professora Júlia Falivene Alves sugeriu projetos aos funcionários da rede CEETEPS, para expandir a construção dos Centros de Memória. Esses projetos deveriam ser conciliados com as Horas de Atividades Específicas (HAE), buscando evitar um vazio nas iniciativas e dar continuidade aos trabalhos realizados por bolsistas, professores e gestores.

Figura 12 – Reunião de alinhamento com os professores que atuam nos Centros de Memória, no Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo, em 2002

Fonte: arquivo pessoal de Maria Lúcia Mendes de Carvalho *apud* Carvalho (2020).

Dessa forma, em 2002, criou-se o projeto “Vitalização e Dinamização dos Centros de Memória”, seguido pelo projeto de 2004 a 2005 “Memória do Trabalho, da Técnica e do Ensino Profissional” (Fase de institucionalização dos Centros de Memória), ministrado pela Associação de Arquivistas, situado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Os participantes se totalizaram em dezessete (17) funcionários representantes das escolas técnicas que institucionalizaram seus centros de memória, por meio do projeto “Pesquisa sobre o ensino público no Estado de São Paulo: memória institucional e transformações histórico-espaciais”, por exemplo: Maria Ângela Nascimento Nobile e Maria Alamar G. da Costa, ETEC Dr. Júlio Cardoso, de Franca; Sérgio Maurilio de Freitas e Antônio Tadeu de Olveira, ETEC Cônego José Bento, de Jacareí; Maria das Dores S. Caresia e Marcia Regina do Nascimento, ETEC Bento Quirino, de Campinas; Elaine Leite e Geane Pereira da Silva, ETEC Carlos de Campos, de São Paulo; Rodrigo Galhardo Coelho e Noemia Miyuki Sakai Iwase, ETEC São Paulo, de São Paulo; José Aparecido dos Santos, José S. de Oliveira e Adelina Maria Lucio, ETEC Horácio Augusto da Silveira, de São Paulo; Cecília Aparecida Pinto Gabriel e Andrea Fernando Barbosa, ETEC João Belarmino, de Amparo (Carvalho; Moraes, 2023).

A partir de 2006, foi criado na rede CEETEPS o regimento comum das escolas técnicas, que determinou as funções a serem desempenhadas pelas fontes históricas

nas instituições. Conforme o Artigo 108, essas funções estavam direcionadas a: garantir e simplificar o acesso à informação para a comunidade interna e externa; proporcionar maior eficiência administrativa, incluindo o atendimento ao público; e desenvolver e preservar a memória e a história da educação e da instituição[10].

Os projetos destinados à construção dos centros de memória ganharam maior amplitude em 2008, ao completarem dez anos de instalação dos centros de memórias nas escolas estaduais técnicas. Quando questionada pelo coordenador do CEETEPS, Almério Melquíades de Araújo, sobre o andamento dos trabalhos realizados entre 1998 e 2002, Maria Lucia Mendes de Carvalho, atual coordenadora dos projetos voltados à salvaguarda do patrimônio histórico educativo, propôs a criação do "I Encontro de Memórias e História da Educação Profissional". Esse evento incentivou os professores participantes a formarem o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica (GEPEMHEP), com a intencionalidade de legitimar uma regularidade nos encontros dos professores, sob a sede dos encontros no município de São Paulo, a fim de analisarem os processos de constituição dos centros de memória nas escolas estaduais, além de criar difusões das práticas pedagógicas dos centros de memória e produções científicas nos artigos científicos na revista do CPS (Centro Paula Souza), com divulgação no *site* institucional.

Esse projeto se articulou ao plano de metas da Unidade do Ensino Médio e Técnico (CETEC), que estrutura suas diretrizes curriculares e legislativas. Dentre as metas, destacava-se a meta 3.2.04, voltada à difusão dos trabalhos realizados nos centros de memória das escolas técnicas. O objetivo era proporcionar um espaço de reflexão e debate sobre as memórias e a história da educação profissional, com vistas à implementação de políticas públicas que ampliassem e melhorassem os centros de memória (São Paulo, 2009; Moraes; Santos, 2021; Carvalho; Moraes, 2023).

[10] Consultar em:
http://www.memorias.cpscetec.com.br/publicacoes/legislacao/regimentoceeteps2006.pdf

Figura 13 – Professoras presentes no I Encontro Memórias da Educação Profissional

Fonte: Carvalho (2020).

A partir desse período, o trabalho de salvaguarda do patrimônio histórico educativo passou a focar na difusão da produção científica e na formação continuada, buscando autonomia frente à dependência de financiamentos limitados. O apoio da FAPESP ao Centro de Memória da USP, relacionado ao CEETEPS, foi temporário e abrangeu apenas oito instituições. Caso dependesse exclusivamente da vontade do governo estadual, todo o trabalho desenvolvido poderia ter sido interrompido. Logo, a iniciativa de Maria Lucia Mendes de Carvalho não se configurou como uma forma de controle dos centros de memória, mas como um esforço para dar continuidade e ampliar os projetos existentes, transformando-os em espaços de produção científica, formação continuada sobre culturas escolares e promoção de uma cidadania crítica.

Em 2009, o GEPEMHEP recebeu duas inovações: a criação de um *site* por Carlos Eduardo Ribeiro, com o propósito de disseminar os trabalhos do CPS, e a formação dos Clubes de Memória, que consistiam em oficinas de leitura com temas, como cultura escolar, cultura material e história oral (Costa, 2023).

A hospedagem virtual das memórias paulistas do CEETEPS apresentou a finalidade de assessorar professores e alunos, no quesito de difundir virtualmente os trabalhos realizados nos referentes centros de memória das escolas tecnológicas. Como os encontros do GEPEMHEP sempre eram na capital paulista, o *site* institucional de memórias preencheu a lacuna de distância dos municípios interioranos (Carvalho; Ribeiro, 2021).

Entretanto, o interesse de Carlos Eduardo Ribeiro e Maria Lucia Mendes de Carvalho era produzir um Museu Virtual da Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, as condições oferecidas pelo *site* inicial não comportavam o desenvolvimento desse propósito, pois se exigia uma maior capacidade de armazenamento de dados e aprimoramento de conhecimentos na área de ciência da informação. Por isso, os autores do *site* buscaram aperfeiçoar seus conhecimentos em ciência da informação e arquivologia, o que possibilitou, em 2014, o desenvolvimento do Museu Virtual da Educação Profissional e Tecnológica (Carvalho; Ribeiro, 2021).

Figura 14 – Hospedagem virtual de Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Centro Paula Souza (2024).

Para sistematizar suas intervenções, o Clube de Memórias criou competências visando a gerar políticas públicas mais efetivas para toda a estrutura educacional tecnológica. Além de captar políticas públicas, o Clube buscou impactar a comunidade local, conscientizando-a sobre a importância de preservar as instituições escolares e fornecendo suporte necessário para a constituição dos centros de memória, por meio de oficinas e do grupo de pesquisa correspondente:

> - Promover e facilitar o acesso às políticas públicas para a preservação do patrimônio histórico-educativo e do patrimônio cultural e tecnológico na rede de escolas técnicas e faculdades de tecnologia;

> - Mobilizar a comunidade escolar na salvaguarda do patrimônio histórico educativo para fins didáticos e de pesquisa, orientando sobre promoção de ações educativas para a preservação, sensibilização, valorização e divulgação do patrimônio cultural institucional;
> - Fornecer subsídios para classificação e inventários de objetos museológicos, arquivísticos e bibliográficos em centros de memória e acervos escolares; - Fornecer subsídios para organizar arquivos pessoais de docentes, inventariando e classificando objetos ou artefatos museológicos, arquivísticos e bibliográficos de Centros de Memória ou Acervos Escolares do Centro Paula Souza (Carvalho; Ribeiro, 2021, p. 8).

Vale ressaltar que, no processo de mobilização da comunidade escolar, os alunos do CEETEPS foram designados como monitores dos centros de memória. Suas responsabilidades incluem higienizar documentos, auxiliar nas pesquisas de documentação para exposições e colaborar com os professores na curadoria das fontes expostas. Os professores, por sua vez, recebem orientações tanto do Clube de Memórias quanto das discussões organizadas pelo projeto (Carvalho; Moraes, 2023).

O Clube de Memórias promoveu maior adesão de professores às formações continuadas em serviço sobre o tema “Memórias e História da Educação Profissional”, pois incentivou os docentes a socializarem seus trabalhos dentro do grupo. Com o apoio da coordenação do Centro Educativo Tecnológico Paula Souza (CETECCPS) e do CMEFEUSP, o projeto buscou fomentar pesquisas na área de arquivos escolares, além de desenvolver o perfil de professores como docentes e pesquisadores (Carvalho; Moraes, 2023).

> Aperfeiçoar continuadamente os processos de planejamento, gestão e as atividades operacionais/administrativas; Estimular e consolidar parcerias (internas e externas), sinergias e a inovação tecnológica; Manter adequada a infraestrutura e atualizados os laboratórios e equipamentos didático-pedagógicos; Promover capacitações e atualizações dos servidores; Garantir processos de avaliação institucional que viabilizem a métrica e identificação dos resultados do Centro Paula Souza; Implantar programas que busquem melhorias contínuas dos resultados da instituição. Identificar novas tecnologias para planejamento e implantação de novos cursos e iniciativas; promover aplicação da tecnologia e estimular a criatividade para o desenvolvimento de competências humanas e organizacionais; captar recursos financeiros externos para realizações de projetos estratégicos quando não disponíveis no orçamento da instituição (São Paulo, 2024).

Embora o processo de constituição do Museu Virtual ainda não esteja concluído, o *site* já permite o acesso a diversas fontes importantes, difundindo informações sobre os trabalhos realizados pelo GEPEMHEP. Dentre os materiais disponíveis, estão projetos cadastrados nas HAE pelos professores, anais de eventos realizados, hemeroteca, álbuns e arquivos históricos institucionais. Um destaque especial concerne aos livros institucionais referentes aos trabalhos desenvolvidos nos eventos científicos anuais do GEPEMHEP, que se mostram fundamentais como ferramentas de divulgação dos centros de memória do CEETEPS.

Figura 15 – Os livros institucionais da memória e história da educação profissional e tecnológica, difundidos no período de 2010 a 2021

Fonte: https://www.memorias.cpscetec.com.br/ *apud* Carvalho e Moraes (2023).

Ao todo, existem onze (11) livros publicados sobre o patrimônio histórico educativo entre 2011 e 2023, além de treze (13) obras voltadas para a metodologia de ensino nas escolas técnicas, inovação e empreendedorismo em projetos, totalizando vinte e sete (27) publicações institucionais do CEETEPS. Esses livros, que tratam da Memória e História da Educação Profissional e Tecnológica, evidenciam a luta dos atores sociais para institucionalizar os centros de memória do CEETEPS, por meio de pesquisas científicas realizadas nessas unidades, parcerias com universidades públicas de outros estados e colaborações com esferas patrimoniais,

como o CRE Mario Covas, que também participaram de eventos e publicaram nessas obras.

Os livros institucionais, exibem as suas especificidades decorrentes de seu contexto e temática abordada. Para começar, salienta-se a obra “Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional”, fruto das apresentações realizadas no II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, no ano de 2010, organizada por Maria Lúcia Mendes de Carvalho (2011). A autora enfatiza a necessidade de produzir cientificamente a história da educação profissional, descrita como uma área ainda pouco explorada. Ela sugere que essa lacuna pode ser preenchida com o trabalho do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP).

O foco dessa obra se centraliza na produção historiográfica a partir das práticas dos docentes e das culturas escolares como estratégia de incentivo aos professores das unidades CEETEPS quanto a pesquisar elementos da história profissional da educação local. O livro conta com o prefácio da líder anterior dos projetos voltados ao patrimônio histórico educativo, Júlia Falivene Alves, com apresentação de Maria Lúcia Mendes de Carvalho, um dossiê de 18 artigos, com temas, como: políticas educacionais; relação entre trabalho-educação; currículo-escolar; história da educação profissional escolar; história oral.

O livro “Patrimônio, Currículos e Processos Formativos: Memórias e História da Educação Profissional”, organizado por Maria Lúcia Mendes de Carvalho (2013) e fruto do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional, enfatiza a relevância do pesquisador na sociedade, visto como um orientador da compreensão coletiva e “agente de transformação social” (Carvalho, 2013, p. 12). Além disso, a obra aborda a educação patrimonial como reflexo da trajetória dos professores ao mapear os acervos do CEETEPS, destacando a relevância das fontes evidenciadas pela história oral. O livro reúne 20 artigos sobre temas, como: história da educação profissional escolar, história oral, cultura escolar e acervos.

Em 2014, foi lançada a obra “História Oral na Educação: Memórias e Identidades”, organizada por Maria Lúcia Mendes de Carvalho e Suzana Lopes Ribeiro Salgado. De forma geral, a temática busca reforçar a identidade integral do CEETEPS, resgatando a história do patrono Antônio Francisco Paula Souza, deputado estadual de São Paulo, abolicionista e engenheiro “prático”, isto é, com formação incompleta, mas autodidata. Ele lutou pelo acesso universal às escolas

técnicas no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Vale destacar que o livro foi inspirado pelo curso “História Oral na Educação: Memórias e Identidades”, realizado pelo GEPEMHEP e financiado pelo programa do governo federal “Brasil Profissionalizado”, que contratou uma empresa especializada para ministrar o curso. O objetivo era difundir os trabalhos realizados com história oral e investigar os tipos de identidades geradas, por meio de entrevistas com 35 depoentes de 26 unidades do CEETEPS.

Em sequência, Maria Lúcia Mendes de Carvalho difundiu, em 2015, o livro “Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional”, fruto da Jornada Internacional Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional, de 2013. O evento foi administrado pelo Centro de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão (CETEC Capacitações) e pelo GEPEMHEP, em colaboração com a Biblioteca Nacional de Maestros (BNM) e o Programa de Memória da Educação Argentina (MEDAR). Com 24 artigos, o livro aborda palavras-chave, como: políticas educacionais, currículo, cultura escolar, centros de memória e história da educação profissional. O objetivo geral é tratar da emergência de preservar o patrimônio histórico educativo no Brasil, especialmente no CEETEPS. A autora destaca a criação de um centro de memória no espaço administrativo, com base no trabalho realizado com a bibliotecária Tatiane Silva Massucato, que identificou livros didáticos raros do período de 1930. O espaço administrativo, localizado no bairro da Luz, em São Paulo, foi estabelecido em 2013, ocupando o prédio da antiga Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

O livro “Espaços, Objetos e Práticas: Memórias e Historiografia da Educação Profissional”, organizado por Maria Lúcia Mendes de Carvalho (2018), é fruto do V Encontro de Memória e História da Educação Profissional. O evento homenageou as professoras Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes, Dra. Maria Cristina Menezes e Dra. Suzana Ribeiro por suas contribuições à formação de professores atuantes no GEPEMHEP. Outrossim, o evento comemorou os 24 anos do projeto “Historiografia das Escolas Técnicas Mais Antigas do Estado de São Paulo”. O livro contempla 27 artigos e aborda palavras-chave, como: cultura escolar, cultura material escolar, centros de memória, arquitetura escolar e historiografia da educação profissional e tecnológica.

O objetivo da obra “Espaços, Objetos e Práticas: Memórias e Historiografia da Educação Profissional” é dar continuidade às pesquisas sobre cultura escolar e

memória, mas com a peculiaridade de abordar a arquitetura e os espaços sociais ocupados pelas instituições escolares de educação profissional e tecnológica. O foco recai sobre as práticas simbólicas e escolares em relação aos meios de produção local, às relações de poder e ao uso das fontes do Centro de Memória como objetos da cultura material.

Os motivos de seu aprofundamento em temas sobre cultura material e imaterial e a análise do espaço arquitetônico escolar em paralelo à história da cultura escolar e às suas práticas estão articulados aos procedimentos dos cursos tratados pela GPMEHP a partir de 2014, que têm como pauta:

> Organização e difusão de Centros de Memória, Arquivos Escolares, Arquivos Pessoais e Coleções em instituições da educação profissional e tecnológica; • Inventários e produção de catálogos para a preservação de acervos escolares e culturais do patrimônio histórico educativo no ensino profissional e tecnológico; • Espaços e práticas escolares relacionados às transformações curriculares, em cursos técnicos e tecnológicos, como contributo para estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional e tecnológica; • Memórias, história oral e formação de professores na educação profissional e tecnológica (Carvalho, 2018, p. 14).

O livro institucional publicado em 2020, “Narrativas de Currículos, da Arquitetura Escolar aos Seus Artefatos”, resultado do evento Jornada Patrimônio Cultural e Tecnológico da Educação Profissional: Narrativas de Currículos da Arquitetura Escolar aos Seus Artefatos, realizado em 2017 e organizado por Maria Lúcia Mendes de Carvalho, modifica a sua temática geral. A obra busca compreender a relação entre “[...] objetos de ciência e tecnologia que se encontram em acervos escolares com os currículos e as práticas de cursos oferecidos no passado” (Carvalho, 2020, p. 17). Vale destacar que essa publicação homenageia Júlia Falivene Alves, primeira coordenadora dos projetos de viabilização dos Centros de Memória do CEETEPS, professora, escritora e pesquisadora que faleceu naquele ano. A obra também faz um memorial de sua trajetória acadêmica e escolar, bem como de sua importância para a instituição CEETEPS.

A obra “Narrativas de Currículos, da Arquitetura Escolar aos Seus Artefatos” evidencia, por meio de sua organizadora e líder de projetos do GEPEMHEP, Maria Lúcia Mendes de Carvalho, as dificuldades em sua elaboração, especialmente devido ao contexto de isolamento ocasionado pela covid-19. O livro precisou ser reeditado mais de três vezes. Sua estrutura conta com 24 artigos sobre pesquisas realizadas

em arquivos escolares, abordando palavras-chave, como: centros de memória, historiografia da educação profissional, história oral e arquitetura escolar.

Adiante, no ano de 2022, lançou-se a obra “Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar”, organizada por Maria Lúcia Mendes de Carvalho. A publicação é resultado de um evento científico realizado em 2019, em comemoração ao cinquentenário do CEETEPS (1969-2019). Composta por 28 artigos, a obra mantém temáticas, como centros de memória, historiografia da educação profissional e o uso da história oral, mas confere destaque à história institucional do CEETEPS e à necessidade de institucionalizar os centros de memória de forma integral. Maria Lúcia Mendes de Carvalho enfatiza os riscos de não se criar um regulamento para os centros de memória do CEETEPS, o que poderia levar à extinção de 25 anos de memória e história da educação profissional e tecnológica do Estado de São Paulo, deixando-os à mercê dos interesses governamentais. Além disso, a autora manifesta seu interesse em transformar o centro de memória do espaço administrativo do CEETEPS em um Museu de Educação em Ciência e Tecnologia Paula Souza:

> Nesta obra, o último artigo traz o processo de construção desse lugar de memória, em edifício tombado em 2002, e que precisa de restauro por ser um marco histórico da educação em ciência e tecnologia. Nesse edifício, surgiu a Escola Politécnica, em 1893, e o Centro Estadual de Educação Tecnológica São Paulo, atual Centro Paula Souza, que o ocupava desde a sua implantação, em 1970. O sonho é que esse Edifício do final do século XIX, patrimônio cultural da edificação paulista, sensibilize o Governo do Estado de São Paulo a transformá-lo a semelhança do Museu Nacional de Ciência e Tecnologia Leonardo da Vinci2 , de Milão, que oferece oficinas temáticas a estudantes de ensino médio e contribui com suas escolhas profissionais para o mundo do trabalho, restaurando-o para criar o Museu de Educação em Ciência e Tecnologia Paula Souza, uma homenagem a Antônio Francisco de Paula Souza, patrono institucional, propiciando estimular a educação de jovens e adultos para a formação profissional e tecnológica (Carvalho, 2022, p. 15).

Nessa obra, o projeto 8.4.2, submetido ao plano de metas, foi ampliado em relação à participação dos professores e incluiu 10% de alunos, com atividades realizadas em HAE (Horas de Atividade Específica), entre 5 e 10 horas semanais. Contudo, diante do desafio de realizar a manutenção, conservação e pesquisa nos centros de memória, essas horas se revelam insuficientes, caso existam poucos assistentes atuando nos centros (Carvalho, 2022).

Hodiernamente, a obra “História Oral na Educação: de Profissionais a Empreendedores” (2023) aborda as trajetórias de ex-alunos que se tornaram empreendedores, destacando suas experiências e resultados. Estruturado em 20 artigos, esse livro institucional modifica a linha temática percorrida ao longo da trajetória difusora do GEPEMHEP. Desenvolvido durante o isolamento social causado pela covid-19, o projeto teve como objetivo compreender a cultura dos empreendedores formados pelo CEETEPS. O GEPEMHEP conduziu 64 entrevistas com ex-alunos e ex-professores, utilizando a plataforma *Teams*. As entrevistas revelaram não apenas histórias de sucesso, mas também de fracassos, a oferecer subsídios para compreender a evolução do capitalismo e as mudanças curriculares que fortaleceram o projeto de empreendedorismo.

A obra explica, parcialmente, os determinantes sociais que levam ao empreendedorismo e demonstra a estratégia da coordenadora e organizadora Maria Lúcia Mendes de Carvalho de adaptar o projeto para manter viva a Memória e História da Educação Profissional e Tecnológica. Essa abordagem atrai o interesse de financiadores institucionais alinhados ao neoliberalismo. Contudo, sob a tática do “Cavalo de Troia”, a obra tece críticas a aspectos do empreendedorismo, ao tratar dos insucessos parciais de ex-alunos do CEETEPS.

4 OS CENTROS DE MEMÓRIA DO CRE MARIO COVAS E DO CEETEPS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção objetiva mostrar a estrutura dos acervos do CRE Mario Covas e do CEETEPS e discutir as condições de trabalho das pessoas que ocupam esses acervos. A partir dos dados recolhidos, pretende-se descrever os resultados atingidos, bem como analisar a memória educativa preservada nesses espaços do Estado de São Paulo, questionando: o que essas memórias nos ensinam?

Nesta pesquisa, pretendemos apresentar um guia descritivo dos centros de memória identificados, com direcionamento a facilitar o acesso a outros trabalhos e fomentar as discussões sobre a importância dos centros de memória educacional para a preservação do patrimônio educativo em nosso país. Esse guia descritivo tende a se estruturar a partir do conceito da reconstrução histórica de Saviani (2021). Nessa teoria, a instituição escolar é analisada em três categorias a se compreender a

totalidade da instituição, especificamente: condições históricas, a definição dos processos históricos em que a escola se desenvolveu, de modo a apresentar sua história, seu acervo, os atores sociais que foram e são responsáveis pela formação da escola; resultados pretendidos, a ideologia empregada pela escola, seus planejamentos escolares, o projeto político-pedagógico, que revelam ser componentes curriculares; ações empreendidas, práticas, intervenções aplicadas pela escola (Saviani, 2021).

4.1 O quadro de funcionários do CRE Mario Covas e do CEETEPS

A composição e as condições de trabalho do quadro de funcionários do CRE Mario Covas e do CEETEPS trazem a necessidade de debate e pesquisa. Este trabalho, até aqui, trouxe-nos reflexões que evidenciam o grande desafio de levantar e difundir a memória das escolas estaduais paulistas. Aliás, têm sido demonstradas contradições entre as políticas educacionais do Estado e a necessidade de implantação de centros de memória. Identificou-se que há vinte e oito (28) instituições de Educação Básica com centros de memória, um número irrisório se comparado às 5,3 mil escolas estaduais (São Paulo, [s.d.]). Além disso, não existe uma política pública que regulamente de forma integral os centros de memória na Educação Básica.

Figura 16 – O intercâmbio de educadores estadunidenses e brasileiros no Estado de São Paulo

Intercâmbio entre o Brasil e os EUA traz melhorias para o ensino público

Professores paulistas encontraram-se com diretores norte-americanos para debates, troca de idéias e visitas às escolas estaduais

Professores paulistas e diretores de escolas norte-americanas descobriram no intercâmbio a fórmula para aprimorar conhecimentos e melhorar a educação. Com esse objetivo, 200 professores de escolas estaduais da capital se reuniram, durante uma semana, com dois diretores de escolas dos Estados Unidos.

O encontro é resultado de parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e o governo norte-americano, por intermédio da embaixada no Brasil, com a participação do Conselho Nacional de Educação (Consed).

O evento foi realizado no Centro de Capacitação de Educadores Professor André Franco Montoro, em São Paulo, e incluiu a apresentação sobre a educação no Estado de São Paulo, debates com os diretores e supervisores das instituições de ensino participantes, visitas ao ensino da Diretoria de Ensino Leste 5, o ponto alto do encontro foi a visita às comprometimento com a escola é um grande aliado".

Educadores Adamo e Egan: "O que mais chamou a atenção foi a criatividade dos alunos"

Há nove anos trocando experiências

O Programa de Intercâmbio existe desde 1998. Dele faz parte o Prêmio Nacional de Referências em Gestão Escolar, que leva os vencedores para os EUA. O objetivo é que possam adquirir visão mais aprofundada do sistema educacional norte-americano, conhecer as inovações na área administrativa, estabelecer contatos, termos de colaboração e laços de amizade entre as escolas daqui e de lá.

O encontro não se restringiu a São Paulo. Na verdade, são oito diretores dos EUA, divididos em quatro duplas. Cada uma percorreu dois Estados. Neste mês, uma dupla visitou escolas do Ceará e do Rio Grande do Norte; a outra, do Piauí e do Maranhão; a terceira, da Paraíba e do Tocantins; e a

Fonte: São Paulo (2007, p. 1).

Em agosto de 2007, no Centro de Capacitação de Educadores Professor André Franco Montoro, em São Paulo, os gestores das escolas estaduais de São Paulo se reuniram com os gestores estadunidenses James Egan e Sam Adamo para debater problemas educacionais e apresentar o sistema educacional brasileiro. Esse intercâmbio foi possível graças ao Programa Intercâmbio, uma política educacional vigente desde 1998, que tem como objetivo proporcionar aos gestores brasileiros um conhecimento mais aprofundado sobre o sistema educacional dos Estados Unidos.

A relevância dessa fonte imagética induz a pensarmos as condições de trabalho direcionadas aos assessores e professores, que cuidam dos centros de memória da Educação Básica do Estado de São Paulo, pois James Egan, em sua fala, expressa: “Temos tantos recursos lá e vocês aqui, com tão pouco, fazem tanto” (São Paulo, 2007, p. 1). Nesse sentido, além dos resultados adquiridos com os Centros de Memória, temos de considerar a seguinte problematização: quantos profissionais e com quais condições eles trabalham no CRE Mario Covas e nas escolas técnicas do CEETEPS? Como as condições de trabalho dos assessores técnicos e professores podem afetar em seu trabalho?

Não se pode avaliar os resultados isoladamente, pois isso seria incoerente com a proposta da pesquisa, que adota a perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético. Essa abordagem busca analisar o objeto de estudo em sua totalidade, articulando os resultados concretos às condições materiais. No caso dos centros de memória, isso significa considerar as demandas atribuídas em relação à quantidade de funcionários disponíveis no CRE Mario Covas e no CEETEPS.

Com base no Diário Oficial do Estado de São Paulo, identificou-se a quantidade de funcionários atuando no CRE Mario Covas e no CEETEPS entre 2012 e 2024. No CRE Mario Covas, desde 2012, há três funcionários por setor, mas nem todos são evidenciados. Por exemplo, no *site* do CRE Mario Covas, os créditos dos trabalhos realizados pelo CEMAH (atual NUMAH) em 2012, relacionados à Revolução de 32, indicam a presença de cinco funcionários, incluindo Felipe Andrade, um estagiário. Em 2024, o material didático “**Caetanistas Negros: Outros que Honram a Galeria dos Pretos no Brasil**” mostra que há sete funcionários no NUMAH (São Paulo, 2024). Também se constatou, ao longo do período, uma grande rotatividade de assistentes técnicos no CRE Mario Covas, particularmente entre os funcionários do NUMAH.

Quadro 1 – O quadro de funcionários do NUMAH do período de 2012 a 2020

Quadro de funcionários do NUMAH		
Ano	Diretor Técnico	Assessor Técnico
2012	Suely Ramos da Silva	Diógenes Nicolau Lawand Maria Cristina Noguerol Catalan
2013	Maria Cristina Noguerol Catalan	Diógenes Nicolau Lawand Maria Luiza Rocha Arantes
2014	Maria Cristina Noguerol Catalan	Diógenes Nicolau Lawand Maria Luiza Rocha Arantes
2018	Maria Cristina Noguerol Catalan	Mariana Costa Chazanas Diógenes Nicolau Lawand
2020	Elis Cypriano	Paula Maria de Assis Diógenes Nicolau Lawand

Fonte: autoria própria.

Quadro 2 – O quadro de funcionários do CRE Mario Covas do período de 2012 a 2023

Quadro de funcionários CRE Mario Covas		
Ano	Diretor Técnico	Assessor Técnico
2012	Maria Almeida Salles Maria Mieko Hiratani Kano	Maria Luiza Rocha Arantes
2014	Maria Mieko Hiratani Kano Maria Almeida Salles	Maria Luiza Rocha Arantes
2018	Maria Almeida Salles Renato Beluche	Ricardo Issao Shinye (Executivo Público)
2023	Clayton Policarpo Barbosa Vicente	Patricia Andrade da Silveira Edivane Aparecida da Silva Rodrigues

Fonte: autoria própria.

Por outro lado, os projetos de preservação de acervos e centros de memória das unidades do CEETEPS contam com um número reduzido de responsáveis, geralmente um coordenador por espaço. Esses coordenadores podem contar com o apoio de professores, alunos e gestores, mas de forma autônoma (São Paulo, 2019). Apesar dessa limitação, os dados indicam que os coordenadores do CEETEPS permanecem mais tempo em suas funções. Por exemplo, Júlia Falivene Alves liderou

os projetos de salvaguarda do patrimônio histórico educativo de 1996 a 2007, enquanto Maria Lúcia Mendes de Carvalho ocupa o cargo desde 2008.

Embora as lideranças de Júlia Falivene Alves e Maria Lúcia Mendes de Carvalho demonstrem continuidade, as condições para efetivar os centros de memória nas unidades do CEETEPS continuam precárias. A implementação desses centros depende da mobilização de alunos e, principalmente, de professores. Contudo, essa condição é inviabilizada pela predominância de contratos temporários no corpo docente, com duração máxima de dois anos (Landi, 2022).

Esses dados revelam o principal desafio para a permanência de um Centro de Memória: a questão do pertencimento e da preservação da memória. Para se constituir o sentimento de pertencimento, é necessária a permanência dos trabalhadores no acervo, especialmente da coordenação desse espaço, que foi bastante comprometida tanto no CRE Mario Covas quanto no CEETEPS. Se o conceito de centro de memória se refere à difusão híbrida de fontes, como forma de ressignificar o passado a partir do presente e do local em questão, dificilmente ele constituirá uma identidade local em meio a constantes mudanças de funcionários. Para que se sinta pertencente, é necessário estabelecer um vínculo com o local, uma relação que demanda tempo e continuidade, ou seja, um passado sólido de permanência.

Os critérios de seleção dos coordenadores do CRE Mario Covas também se mostram questionáveis. O Diário Oficial demonstra que os trabalhadores foram indicados para cargos temporários, comissionados pelo governo estadual, para desempenhar atividades de forma substituta, conforme previsto no Artigo 80 da Lei Complementar nº 180, de 1978:

> Relação dos cargos e funções de Direção, Chefia e Encarregatura, organizada de acordo com o artigo 80 da R.G.S., combinado com o artigo 80 da L.C. 180/78, com a indicação devidamente aprovada de seus substitutos: Nº DE ORDEM - UNIDADE ADMINISTRATIVA CARGO / FUNÇÃO-ATIVIDADE - NOME DO TITULAR DO CARGO/FUNÇÃO-ATIVIDADE - FAIXA - ESCALA DE VENCIMENTOS - TABELA - QUADROS -SUBSTITUTOS - NOME - CARGO/FUNÇÃO-ATIVIDADE - FAIXA ESCALA DE VENCIMENTOS -TABELA/QUADRO - FUNDAMENTO LEGAL DE ORGANIZAÇÃO DO CARGO OU DA CRIAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO (São Paulo, 2023, p. 48).

Diante do exposto, considerando a relação de cargos apresentada no Diário Oficial, levantam-se as seguintes perguntas: a contratação de funcionários do CRE

Mario Covas por meio de cargos temporários e comissionados seria parte de uma estratégia de neutralização da memória por parte do Estado de São Paulo? É possível afirmar que a memória paulista está sob vigilância por meio de aparelhos de análise de aperfeiçoamento e produtividade, como a EFAPE?

4.2 Os acervos do NUMAH e do espaço administrativo do CEETEPS

Nesta subseção, foi realizada uma visita técnica com a intencionalidade de conhecer o acervo do NUMAH, situado no bairro do Bom Retiro, e do espaço administrativo do CEETEPS, situado no bairro da Luz, ambos localizados em São Paulo, como forma de fundamentar, de maneira mais sólida, a pesquisa em questão. Pretende-se, assim, descrever os materiais e a estrutura em geral dos acervos.

O acervo do NUMAH, composto por uma equipe de sete funcionários, inclui o diretor técnico Wladimir Araújo Guimarães, além de Maria Rejane Germano e os técnicos Adriano José Neves, Diógenes Nicolau Lawand, Maristela Cabral de Lira, Sérgio Luiz Mazetto e Solange Maia Merlini (São Paulo, 2024). Localizado na Rua Paulino Guimarães, o NUMAH ocupa dois andares, com funções específicas: o primeiro andar abriga o setor de catalogação e reunião da equipe técnica, o espaço de consulta para pesquisadores e a sala de higienização; o segundo andar é reservado à área técnica do acervo AHECC.

Figura 17 – Acervo NUMAH: espaço de consulta dos pesquisadores

Fonte: autoria própria.

Figura 18 – Acervo NUMAH: espaço de consulta dos pesquisadores, alguns dos materiais consultados

Fonte: autoria própria.

A primeira figura do acervo do NUMAH destaca os bustos de figuras históricas: à esquerda, Rui Barbosa; ao centro, Caetano de Campos; e à direita, Carlos Alberto Cardil, todos personagens que contribuíram para a luta pela escola pública laica e universal. Além disso, a figura retrata mesas de consulta destinadas a pesquisadores e reuniões do NUMAH. A segunda figura destaca fontes recentemente consultadas por pesquisadores, como a formação de professores de 1938 e as atas.

Figura 19 – Acervo NUMAH: espaço de higienização dos arquivos

Fonte: autoria própria.

Figura 20 – Acervo NUMAH: espaço de higienização dos arquivos, livros reservados

Fonte: autoria própria.

As figuras relacionadas ao setor de higienização dos arquivos, especificamente a Figura 19, mostram os procedimentos adotados: na primeira mesa, ferramentas para higienização dos arquivos; ao lado, um saco de lixo acoplado para descarte do pó acumulado. Na mesma figura, outra mesa com placas de polionda evita que a sujeira se espalhe. A Figura 20 retrata os livros reservados para higienização.

Figura 21 – Acervo NUMAH: reserva técnica, mobiliário Patrícia Golombek

Fonte: autoria própria.

Figura 22 – Acervo NUMAH: reserva técnica, mobiliário Patrícia Golombek

Fonte: autoria própria.

Os mobiliários relacionados à Escola Caetano de Campos, identificados por Patrícia Golombek, ex-aluna da instituição (São Paulo, 2009), incluem carteiras, relógios, representações anatômicas, uma estante de livros e a “estante do cineminha”, usada pelos alunos para apresentar curtas-metragens feitos com papel-cartolina.

Figura 23 – Acervo NUMAH: reserva técnica, armários deslizantes

Fonte: autoria própria.

Figura 24 – Acervo NUMAH: reserva técnica, armários deslizantes, materiais de escritório

Fonte: autoria própria.

Figura 25 – Acervo NUMAH: reserva técnica, armários deslizantes nº 03

Fonte: autoria própria.

Os armários deslizantes abrigam todas as fontes armazenadas pelo NUMAH. Após serem utilizadas para exposições, higienização ou consulta, elas retornam a esses espaços para preservação. Esses armários contêm: dossiês da Escola Caetano de Campos; atas e relatórios; fotografias; prontuários de alunos; listas de frequência de alunos e professores; materiais da biblioteca de Educação Infantil; itens da biblioteca Paulo Bourroul; itens do museu do corpo humano; materiais escolares e brinquedos.

Destacam-se as Figuras 24 e 25, que mostram o setor número 03, contendo materiais e brinquedos escolares, projetos arquitetônicos e até armamentos utilizados durante a Revolução de 1932. A Figura 24 exibe materiais, como tintas, carimbos, canetas, lupas e um sino.

Figura 26 – Acervo NUMAH: reserva técnica, acervo Maria Aparecida Magnani

Fonte: autoria própria.

O acervo doado por Maria Aparecida Ceravolo Magnani, coordenadora do Memorial Paulista e, posteriormente, do CRE Mario Covas, foi incorporado ao NUMAH. Dentre os materiais doados, encontram-se materiais didáticos de formação, materiais pedagógicos para alunos e histórias em quadrinhos. Esse acervo, ainda em processo de separação, está sendo preparado para catalogação e posterior higienização.

O acervo do Centro de Memória do espaço administrativo do CEETEPS se baseia nos arquivos do Centro de Gestão Documental (CGD), criado em 1992 sob a coordenação do superintendente Kazuo Watanabe. Originalmente localizado na Escola Politécnica da USP, fundada em 1895 e tombada pelo CONDEPHAAT em 2002, esse acervo foi consolidado como Centro de Memória em 2013, após a doação de documentos pela ex-superintendente e professora de Química, Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, falecida em 2011. Em 2013, o acervo foi transferido para a Rua Santa Ifigênia, no bairro da Luz, devido a reformas no Ginásio da Escola Politécnica. Atualmente, divide-se em dois espaços: a sala do acervo e a área de exposição das obras (Carvalho, 2017).

Figura 27 – Acervo do espaço administrativo do CEETEPS

Fonte: autoria própria.

Figura 28 – Acervo do espaço administrativo CEETEPS, livros institucionais

Fonte: autoria própria.

Figura 29 – Acervo do espaço administrativo CEETEPS, Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, arquivo pessoal

Fonte: autoria própria.

Figura 30 – Acervo do espaço administrativo CEETEPS, CGD

Fonte: autoria própria.

Figura 31 – Acervo do espaço administrativo CEETEPS, CGD

Fonte: autoria própria.

Figura 32 – Acervo do espaço administrativo CEETEPS, obras dos centros de memória

Fonte: autoria própria.

Com base nessas figuras, o Centro de Memória do espaço administrativo abriga os livros institucionais de publicação científica, as obras raras do CGD, o acervo pessoal do Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, bem como recebe resultados de práticas e trabalhos desenvolvidos dos Centros de Memória das outras unidades CEETEPS, além de fotografias da Júlia Falivene Alves, Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara e Celina, professora do curso técnico da Dietética da atual instituição referente. Vale ressaltar que, recentemente, a ex-superintendente do CEETEPS doou seus acervos pessoais a esse centro de memória.

Figura 33 – Espaço expositivo do CEETEPS

Fonte: autoria própria.

Figura 34 – A coordenadora e o pesquisador (próprio autor)

Fonte: autoria própria.

A Figura 33 remete ao espaço expositivo do centro de memória do espaço administrativo do CEETEPS, perante a última temática trabalhada sobre os empreendedores que fizeram parte da vida escolar no CEETEPS, assim como a homenageada superintendente Laura Laganá, que, ultimamente, aposentou-se da instituição CEETEPS. A Figura 34 destaca o protagonismo de Maria Lúcia Mendes de Carvalho, que coordena e trabalha sozinha neste centro de memória, de modo a usar predominantemente recursos próprios para higienizar e preservar os arquivos do Centro de Memória, além de ser líder dos projetos CETEC há 16 anos, que têm sido fundamentais para a luta pela salvaguarda do patrimônio histórico educativo da instituição do CEETEPS.

4.3 O legado dos que ocupam os centros de memória na Educação Básica

Os atores sociais que construíram os espaços de Centros de Memória na Educação Básica têm demonstrado que formaram um trabalho a contrapelo das políticas educacionais postas, uma vez que tais políticas não institucionalizaram os centros de memória, porém os grupos presentes se apropriaram de metas de produtividade, eficiência e pedagogia por resultados para viabilizar os projetos de centros de memória e patrimônio educativo na Educação Básica.

A luta dos grupos sociais pela existência de Centros de Memória percorre o direito pela propriedade de seu trabalho, pois, a partir da história das práticas docentes, da construção da instituição, possui o esclarecimento do valor de uso do seu trabalho, o sentido ontológico, que somente se é esclarecido a partir da ciência histórica, indo além do valor de troca imposto pela racionalização do trabalho do sistema capitalista, que somente sacia “as necessidades físicas imediatas” (Marx, 2017, p. 201).

Importante frisar que o conceito de propriedade no trabalho percorre o sentido do trabalho dentro do materialismo histórico-dialético, que consiste em ser a produção da consciência da existência humana, haja vista se relacionar à constituição da cultura humana, ou seja, o trabalho é uma ação produtora de cultura, impostas pelas necessidades históricas de sobrevivência.

O trabalho ressignifica e justifica a essência da existência humana, diferentemente do trabalho imposto pelo Estado capitalista, que expropria do trabalho humano, sob a finalidade de gerar valor concentrado a quem explora esse trabalho, de modo a implicar ações mecânicas e especializadas, ação que acarreta a retirada da subjetivação humana de sua matéria-prima (Manacorda, 2007). Nesse sentido, um dos grandes objetivos não explícitos dos educadores pela existência do Centro de Memória, nesta pesquisa, está na luta de se apossar pelo seu trabalho na Educação Básica, “ou seja, pela possibilidade de poder realizar a sua atividade” (Marx, 2017, p. 120), que somente se realizará quando tiver a propriedade de seu trabalho:

> [...] o conhecimento desfetichizador é aquele que mostra os fenômenos sociais como relações entre os seres humanos, dissolvendo sua aparência de coisas com vida própria. O conhecimento desfetichizador é aquele que mostra a cultura material e ideativa como um conjunto de criações humanas. Reconhecer–se como criador é assumir responsabilidade pelas consequências do ato

> de criação. Não se trata aqui de uma responsabilidade limitada ao indivíduo, mas da responsabilidade coletiva que, no limite, abarca toda a humanidade. Trata–se de uma concepção de mundo na qual o ser humano abandona a atitude de criança que sempre espera pelo socorro do ser mais desenvolvido (Duarte, 2018, p. 71).

Esse conhecimento reforça o ser humano a conhecer suas tradições; simultaneamente, incentiva-o a apropriar de conhecimentos alheios à sua cultura, pois remove a forma de mercadoria do centro de memória como um espaço de consumo. Reconhece-se a humanidade em comum, o que nos torna únicos na natureza, a produção da cultura como elemento de sobrevivência, que, em contextos de banalização da informação, retira-nos a propriedade de produção para nos tornar consumidores:

> O primeiro indício do processo que vai culminar no ocaso da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno. O que separa o romance da narrativa (e da epopeia no sentido estrito) é que ele está essencialmente vinculado ao livro. A difusão do romance só se torna possível com a invenção da imprensa. A tradição oral, patrimônio da poesia épica, tem uma natureza fundamentalmente distinta da que caracteriza o romance [...] Ele se distingue, porém, especialmente da narrativa. O narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los (Benjamin, 2012, p. 217).

O grande desafio dos atores sociais está em consolidar o conhecimento construído pela escola como fruto da experiência compartilhada por meio das narrativas, ao demonstrar as angústias, os sofrimentos e as alegrias vivenciadas durante o processo do trabalho escolar. Isso significa humanizar aqueles que enfrentaram processos de desumanização promovidos por ditaduras, intensificados pelo avanço do capitalismo global e caracterizados por procedimentos de segregação da comunidade escolar, elitismo e exclusividade do conhecimento.

Todavia, o Estado de São Paulo implementou políticas de controle e intensificação da produtividade, com o objetivo de gerar lucratividade na Educação Básica. As políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural, embora externas à hegemonia educacional, aproximam-se das políticas públicas para a Educação Básica, principalmente porque buscam preservar e aprimorar a infraestrutura escolar

como premissa para garantir a universalização da educação. Contudo, isso ocorre por meio da terceirização da responsabilidade do Estado para a iniciativa privada.

As estratégias políticas do Estado de São Paulo para gerir a difusão da educação patrimonial se apresentam semelhantes às estratégias das políticas educacionais em nível nacional da Educação Básica. Devido à ausência de um sistema educacional, acaba por se submeter às políticas descontínuas, que são dominadas pelos interesses governamentais de capitalizar suas propostas para se manter no poder. Exemplos disso podem ser observados no Estado de São Paulo, especialmente a partir dos Decretos 50.499/2006, 57.141/2011 e 58.007/2012.

Apesar de as políticas educacionais de salvaguarda do patrimônio histórico educativo do CRE Mario Covas e CEETEPS revelarem ser distintas, ambas não possuem uma autonomia para debater quais políticas educacionais seriam mais adequadas para cada uma delas. Característica que um Estado nacional democrático burguês em sentido pleno teria, caso registrasse um sistema educacional que permitiria a institucionalização dos centros de memórias da Educação Básica (Saviani, 2010).

Ao tratar do processo histórico dos historiadores da educação e educadores, nota-se que as pautas evidenciadas não se distanciavam dos movimentos sociais que lutavam pela redemocratização do Brasil, pois o alvo era o mesmo: o fim da ditadura militar e de suas implicações políticas. Com o processo de redemocratização legitimado, o grupo dominante não é retirado do poder, mas se apazigua ao dominado, podendo supor que esse grupo social sofreu um processo de revolução passiva[11] (Gramsci, 1999; Coutinho, 2009), visto que permitiu projetos de preservação da memória temporariamente, mas sob a gerência daqueles que autorizavam os descartes dos arquivos.

---

[11] Conceito criado por Antonio Gramsci, e interpretado no Brasil pelo marxista Carlos Nelson Coutinho, de modo a esclarecer a formação política do Estado brasileiro, a partir do processo de uma modernização capitalista conservadora, porque os movimentos sociais foram impedidos de participar da gerência do poder estatal. Os latifundiários pré-capitalistas e sua aliança com os conglomerados financeiros internacionais contribuem para entender a ausência de desenvolvimento de uma revolução democrático burguesa no Brasil, pois as elites nacionais e internacionais estiveram sempre à frente para decidir o futuro do país. Eis aí um determinante, que explica a decisão do Estado em legitimar a anistia nacional, mesmo depois da redemocratização.
Para saber mais, leia:
COUTINHO, C. A Presença de Gramsci no Brasil. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 37-44, 2009.
GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

O conhecimento, considerado patrimônio cultural por meio das agendas neoliberais, mostra-se voltado a preparar a sociedade para a aprendizagem do utilitarismo pedagógico, em vez de promover o conhecimento e a transformação da sua própria realidade, um potencial que o centro de memória da Educação Básica mostrou adquirir. Por sua vez, as políticas educacionais, como o Decreto 57.141/2011 e o plano de metas, explicitam que o CRE Mario Covas e os projetos de memórias da educação tecnológica do CEETEPS são controlados pelo princípio do gerencialismo, que dificulta o processo de expansão dos centros de memória na Educação Básica:

> A administração passou a adotar medidas tendentes a reduzir a resistência do trabalhador e a melhor adaptá-lo ao processo de trabalho. Essas medidas vão desde o estabelecimento de relações humanas mais amistosas e cordiais entre os trabalhadores e entre esses e seus superiores hierárquicos, passando pela modificação de algumas rotinas de trabalho que visem a torná-lo menos monótono e cansativo, por meio do “enriquecimento de tarefas”, chegando até o favorecimento da participação dos trabalhadores em certas decisões empresariais, mediante algum esquema de cogestão (Paro, 2012, p. 93).

A EFAPE e o plano de metas do CEETEPS parecem não discordar da agenda da economia global em contexto de expansão do capitalismo, pois colaboram com a reestruturação da escola pública, fragmentada em blocos de empresas para providenciar habilidades e competências do pobre não morrer de sua própria miséria, mas, sim, aprender a se sustentar com ela, a partir da disposição em assumir qualquer tipo de trabalho (Saviani, 2007). Ora, revelou-se, de forma clara, que as reuniões neoliberais pretendem atribuir ao CRE Mario Covas e ao CEETEPS a capitalização do patrimônio escolar para gerar retorno aos investimentos dos organismos internacionais, de modo a premiar diretores, professores, alunos, unidades escolares, a fim de difundir práticas escolares para se mostrar útil ao Estado, enquanto depende de sua vontade para existir, caso contrário, torna-se extinto. Destarte, a designação hegemônica ao plano de metas do CEETEPS e do CRE Mario Covas tende a assumir o papel de proprietário do trabalho alheio da educação patrimonial, direcionando à propriedade privada (Marx, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou analisar os processos de implantação dos centros de memória da Educação Básica do Estado de São Paulo. A escolha do tema de pesquisa veio a partir do levantamento bibliográfico e da experiência de trabalho na Escola Estadual Nicola Martins Romeira, na cidade de Ribeirão do Sul (SP), revelando a inexistência de um centro de memória nesse espaço. O levantamento bibliográfico também evidenciou faltas de políticas públicas, infraestrutura inadequada para o armazenamento de arquivos, dificuldades de sensibilização para a comunidade e o centro de memória como um espaço de resistência perante as políticas educacionais de racionalização do trabalho educacional.

Durante o período da ditadura militar, os historiadores da educação e educadores, com destaque para Dermeval Saviani, Miriam Jorge Warde, Marta Maria Chagas de Carvalho, Ester Buffa, Clarice Nunes, tinham como premissa fortalecer, assim como ampliar os processos de pesquisa da história da educação no Brasil, com vistas a investigar a conjuntura histórica e material das instituições escolares no Brasil. Essa orientação teórica defendia que não seria possível construir uma história da educação crítica sem o levantamento de arquivos e aproximação com a escola pública, bem como sobre as práticas pedagógicas e as políticas educacionais de forma aprofundada.

O nascimento das esferas designadas à difusão da salvaguarda do patrimônio histórico educativo, o CRE Mario Covas e o GEPEMHEP, remete a esse reflexo de indagações e evolução da historiografia da educação no Brasil, que vieram acompanhadas do processo de redemocratização no país, simultaneamente do reconhecimento do Estado na ampliação da compreensão do patrimônio cultural, mas sem a garantia de institucionalizar os centros de memória, tornando-os subservientes dos governos.

As contradições das políticas externas e internas no Estado de São Paulo, relacionadas à movimentação dos grupos sociais, evidenciam uma legitimação do trabalho objetivo, direcionado a demandas imediatas, como uma maneira de criar um retorno às instituições privadas que financiam a educação pública; isto é, a hegemonia se apropria da educação patrimonial, pois se torna um valor de troca, uma propriedade privada. Por outro lado, os atores sociais, ao se dedicarem à pesquisa da história da

educação, que envolveu diversas ações educativas, como a instituição, a preservação, as ações educativas, puderam desenvolver uma dupla consciência em relação ao seu trabalho. Isso significa que, por meio dessa confluência de interesses, tornaram significativa não apenas a escola, mas também a ressignificação da própria existência enquanto seres humanos. Esse processo possibilita a compreensão de um mundo criado por eles e por suas comunidades, transcendendo as exigências imediatas de cumprimento de metas das agendas neoliberais.

Portanto, a contrapelo, essas pessoas lutaram contra condições materiais opostas de uma construção do centro de memória, visto que, ao ocuparem o espaço, passaram a assumir uma consciência histórica daquele lugar fazer parte de sua existência social, de ainda estar no mesmo lugar.

A visita técnica ao NUMAH e ao espaço administrativo do CEETEPS permitiu diversos enriquecimentos para a pesquisa, por exemplo: o conhecimento do acervo dos dois espaços; o acesso aos métodos de preservação e organização dos acervos; os funcionários desses lugares; uma parcela da rotina e realidade dos funcionários desses centros de memória; e, por fim, o aprofundamento ao conhecimento dessas duas esferas. Além disso, possibilitou trazer algumas indagações a esse trabalho, com destaque às condições de trabalho das pessoas que ocupam esses centros de memória.

As diferenças nas condições de trabalho entre o CRE Mario Covas e o CEETEPS revelam questões distintas. O CRE Mario Covas, por ter sido criado por decreto governamental e por ter uma instabilidade de permanência dos coordenadores, assessores e supervisores, aparenta ter maior dependência nas decisões governamentais. Em contrapartida, o CEETEPS, vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, tem uma configuração que lhe confere maior autonomia, permitindo o desenvolvimento de projetos científicos com foco em horas de atividade especializada. Esse aspecto oportuniza explicar, de forma hipotética, a predominância da produção difusora do CEETEPS.

Outros dados que permitem fundamentar a esse pressuposto são os quadros de funcionários do CRE Mario Covas e do CEETEPS, que demonstram uma baixa quantidade de funcionários de acordo com a demanda prevista. Essas indagações podem vir a ser trabalhadas ao longo de outras pesquisas, para verificar os determinantes da escassez desses trabalhadores nos centros de memória da Educação Básica.

Vale destacar outras formas de experiência dos centros de memória no Estado de São Paulo, como as associações dos professores da Educação Básica, que lutam para que as suas culturas não sejam obstruídas, tais como: o Centro do Professorado Paulista (CPP); e o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Essas formas de cultivo da memória podem vir a contribuir e dar respaldo aos professores da educação, frisando os professores de contratos temporários no Estado de São Paulo, que são os alvos mais vulneráveis das pressões do gerencialismo.

O tema de pesquisa tem mostrado um desafio: sensibilizar e construir um pertencimento para com os educadores em um contexto de expansão de mercado na educação. Nessa conjuntura, o processo educativo é fetichizado, uma vez que toda prática pedagógica se transforma em uma espécie de algoritmo. De certo modo, essa estratégia acaba por destroçar a memória da instituição escolar, pois os objetivos das unidades escolares se centralizam no imediatismo da estrutura capitalista.

Assim, as escolas fazem o mesmo movimento logístico da mercadoria; estabelecem as metas de frequências e médias das avaliações externas, tudo ocasionado por novas políticas educacionais; suprem a ausência de professores nas escolas a qualquer custo, com fins de receber os recursos necessários e as premiações de escola eficiente pela secretaria da educação; em sequência, rompem com essa política reguladora dessas ações, para capitalizar novas políticas reguladoras. Por sua vez, o conhecimento acumulado historicamente, o que seria possível a partir do cultivo da memória nas unidades escolares, passa a se tornar desinteressante, pelo fato de não seguir a lógica da mercadoria.

O que tem se mostrado sobre os centros de memória, para existir e resistir, demanda um processo longo, em vários sentidos, mas, principalmente, da permanência dos educadores em suas respectivas unidades escolares, visto que é o tempo que possibilitará aos educadores a socialização de suas experiências, para, depois, sistematizá-las em caráter de memória; ou seja, para se dominar a memória educativa, requer-se uma solidez dos vínculos sociais.

A contradição é latente nesses aspectos, diante da volatilidade de professores contratados nas instituições escolares, que, a cada mês ou ano, estão em uma escola diferente, submetidos às políticas descontínuas, pressões, ameaças da gestão escolar, com fins de atender às metas produtivistas da educação. Ante a esse *looping*, a escola pública vai perdendo as suas raízes de humanização, para, aos poucos,

efetivar-se completamente como uma empresa privada, de instrução e desumanização.

Aliás, os centros de memória do CRE Mario Covas e o CEETEPS, através de suas difusões de salvaguarda do patrimônio histórico educativo, possibilitaram enunciar os educadores por trás das escolas públicas, indo além dos números, patronos e de biografias de instituições escolares. Embora seja importante mostrar as biografias das instituições escolares e patronos, narrar as experiências dos professores e comunidade escolar tem possibilitado humanizar as comunidades locais e os pesquisadores. Narrar essas experiências, portanto, é narrar os detalhes, bem como os processos históricos que vão além das políticas educacionais.

Ao mesmo tempo, as intensificações do produtivismo padronizam as relações sociais nas escolas. Ao serem controladas internamente pelo gerencialismo, as suas manifestações culturais, aspecto que o centro de memória destaca em sua conjuntura, são suprimidas. Nelas, as experiências escolares promovidas pelos educadores são silenciadas em primazia do resultado; as atividades são reguladas pelos órgãos e uniformizadas.

Logo, as características essenciais dos professores, a sua propriedade de trabalho, promovedora da socialização da riqueza, e o conhecimento, que, em consequência, compartilha outras expressões culturais, como a arte, o diálogo e o vínculo com a comunidade, são esmagados em prol da unidimensionalidade do produtivismo. Eis aí uma característica destrutiva que o neoliberalismo libera de seu cativeiro: o fascismo, ideologia eliminadora de qualquer diversidade e experiências coletivas. Os balanços de experiências que a pesquisa proporcionou trazem um alerta, pois possibilitam verificar que as políticas educacionais, especificamente da salvaguarda do patrimônio histórico educativo, não envolvem somente o âmbito estadual, mas também o municipal e o federal. Por sua vez, embora o estudo foque em analisar o âmbito estadual, ele nos trouxe pressupostos de o problema ser de caráter nacional, com as suas distinções.

O Estado de São Paulo, diante das dificuldades e contradições mostradas no processo de implantação dos centros de memória, mostra-nos que ainda houve implantação em certas escolas, de modo a garantir a continuidade de alguns trabalhos a longo prazo, por exemplo, o trabalho desempenhado pelo GEPEMHEP. Portanto, a investigação traz inquietações aos futuros pesquisadores, que se dispõem a estudar

esse tema em suas dimensões sociais, filosóficas, sobretudo em níveis municipais, estaduais e federal.

Esta pesquisa, por fim, demonstra que a salvaguarda do patrimônio histórico educativo ressalta a permanência da escola pública em tempos de barbárie. Isso ocorre porque o espaço não se faz público apenas pelas leis, mas também pela ocupação e presença da classe trabalhadora. Logo, a memória possibilita às futuras gerações conhecerem a essência da escola pública e terem acesso aos bens mais valiosos produzidos por ela: a ciência.

6. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado.** São Paulo: Xamã, 2006.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; DRABACH, N.; **A influência de atores privados na educação paulista: Primeira geração da privatização.** Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 13, n.2, p. 96-108, 2020.

AFONSO, A. **Políticas educativas e avaliação educacional: para uma sociológica da reforma educativa em Portugal (1985 – 1995).** Braga: Universidade do Minho, 1998.

ALVES, J. **Historiografia das mais antigas escolas técnicas estaduais do Estado de São Paulo.** Revista Synthesis: Projetos Multidisciplinares, São Paulo, nº5., p. 31-38, 1998.

ANDRADE, A. **Identificação e Condições de Guarda do Acervo Documental do Centro de Excelência José Rollemberg Leite.** Anais do XI Congresso Brasileiro de História. Sociedade Brasileira da História da Educação. Pontíficia Universidade Católica. São Paulo, p. 1747–1756, 2022.

ANTUNES, H. **Políticas de patrimônio cultural imaterial: O caso da Ayahuasca.** Revista Estudios Sociales Contemporâneos, Mendoza, n. 26, jan/jun. nº(26), p. 103-127, jan/jun. 2021.

BAEZA, T. **Manual de trabalho em arquivos escolares.** São Paulo: Centro de Referência em Educação Mário Covas. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2003.

BARLETTA, J. **Arquivos ou museus, qual o lugar dos acervos escolares?** Revista Brasileira de História da Educação. Maringá, nº10, p. 101-122, jul./dez. 2005.

BATISTA, R.; RIBEIRO, B.; ALMEIDA, M.; **Professora Maria Gil e as pedras do caminho: Memória dos Primórdios da Cultura Escolar em Cônego Marinho, MG.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v.22, p. 1-14, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamento o inciso 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Palácio do Planalto, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. 1997.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Informações sobre o institucional. Ministério da Educação, Brasília. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Palácio do Planalto, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. 1996.

BRASIL. **Decreto lei nº 25 de 30 de novembro**. Dispõe organização da proteção patrimônio histórico e artístico nacional. Palácio do Planalto, Subchefia para assuntos políticos, Brasília. 1937.

BRASIL. **Emenda Constitucional 19, de 04 de junho de 1998.** Dispõe da alteração do regime e estabelece princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal. Palácio do Planalto, Subchefia para assuntos políticos, Brasília. 1998.

BAHIA. **Programa Monumenta.** Salvador, BA. Instituto do Patrimônio e Cultural da Bahia, Secretaria de Cultura. [s.d].

BRASIL. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).** Brasília, DF. Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Ministério da Cultura. 2020.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre a Literatura e História da Cultura**, V.1, série obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed. 2012.

BID. **Quem somos.** Washington, DC. EUA. Banco Interamericano de Desenvolvimento. [s.d].

CABRAL, N.; CARDOSO, T.; JUNIOR, E. **Centros de Memória e a Educação em Espaços não Formais: Experiências teóricas e metodológicas nos laboratórios do CEDOC/UNESC.** Espacialidades. Discentes do Programa de Pós-Graduação em História – UFRN. Natal, p. 295–306, 2022.

CARVALHO, M. L. M. **Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza (SP): Um espaço em construção.** In: CARVALHO, M.L.M. (org.). Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar. São Paulo: Centro Paula Souza, 2022. p. 453-479.

CARVALHO, M.L.M; MORAES, C.S.V. **Centros de Memória no Centro Paula Souza: 25 anos de uma parceria entre instituição e universidade públicas.** Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo. Campinas, v.9. p. 1-24. 2023.

CARVALHO, M.L.M. **Arquivo Histórico Institucional: A importância para a história da educação profissional e tecnológica no Centro Paula Souza.** In: CARVALHO, M.L.M. (org.). Coleções, acervos e centros de memória: São Paulo: Centro Paula Souza, 2017. p. 39-59.

CARVALHO, M. L. M. (org.). **Coleções, acervos e centros de memória:** São Paulo: Centro Paula Souza, 2017.

CARVALHO, M.L.M. (org.). **Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

CARVALHO, M.L.M. (org.). **Edifícios, Patronos e Diversidade na Gestão Escolar.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2022.

CARVALHO, M.L.M (org.). **Espaços, objetos e práticas: Memórias e História da Educação Profissional.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2018.

CARVALHO, M. L. M. (org.). **História oral na educação: De profissionais a empreendedores.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2023.

CARVALHO, M.L.M; RIBEIRO, S (org.). **História Oral na Educação: Memórias e Identidades.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2014.

CARVALHO, M.L.M; RIBEIRO, C. **Museu virtual de educação profissional: práticas pedagógicas híbridas na formação continuada de docentes.** Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v.29. n.00, p. 1-24, 2021.

CARVALHO, M.L.M. (org.). **Narrativas de currículos, da arquitetura escolar aos seus artefatos.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2020.

CARVALHO, M.L.M. (org.). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2015.

CARVALHO, M.L.M. (org.). **Patrimônio, Currículos e Processos Formativos: Memórias e História da Educação Profissional.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

CARVALHO, M.L.M; MIRANDA, A. **Unidades de ensino médio e técnico.** In: CARVALHO, M.; RIBEIRO, S (org.). História Oral na Educação: Memórias e Identidades. São Paulo: Centro Paula Souza, 2014. p. 245-252.

CASTANHO, S. **Institucionalização das instituições escolares: Final do Império e Primeira República no Brasil.** In: NASCIMENTO, M.et al. (org.). Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2021. p. 39-59.

CATANI, D.; FILHO, L. **Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000).** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.19, p. 133-128, jan./fev./mar./abr. 2002.

CIAVATTA, M. **Como se escreve a História da Educação Profissional – Caminhos para a historiografia.** In: CIAVATTA, M. et al. A Historiografia em Trabalho-Educação: Como se escreve a História da Educação Profissional (org.). Uberlândia: Navegando, 2019. p. 31-56.

COLARES, A. **História da Educação na Amazônia – Questões de Natureza Teórico-metodológicas: críticas e proposições.** In: ROSÁRIO, M. MELO, C. LOMBARDI, J. Nacional e o Local na História da Educação. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012. p.109-139.

COSTA, R. **A escola como lugar privilegiado de memórias: O caso do instituto de Educação de Vitória-ES.** VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História. Pontíficia Universidade Católica. São Paulo. p. 1-12. 2012.

COSTA, C. **Parceria com a USP ajuda a formar centros de memória da educação paulista.** Jornal da USP, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível neste link: https://jornal.usp.br/universidade/parceria-com-a-usp-ajuda-a-formar-centros-de-memoria-da-educacao-paulista/. Acessado em 30 de julho de 2023.

COUTINHO, C. **A Presença de Gramsci no Brasil.** Revista em Pauta, Rio de Janeiro, n. 22, p. 37-44, 2009.

CURY, C. **Ideologia e Educação Brasileira:** católicos e liberais. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

DUARTE, N. **A liberdade como princípio estruturante do Currículo Escolar.** In: PASQUALINI, J.; TEIXEIRA, L.; AGUDO, M.; (org.). Pedagogia Histórico-Crítica: Legado e perspectivas. Uberlândia: Navegando, 1ª ed. p. 65 - 82. 2018

FARO, S. **Patrimônio em Rede.** Mãe de primeira viagem, 2013. 1 vídeo (11:59 min). Disponível neste link: https://www.youtube.com/watch?v=8º_v-E6wna8&t=615s Acesso em: 13 mai. 2013.

FAVORETO, A.; LIZZI, M.; FREITAS, C. **Projeto e Pesquisa em História da Educação: Um diálogo assentado na perspectiva estrutural e dialética.** Rev. de Educação Educere et Educare, Cascavel, v.18, n.45, p. 597-624. 2023

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A Educação de Trabalhadores no Brasil Contemporâneo: Um direito que não se completa.** Revista Germinal: Marxismo e Educação e Debate, Salvador, BA, v.6, n.2, p.65-76, dez. 2014.

GARCIA, A. **Histórias de vida, histórias de luta: as memórias das lutas populares nas periferias de São Paulo.** 2022. 212 f. Tese **(**Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

GONÇALVES, J. **Os Limites do Patrimônio.** In: FILHO, M; ECKERT, C; BELTRÃO, J. (org.). Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.239-248.

GONÇALVES, J. **O Mal-Estar no Patrimônio: Identidade, tempo e destruição.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, RJ, v.28. nº55. p. 211-228, jan/jun. 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JACOMINI, M.; NASCIMENTO, I.; STOCO, S. **Política Educacional na Rede Estadual Paulista sob a Nova Gestão Pública (1995 – 2018).** Educação em Revista, Belo Horizonte, MG, v. 39, p.1 – 21, 2023.

LANDI, T. **Implantação do Centro de Memória Virtual da Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (ETEC) de IPAUSSU/SP (1955-1994)**. 2022. 125 f. (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Norte do Paraná. Jacarezinho, 2022.

MANACORDA, M. **Marx e a Pedagogia Moderna.** Campinas: Alínea, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2017.

MELO, M. **Turismo e Patrimônio Cultural: Processo de Tombamento e Estratégias de Utilização Turística do Centro Histórico.** 2015. 101f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MORAES, C.S.V; ALVES, J.(org.). **Inventário de fontes documentais: Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo**. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2002.

MORAES, C. S.V.; CARVALHO, M**. A Preservação da memória educacional no Brasil: A contribuição das instituições de ensino e o desenvolvimento de políticas públicas.** In:XIII Congreso Iberoamericano Historia de la Educación Latinoamericana Política, espacio público y disputas en la historia de la educación em América Latina: A 100 años de la reforma de Córdoba Montevideo. 2018, Montevideo. Anais eletrônicos... Montevideo: Universidad de la República, 2018. Disponível em: https://www.sitioftp.com/EventosOPC/programa/resumenes/EJE1/eje1_361.pdf

MORAES, C.S.V. **Marx, Engels e a educação.** In: BOTO, C. (org.). Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 89-113.

MORAES, C.S.V. **Trabalho como princípio educativo.** In: ELIAS, M. PACHECO, F., SILVA, C. (org.) Escola de gestores. Centro de Educação, Estudos e Pesquisa (CEEP). Secretaria de Educação, Centro de Educação, Santo André, 2015.

MORAES, C.S.V.; SANTOS, L. **O Centro de Memória da Educação (FEUSP): pesquisas e fontes documentais em história da educação**. Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas, v. 7, p. 1-33, 2021.

MORAES, C.; REIS, E.; ALENCAR, F. **Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro "Paula Souza" (1995-2018).** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.27. p. 1-27. 2022.

MORAES, C.S.V. **Significado e relevância do inventário de fontes para o estudo do ensino técnico no estado de São Paulo**. In: MORAES, C.; ALVES, J.(org.). Inventário de fontes documentais: Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula, 2002. p. 19-32.

NAGLE, J. **História da Educação Brasileira: Problemas Atuais.** Revista Em Aberto, Brasília, ano 3, n.23, p.27-29, set./out. 1984.

NASCIMENTO, R. **Poder Público e Patrimônio Cultural. Estudo sobre a Política Estadual de Preservação no Oeste Paulista (1969 – 1999).** 2006. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Junior de Mesquita Filho, Assis, 2006.

NETO, M. **Neoliberalismo e Educação: A precarização do trabalho e da educação pública no Estado de São Paulo.** 2019. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, R. **As possibilidades educacionais dos Centros de Documentação e Memória.** 2005. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

NICOLIN, J.; SOUZA, C. **Memória da Educação na Bahia: Fontes para Historia da Educação Contemporânea**. Revista X Colóquio do Museu Pedagógico 28 a 30 de agosto. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Salvador, BA. ISSN: 2175-5493. 2013. p.1129-1141.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar.** 2. ed. Campinas: Alínea Editora. 2013.

NUNES, C.; CARVALHO, M.M.C. **Historiografia da Educação e Fontes.** In: 15ª Reunião Anual da ANPED Caxambu, 13 a 17 setembro, 1992. Anais digitalizado. Porto Alegre, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, nº5, p.7-64, 1993.

OLIVEIRA, J.; CHALOBA, R. **Para além do "pó do arquivo": Desafios Políticos para a instalação e manutenção do centro de educação e memória do Atheneu Sergipense (2005-2019).** Anais do XI Congresso Brasileiro de História da Educação: Cultura e Educação: Memória e Resistência. Pontíficia Universidade Católica. São Paulo, p. 1819-1832, 2022.

OLIVEIRA, L.; NODA, M. **A pesquisa em Educação: O uso de Fontes e Objetos de Natureza Legal/Jurídica**. In: RUCKSTADTER, V.; MARTIN, G. (org.). Pesquisa em Educação Básica e Formação Docente: Fundamentos e Procedimentos Metodológicos. Cornélio Procópio: Editora UENP, 2023. p. 110-129.

PARO, V. **Administração Escolar: Introdução crítica.** 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, A. **O Direito e a Preservação do Patrimônio Cultural: Uma harmonização necessária para a efetivação dos direitos culturais.** 2013.186 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PINHEIRO, M. **Construção do Centro de Memória Virtual da Escola Municipal Professora Vera Cecilia Lamim (1968-2020).** 2021.173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Jacarezinho, 2021

RODRIGUES, S. **Espaço de Memória: O arquivo do Colégio Santa Teresinha.** Revista X Colóquio do Museu Pedagógico 09 a 11 de setembro. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. ISSN: 2175-5493. Salvador, p. 2341-2365, 2009.

RODRIGUES, M.; BRAGA, M. **Quando um partido sai de cena: O caso do PSDB.** Revista Debates, Porto Alegre, RS v.18, n.1, p.95-110, 2024.

RODRÍGUEZ, M. **Globalização das Políticas Públicas: Impacto Social das Reformas Educacionais nos anos de 1990.** In: LOMBARDI, J. (org.) Globalização, pós-modernidade e educação: História, filosofia e temas transversais. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 219-224.

RUCKSTADER, F. M. M.; BIAGINI, M. F.; SANTOS, L. C. **O novo plano de carreira docente na educação básica do Estado de São Paulo: Uma análise dos impactos na formação continuada de professores.** Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino (REPPE), Cornélio Procópio, PR, v.8, n.2, p. 924-943, 2024.

SANFELICE, J. **Pós-Modernidade, Globalização e Educação.** In: LOMBARDI, J. (org.) Globalização, pós-modernidade e educação: História, filosofia e temas transversais. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 4-12.

SANFELICE, J. **A Política Educacional do Estado de São Paulo: Apontamentos.** Revista Nuances: Estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, v.17, n.18, p. 146-159, 2010.

SANFELICE, J. **História das Instituições Escolares.** In: NASCIMENTO, M. SANDANO, W. LOMBARDI, J. SAVIANI, D. (org.) Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. 2. ed. Campinas: Autores Associados. 2021. p. 75-89.

SÃO PAULO (Estado). **A Secretaria de Educação: dados estruturais.** São Paulo: Secretaria da Educação, [s.d].

SÃO PAULO (Estado**). A Escola Pública e o Saber: Trajetória de uma relação: Linha do tempo.** CRE Mario Covas. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Caetanistas negros: outros que honram a galeria dos pretos do Brasil.** São Paulo: Secretaria da Educação, Escola de Formação dos Profissionais da Educação Paulo Renato Costa Souza, Centro de Referência em Educação Mario Covas, 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Casa Caetano de Campos: um mergulho no mundo da educação.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.128, n.6, 10 jan. 2018. Diário do Executivo II, p.4.

SÃO PAULO (Estado). **Celebração dos 75 anos da E.E Visconde de Congonhas do Campo, DE Leste 5.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta, multicultural, 2012. 1 vídeo (06:11 min). Disponível neste link: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/mmo.php?t=025 Acesso em: 23 de jul. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Centro de Memória da E.E Visconde de Itaúna, DE Centro Sul.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta, multicultural, 2010. 1 vídeo (05:05 min). Disponível neste link: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/mmo.php?t=024 Acesso em: 23 de jul.2024.

SÃO PAULO (Estado). **Concurso: José Bonifácio, um brasileiro à frente de seu tempo".** Informações básicas para apresentação dos trabalhos. Centro de Referência em Educação Mario Covas, São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 37.735 de 27 de outubro de 1993.** Autoriza a transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETPS e dá providências correlatas. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 1993.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 46.576 de 1 de março de 2002.** Dispõe da criação do Centro de Referência em Educação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 49.304, de 28 de dezembro de 2004.** Dispõe da integração do Centro de Referência em Educação Mario Covas na estrutura da

Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2004.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 48.941, de 14 de setembro de 2004.** Dispõe da institucionalização do Grupo de Trabalho realizador das comemorações no Estado de São Paulo do Centenário da Presença Japonesa no Brasil. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2004.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 50.499, de 26 de janeiro de 2006.** Dispõe da institucionalização do Programa Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência do Brasil. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 51.991, de 18 de julho de 2007.** Dispõe da reorganização da Casa Civil. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009.** Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 57.141 de 18 de julho de 2011.** Dispõe da reorganização da Secretaria da Educação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2011.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 58.007 de 18 de julho de 2012.** Dispõe da institucionalização do Programa Patrimônio em Rede. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 40.473 de 21 de novembro de 1995.** Dispõe da institucionalização do Programa de Reorganização das Escolas de Rede Pública Estadual. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 1995.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto 40.673, de 16 de fevereiro de 1996.** Dispõe da institucionalização do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado Município para atendimento ao ensino fundamental. Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, São Paulo, 1996.

SÃO PAULO (Estado). **Intercâmbio entre o Brasil e os EUA traz melhorias para o ensino público.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.117, n.159, 23 ago.2007. Diário do Executivo I, p.I.

SÃO PAULO (Estado). **Instituto de Educação Caetano de Campos: Bem Tombado.** Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), São Paulo, 2017.

SÃO PAULO (Estado). **História do Patrono.** São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2018. 1 vídeo (22:24 min). Disponível neste link: https://www.youtube.com/watch?v=MA2hS2F2HTk Acesso em: 19 de mai. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Memorial da Educação: Histórias de Escolas Estaduais Paulistas.** Centro de Referência em Educação Mario Covas. Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, [s.d].

SÃO PAULO (Estado). **Memorial da Educação: Memória Oral, Jacy Machado Barletta.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta/Multicultura, 2013. 1 vídeo (04:58). Disponível neste link: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/mmo.php?t=036.

SÃO PAULO (Estado). **Memorial da Educação: Memória Oral, Mirian Jorge Warde.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta/Multicultura, 2014. 1 vídeo (12:08). Disponível neste link: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/mmo.php?t=041.

SÃO PAULO (Estado). **Memorial da Educação: Orientações para Projetos de Organização de Acervos Históricos Escolares.** Centro de Referência em Educação Mario Covas. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, [s.d].

SÃO PAULO (Estado). **Memorial da Educação: Orientações para a Realização de Projetos de História Oral.** Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, [s.d].

SÃO PAULO (Estado). **Memória Escolar: Exemplos de escolas estaduais com centros de memória.** Centro de Referência em Educação Mario Covas. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, [s.d]. Disponível neste link: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dhe.php?t=001.

SÃO PAULO (Estado). **Memória Escolar: Preservação do Patrimônio.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta/Multicultura, 2014. 1 vídeo (11:56). Disponível neste link: https://www.youtube.com/watch?v=snoCebkb5uk&t=493s Acesso em: 22 de jul. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica.** Centro Paula Souza. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, São Paulo, 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica: Centros de Memória e Acervos Escolares.** Centro Paula Souza. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, São Paulo, 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Orientações para o Programa "Memória Escolar, Educação e Patrimônio".** São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2017. 1 vídeo (15:48 min). Disponível neste link: https://www.youtube.com/watch?v=q1b0NVMi7ow Acesso em: 22 de jul. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Orientação do Programa memória escolar, educação e patrimônio.** Centro de Referência em Educação Mario Covas. Centro de Memória e Acervo Histórico, São Paulo, [s.d].

SÃO PAULO (Estado). **Patrono na Escola.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta/Multicultura, 2014. 1 vídeo (09:15 min). Disponível neste link: https://www.youtube.com/watch?v=sxcarcJXSvE&t=293s Acesso em: 19 de mai. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Programa Patrimônio em Rede.** São Paulo: Patrimônio em Rede, 2011. 1 vídeo (11:59 min.). Disponível neste link: https://www.youtube.com/watch?v=2pkXIod8vjk&t=1s. Acesso em: 13 de mai. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Professores da rede pública estadual têm seu Centro de Referência em Educação.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.113, n.99, 7 jan. 2004. Diário do Executivo I, p. 2-3.

SÃO PAULO (Estado). **"Programa Viva Japão": Regulamento do concurso.** CRE Mario Covas, São Paulo, 2008.

SÃO PAULO (Estado). **Relação dos cargos e funções de Direção, Chefia e Encarregatura, CEMAH.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.123, n.175, 17 set.2013. Diário do Executivo II, p. 53.

SÃO PAULO (Estado). **Relação dos cargos e funções de Direção, Chefia e Encarregatura, CEMAH.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.130, n.68, 7 abr.2020. Diário do Executivo II, p. 43.

SÃO PAULO (Estado). **Relação dos cargos e funções de Direção, Chefia e Encarregatura, CRE Mario Covas e CEMAH.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.124, n.88, 14 mai.2014. Diário do Executivo II, Suplemento, p. 40-41.

SÃO PAULO (Estado). **Relação dos cargos e funções de Direção, Chefia e Encarregatura, CRE Mario Covas e CEMAH.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.122, n.175, 15 set. 2012. Diário do Executivo II, p. 86.

SÃO PAULO (Estado). **Relação dos cargos e funções de Direção, Chefia e Encarregatura, CRE Mario Covas e CEMAH.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.128, n.87, 12 mai.2018. Diário do Executivo II, Suplemento, p. 38.

SÃO PAULO (Estado). **Relação dos cargos e funções de Direção, Chefia e Encarregatura, CRE Mario Covas e CEMAH.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.133, n.62, 24 ago.2023. Diário do Executivo II, p. 48.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório, ações desenvolvidas/metas alcançadas do Centro de Referência em Educação Mario Covas.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.119, n. 98, 28 mai. 2009. Diário da Assembleia Legislativa, suplemento, legislativo, p. 19.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório do Centro de Referência em Educação Mario Covas, Memória da Educação Paulista.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo,

São Paulo, v. 121, n.100, 31 mai. 2011. Diário da Assembleia Legislativa, suplemento, p.50.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório do Programa Patrimônio em Rede.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v. 124, n.48, 13 mar. 2014. Diário da Assembleia Legislativa, suplemento, p. 12.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE – 51, de 27 de maio de 2003.** Dispõe das formas de funcionamento do Centro de Referência em Educação Mario Covas. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, executivo I, v.113, n.99, p. 15, 28 mai. 2003.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE 28, de 11 de maio de 2006.** Dispõe sobre a participação da Secretaria da Educação no Programa Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva. Diário oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, executivo I, v. 116, n. 88, p. 14, 12 mai. 2006.

SÃO PAULO (Estado). **Resolução SE 16, de 26 de abril de 2007.** Dispõe do Programa “Viva Japão”. Diário oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, executivo I, v.117, n.38, p. 24, 27 fev. 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Seminário Memorial organiza seminário sobre José Bonifácio, o Patriarca da Independência.** Portal do Governo, SP Notícias, São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Estado). **Técnicos da Secretaria da Educação visitam Acervo Histórico da Assembleia Legislativa.** Diário oficial [do] Estado de São Paulo, v. 123, n.171, 12 set. 2013. Diário da Assembleia Legislativa, p. 4.

SÃO PAULO (Estado). **Uma casa que virou CRE.** CRE Mario Covas. EFAPE, São Paulo, 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Unidade Sede Servidor RG Emprego Público Início Término Horas, CEETEPS.** Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, v.129, n.39, 26 fev. 2019. Diário do Executivo II, p.61.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica.** In: NASCIMENTO, M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J.; SAVIANI, D. (org.) Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. p. 3-27.

SAVIANI, D. **O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro.** In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J.; SOUZA, R.; VALDEMARIN, V. (org.). O Legado Educacional do Século XX no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 12-54.

SAVIANI, D. **O Local e o Nacional na Historiografia da Educação Brasileira.** In: ROSÁRIO, M.; MELO, C.; LOMBARDI, J.; Nacional e o Local na História da Educação. Campinas: Editora Alínea, 2012. p. 13-31.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.15, n.44, p. 380-393, mai./ago. 2005.

SILVA, J. et al. Grupos de Pesquisas e a História da Educação Brasileira: O itinerário do Histedopr. In: CASTANHA, A.; ORSO, P.; SILVA, J.; CARVALHO, M.; (org.) História da Educação: Pesquisa, Levantamento de Fontes e Instituições Escolares. Cascavel: Edunioeste, 2010. p. 21-41.

SILVA, S. **Os "Restinhos" de Memória nos porões escolares: A salvaguarda e os limites da hibernação.** In: CARVALHO, M. (org.). Coleções, acervos e centros de memória: São Paulo: Centro Paula Souza, 2017. p. 27-39.

SCHULTZ, T. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOUZA, M.; MORAES, C.S.V; ZAIA, I. **A contribuição da universidade para a preservação da memória educacional.** Revista de História, São Paulo, n.164, p. 373-391, jan/jun. 2011.

TESSITORE, V. **Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais**. In: CAMPOS, José (org.). Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas. 1. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017.

UNICEF. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** NY, USA. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1966. Disponível neste link: https://www.unicef.org/brazil/pacto-internacional-dos-direitos-econ%C3%B4micos-sociais-e-culturais. Acessado em 29 de abril de 2024.

UNICEF. **Conferência de Jomtien.** Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia. 1990. Disponível neste link: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990. Acessado em 13 de maio de 2024.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris, França. Secretariado das Nações Unidas. 1972

VIDAL, D. **Por uma ampliação da noção de documento escolar.** In: NASCIMENTO, M. SANDANO, W. LOMBARDI, J. SAVIANI, D. (org.) Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. 2. ed. Campinas: Autores Associados. 2021. p. 59-71.

WITCHEMICHEN, J. **O Centro de Memória Escolar como lugar de Memória: Perspectivas a respeito dos museus escolares do município de Irati-PR.** 2021.

105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2021.

WARDE, M. **Anotações para uma historiografia da Educação Brasileira.** Revista Em Aberto, Brasília, ano 3, n.23, p. 1-6, set./ out. 1984.

ZAIA, I. **O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar.** Revista Brasileira de História de Educação, Maringá, n.10, p. 153-174, jul./dez. 2005.